



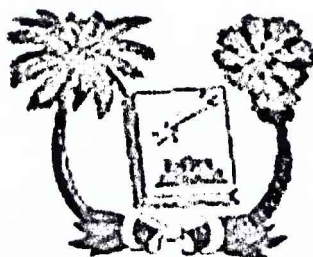
Instituto Histórico e Geográfico do
Rio Grande do Norte - IHGRN

REVISTA

Nº XCII – ANO 2016



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE



FUNDAÇÃO EM 29 DE MARÇO DE 1902

Nº 92
2016

REGULAMENTO PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO IHGRN

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN, visando organizar o material destinado à impressão da sua Revista, decidiu adotar o segundo regulamento para a extensão dos trabalhos:

1. Temário pertinente a fatos históricos ou pessoas ilustres vinculadas a esses fatos ou pesquisas de reconhecida importância.
2. O conteúdo deverá ter, no mínimo:
Para **artigos** - 01 (uma) lauda e no máximo 03 (três) laudas e devem ser:
 - escritos em língua portuguesa, com a ortografia vigente;
 - digitados em papel formato A4, fonte Times New Roman, corpo 12;
 - espaçamento entrelinhas 1,5 cm; 3 cm de margens superior e esquerda; e 2 cm de margens inferior e direita.
 - a) Para **ensaios e biografias** – até o máximo de 05 (cinco) laudas, nas condições anteriores.
 - b) Para **teses** - até o máximo de 10 (dez) laudas, nas mesmas condições formais anteriores.
3. O texto será enviado exclusivamente pela via eletrônica, através do e-mail: ihgrn1902@gmail.com
4. Deverão acompanhar o texto, os dados do autor: nome completo, endereço e pequeno currículo. Se estudante, qual a instituição de ensino; se profissional, a profissão ou atividade que exerce.
5. Não serão permitidas retificação de autoria, alterações, acréscimos e revisões no conteúdo do texto depois de efetuada a inscrição.
6. Os textos inscritos neste projeto serão analisados pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN.
7. São critérios de avaliação das propostas:
 - qualidade literária, criatividade e inovação;
 - coerência e coesão do texto;
 - correção linguística.
8. Os selecionados concordam, permitem e autorizam a publicação dos textos inscritos, mediante as condições deste regulamento, sem nenhuma ressalva.
9. As propostas submetidas **não poderão** possuir conteúdo que:
 - a) possa causar danos a terceiros, seja por meio de difamação, injúria ou calúnia, danos materiais e/ou danos morais;
 - b) se constitua em ofensa à liberdade de crença, ideologia e religiosa;
 - c) contenha dado ou informação racista ou discriminatória;
- d) versem sobre temas polêmicos de ordem política, religiosa, desportiva ou social, salvo se natureza histórica de fatos já ocorridos.
10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN

Natal, 27 de julho de 2015.

Conselho Editorial da Revista do IHGRN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

| | |
|---------------------------------------|----|
| Valério Alfredo Mesquita | 07 |
|---------------------------------------|----|

ARTIGOS

| | |
|---|-----|
| Berilo de Castro - Os 90 anos de Glorinha..... | 09 |
| Evaldo Alves de Oliveira - A força do marketing pessoal..... | 11 |
| Carlos Roberto de Miranda Gomes - Raimundo Nonato Fernandes: um exemplo de advogado..... | 13 |
| Geniberto Paiva Campos - Fascismo redivivo: a renovação permanente do autoritarismo (um pequeno ensaio)..... | 17 |
| Honório de Medeiros - Feudalismo, coronelismo e cangaço..... | 25 |
| Horácio Paiva - Memória mítica do jagunço Chico de Barros..... | 29 |
| João Felipe da Trindade - O inventário de Thomaz Bengala..... | 33 |
| João Maria de Sousa Fraga e Fábio Pereira Feitosa - Macau: a cidade, o sal e a luta por direitos..... | 37 |
| Padre João Medeiros Filho - O Monte das Graças de Florânia: a Paróquia e o Catolicismo..... | 55 |
| José Eduardo Vilar Cunha - Madame Cristhine..... | 63 |
| Jurandyr Navarro - Padre João Maria..... | 67 |
| Lívio Oliveira - Saudades dos cinemas de rua em Natal..... | 75 |
| Lúcia Helena Pereira - Síntese histórica da briosa vila..... | 77 |
| Marileide Matias da Silva - Francisco das Chagas Pereira Pinto e a Paróquia de São José dos Angicos (segunda metade do século XX)..... | 85 |
| Nelson Patriota - Câmara Cascudo e o incêndio do Museu da Língua Portuguesa..... | 91 |
| Odúlio Botelho Medeiros - A multiplicidade de Walter Canuto..... | 93 |
| Ormuz Barbalho Simonetti - Os pássaros voltaram..... | 95 |
| Pedro Guilherme Cavalcanti - Fortaleza dos Reis Magos: como o símbolo de Natal tomou sua atual forma pentagonal..... | 99 |
| Roberto Lima de Souza - Dez máximas da cultura universal..... | 107 |
| Valério Mesquita - A passagem da noite..... | 111 |

OS 90 ANOS DE GLORINHA

Berilo de Castro

Teatro Riachuelo, Natal, uma bela noite de sexta-feira, dia 27 de novembro do ano de 2015.

O Grupo Vila – Morada da Paz, com o Projeto Cancioneiro Auta de Souza, a Lei de Incentivo à Cultura Djalma Maranhão, através da Prefeitura do Natal e do próprio Teatro Riachuelo, promoveram uma justa, merecida e honrosa homenagem à nossa maior representante vocal/musical, nossa “rouxinol”, nossa musa das musas da radiofonia potiguar, Maria da Glória Mendes de Oliveira (Glorinha Oliveira), para comemorar os seus encantáveis e bem artisticamente vividos 90 anos.

Noite de gala. Casa cheia, como era de se esperar. Seus amigos, seus colegas, famílias inteiras, seus familiares, seus inseparáveis fãs, todos presentes, felizes e radiantes.

Uma apoteose! Um encantamento! Toda a plateia ansiosa, inquieta e feliz, aguardava a entrada da rainha. É chegado o momento: adentra o palco e vislumbra um belo cenário: envolvente, acolhedor, digno de receber uma diva. Conduzida pelo filho Aécio, percebe-se nela uma nítida emoção, que contamina toda a plateia. Momento de êxtase: senta, respira fundo, sorri, esboça um certo nervosismo; com certeza, passa um filme em sua mente que faz lembrar a sua primeira apresentação no Programa Vespéral de Brotinhos, comandado pelo inesquecível animador Luiz Cordeiro, na Rádio Poti; aos poucos vai se soltando e faz até um gracejo: “Eu ainda dou um bom caldo”.

Inicia o show interpretando alguns poemas musicados com muita maestria e muita sensibilidade pelo estudioso e pesquisador da obra de Auta de Souza (Macaíba, 12 de setembro de 1876 – Natal, 7 de fevereiro de 1901), Cláudio Galvão.

Na segunda parte do show, recebe com muita elegância e carinho a homenagem de suas colegas e eternas fãs: Katarina Gurgel, sua neta, filha do seu filho José Correia de Queiroz Filho (falecido) e neta também do nosso inesquecível homem de cultura e renomado folclorista, Deífilo Gurgel; Bruna Hetzel, filha do notável pianista e maestro Waldemar Ernesto, seu grande parceiro na era de ouro da radiofonia potiguar; Silvana Martins, Dodora Cardoso, a afinadíssima Khrystal; finalmente, o astro maior do violão/guitarra, compositor, arranjador, de fama internacional, Joca Costa, que tão bem abrilhantaram e trouxeram mais luz ao sensacional e deslumbrante show.

Foram interpretadas geniais canções de imortais compositores como: Chico Buarque, Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Noel Rosa e Dolores Duran.

O acompanhamento instrumental, escolhido a dedo e com inteligência, com o que tem de melhor na cidade. Nomes de reconhecimento nacional: Sérgio Farias, arranjador e maestro notável no violão; Carlinhos Zens, um nome nacional como flautista, um admirável músico; Alexandre Moreira, o cavaquinho de ouro, um show

à parte. Fernando Botelho, um violão que tem a genética Botelho do seu tio Roldão (grande violonista e boêmio maior ainda), um astro de DNA musical; Darlan, um craque na bateria.

O projeto de execução recebeu um trato todo especial e carinhoso de Cláudio Machado; o formato cultural ficou sob a responsabilidade do estudioso, historiador e arranjador Cláudio Galvão.

Foi um momento surpreendente, inesquecível, sensacional, emocionante e saudoso, cuja imagem ficará marcada para sempre na lembrança de todos os presentes naquela bela noite de primavera.

Encerro, com um pouco mais de emoção e cumplicidade, por ter, em momento passado (novembro de 2014), publicado um artigo no extinto Jornal de Hoje, no qual lembrava e cobrava às autoridades municipais e grupos e, pressagiais uma bela e justa homenagem à nossa musa maior nos seus 90 anos.

Felizmente, acredito ter sido lido e ouvido. O show aconteceu; de altíssima qualidade, com elogios e agradecimentos de todos os potiguares amantes da boa música e dos eternos fãs de Glorinha Oliveira.

“Se todos fossem iguais a você!”.

A FORÇA DO MARKETING PESSOAL

Evaldo Alves de Oliveira¹

Minos era o rei de Creta, na Grécia. Este, antes de se tornar rei, tentou enganar o deus Poseidon, sacrificando um touro comum no lugar de um belo touro branco que sairia do mar. Poseidon, para se vingar, fez com que a esposa de Minos se apaixonasse pelo belo touro branco, e dessa paixão nasceria o Minotauro, com corpo de homem e cabeça e cauda de touro. Minos, com medo do terrível animal, contratou Dédalo, o maior artesão da antiguidade, para construir algo que pudesse conter o Minotauro. Dédalo idealizou e construiu um belo e complicado labirinto na cidade de Cnossos, em Creta. O rei passou a cobrar tributo da cidade de Atenas – sete rapazes e sete donzelas para alimentar aquela terrível criatura.

Já conhecemos o final dessa história: Teseu – um forte e belo rapaz – ofereceu-se como uma das vítimas, mas estava decidido a matar o Minotauro. Ariadne, a filha do rei Minos, apaixonou-se pelo herói e resolveu ajudá-lo, entregando-lhe um novelo de lã para que, no momento da saída do labirinto, não se perdesse naquele emaranhado de caminhos. Usando uma espada mágica que ganhara de Ariadne, Teseu conseguiu matar aquela terrível e perigosa criatura, e, de quebra, salvou algumas pessoas que ainda estavam vivas, perdidas dentro do labirinto.

Demonstrado que o labirinto não era intransponível, Dédalo e seu filho Ícaro foram colocados em uma ilha-prisão, à beira do mar, por determinação do rei Minos. O velho artesão construiu dois pares de asas para que ele e seu filho Ícaro pudessem escapar daquela ilha. Ícaro, por descumprir as determinações de seu pai, voou muito alto, e a cera que prendia suas asas derreteu com o calor do sol, vindo o jovem a se espatifar sobre os rochedos.

O desfecho fatal de Ícaro me lembra o que ocorre com a maioria dos cupins subterrâneos, que constroem imensas galerias no solo – e se movimentam nesses túneis com desenvoltura. Acontece, porém, que, no processo de formação de novas colônias, eles fazem uma revoada, e ganham dois pares de asas para, no período entre agosto e dezembro, migrarem para lugares distantes, em busca de locais para instalação de novos ninhos, a partir de uma rainha. No ninho, a rainha põe milhares de ovos todos os dias, e o processo se reinicia.

Acontece que grande parte dos cupins aproveita as asas para empreender voos impossíveis, e a maioria, fascinada e ofuscada com as luzes das cidades, fica dando voltas em torno das lâmpadas, onde a quase totalidade se espatifa no solo, tal qual Ícaro, sem que algo de produtivo tenha realizado.

Quem de nós já ouviu falar de Dédalo, o maior de todos os artesãos da Grécia antiga? Ao contrário, Ícaro teve seu nome associado ao romantismo dos voos argonáuticos, quase impossíveis, conquistas heroicas e espaços a serem conquistados.

1 Médico pediatra, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do RN.

Milhões de pessoas e muitas empresas usam o seu nome. Em toda a minha vida não conheci uma só pessoa com o nome de Dédalo.

Luiz Eduardo Vitti e Mauro Schweizer, em *O desafio de realizar a estratégia corporativa*, enfatizam: “Uma boa ideia não é aquela que simplesmente voa alto, mas sim a que possui trem de pouso para poder aterrar em seu destino”.

A força do marketing pessoal materializa-se em Ícaro.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES: UM EXEMPLO DE ADVOGADO

Carlos Roberto de Miranda Gomes²

Potiguar nascido em Pau dos Ferros, extremo oeste do Estado, no dia 26 de janeiro de 1918, foi um nonagenário lúcido e atuante no cenário jurídico e cultural da nossa província, até os instantes finais da sua existência.

Apesar das dificuldades financeiras dos seus pais, Antônio Petronilo de Oliveira e Sergina Fernandes de Oliveira, estes nunca se descuidaram dos seus estudos, dando início à sua instrução com a Professora Petronila Rego, no Grupo Escolar Joaquim Correia, de Pau dos Ferros, continuada com sua tia Corina Fernandes Lins de Queiroz. Enviado para Natal, foi matriculado no Colégio Pedro Segundo (funcionava ao lado do Teatro Carlos Gomes, logo em seguida transferido para o prédio do Marista, que ficava em frente à Igreja do Galo). Contudo, as dificuldades financeiras obrigaram seus pais a tirá-lo para ingressar no tradicional Atheneu, considerada uma verdadeira Academia de Letras, onde terminou os seus estudos secundários, tendo entre os seus colegas de classe o pianista Oriano de Almeida.

Mudando-se para a cidade do Recife no ano de 1938, ali se preparou para o curso superior, conquistado na tradicional Faculdade de Direito do Recife, Turma 1944, abrigo dos jovens idealistas da nossa terra como Nestor dos Santos Lima, Caio Pereira de Souza, Hélio Barbosa de Oliveira, Rodolfo Pereira de Araújo, Paulo Gomes da Costa, entre outros, compartilhando com os irmãos vizinhos do Ceará e Alagoas a busca dos conhecimentos jurídicos, porquanto só na década de 1950 tivemos a iniciativa da criação da Faculdade de Direito de Natal, da qual foi fundador, como titular da cadeira de Direito Administrativo, sendo o único remanescente daqueles pioneiros.

Embora com fortes incursões no Direito Penal, em especial no Tribunal do Júri, teve a sua consagração mesmo na área do Direito Público, especialmente no Administrativo, cujos trabalhos se notabilizaram nas publicações em revistas especializadas, notadamente na do Tribunal de Justiça do Estado e Revista de Direito Administrativo.

O grande Mestre do Direito Penal, Dr. João Medeiros Filho, em seu trabalho *Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte*, faz o seguinte pronunciamento sobre o nosso homenageado:

Apesar de se considerar um frio profissional da lei, demonstrou que essa suposta inadequação para a literatura é apenas uma falha metodológica. Se a técnica da leitura levou-o ao estudo da ciência jurídica, seu espírito sempre esteve voltado para o domínio das artes. Basta afirmar que Raimundo Nonato Fernandes, no Júri, que deixou de frequentar por

2 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

motivos outros que não o de aversão à tribuna, foi argumentador terrível, trazendo a lógica aos debates sem desprezar a imaginação.

Seu vasto conhecimento do Direito e da Filosofia Jurídica permitiu que também lecionasse as cadeiras de Introdução à Ciência do Direito, Ciência das Finanças, Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado, cátedra que exerceu até 1981.

Registram os historiadores a sua colaboração, ainda estudante, na defesa de presos políticos em decorrência da Insurreição de 1935, ajudando os advogados Djalma Aranha Marinho e ao lado de Hélio Galvão e Antônio Soares Filho, redigindo pedidos de “habeas corpus” para os insurretos, ainda que não tivesse simpatias pela ideologia comunista, mas assim agindo em nome do sentimento ético e respeito ao direito de expressão, sustentáculo da democracia.

Na vida funcional, foi Oficial de Gabinete da Interventoria do Estado, no período de 1942 a 1943 – Rafael Fernandes, Assistente-Chefe do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, Adjunto de Promotor em Ceará-Mirim, Procurador da LBA, eleito Procurador Judicial do Aero Clube, em 1948, Procurador contratado da Prefeitura Municipal de Natal, Secretário de Negócios Internos e Jurídicos da mesma Prefeitura, Procurador da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa, Membro e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado, Procurador do Estado, Consultor Geral do Estado em vários governos, como os de Dinarte Mariz, Aluizio Alves, Monsenhor Walfredo Gurgel, Tarcísio Maia e José Agripino, o que comprova a sua isenção política, sempre com um comportamento irreprochável.

A propósito, em singela homenagem que lhe prestou o seu ex-aluno Ivan Maciel de Andrade, em artigo publicado no jornal A Tribuna do Norte, assim testemunhou:

Acostumei-me a vê-lo, professor, sempre determinado a agir de forma criteriosa, ética, com o máximo de dignidade. Sem qualquer arrogância. Foi assim que serviu durante longos anos ao governo do Estado do Rio Grande do Norte no cargo de Consultor-Geral e de Procurador. Talvez a discreta inflexibilidade de suas atitudes tenha despertado incompreensões ou rejeições. Mas foi sempre o seu jeito de ser. E nada poderia modificá-lo. Nem ameaças nem tentadoras ofertas. Não sei se alguém teve o desprante de abordá-lo com propostas constrangedoras. Não acredito. A sua imagem e o seu conceito certamente evitaram que esse tipo de desrespeito ocorresse. A conduta das pessoas com o tempo cria uma blindagem a essas tentativas: sabe-se bem o que esperar de uns e de outros.

Uma breve incursão na carreira política o fez lograr eleição como vereador à Câmara Municipal de Natal. No entanto, dois meses após a posse, renunciou e nunca mais concorreu a qualquer cargo eletivo, por não ser do seu ideário e conflitar com sua carreira de advogado.

Atuou no jornalismo nos jornais A República, Diário de Natal e Rádio Poti, ao lado de intelectuais consagrados como Eloy de Souza, Edgar Barbosa e Eider Furtado. Por todos esses predicados, foi eleito imortal da nossa Academia Norte-

Rio-Grandense de Letras, em 30 de junho de 1976, ocupando a cadeira nº 39, cujo patrono foi o poeta Damasceno Bezerra, e também na Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, tendo ocupado a cadeira nº 16, do qual é patrono Miguel Seabra Fagundes, que foi seu contemporâneo e amigo.

Na militância da advocacia, foi estagiário do causídico Hélio Galvão e também do Doutor Otto de Britto Guerra, logo se destacando e ganhando fama, para a qual dedicou mais de 60 anos de sua vida, com atuação notável, sendo o seu pensamento jurídico acatado com a força de uma verdadeira norma de conduta, sendo presença permanente nos templos da Justiça. Como advogado ocupou a vaga de jurista no Tribunal Regional Eleitoral do nosso Estado no período 1972 a 1974.

Na Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte foi várias vezes Conselheiro e seu Vice-Presidente. Foi o Primeiro Presidente do Tribunal de Ética, colaborador incansável na elaboração das mais importantes leis do Estado, notadamente em suas Constituições.

O seu escritório de advocacia tornou-se um ponto de referência, desde o primeiro na Av. Duque de Caxias, na velha Ribeira, e posteriormente no da Rua Vigário Bartolomeu, no 6º andar do Edifício 21 de Março, com a visão do Potengi e a proteção do Padre João Maria, onde comparece para sua atividade profissional e orientação dos seus aprendizes, dentre eles, alguns seus descendentes, contabilizando uma atuação superior a 20 mil ações.

Parte do seu acervo documental e bibliográfico foi entregue à OAB/RN, que o conserva em lugar de destaque.

Certa vez foi indagado numa entrevista se alguma vez pensou em parar de advogar tendo respondido: *“Nunca. Acho que quem escolhe uma profissão e depois abandona o seu ofício é um fracassado”*.

Orgulhava-se de jamais ter cometido uma infração disciplinar e se preocupa com a explosão de faculdades de direito por todo o País.

Todas as autoridades públicas do Estado o consultaram durante toda a sua existência, notabilizando-se pela participação efetiva na elaboração de leis importantes, principalmente das reformas ou projetos das Constituições do Estado e da nossa legislação básica.

Permanentemente reverenciado por toda a sociedade, Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, homenageado pela comunidade jurídica do estado em várias oportunidades, particularmente na que ocorreu em 05 de outubro de 2006, por ocasião da Quinta Jurídica, levada a efeito pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo local e Justiça Federal do nosso Estado, cujo tema foi “O Estado Brasileiro na Época de Raimundo Nonato”, a cargo de eminentes figuras do mundo jurídico da nossa terra, a teor do Acadêmico Diogenes da Cunha Lima, Professor Eduardo Rabenhorst, Professor Honório de Medeiros e Jornalista Cassiano Arruda Câmara. Também o homenagearam na ocasião os juízes Janilson Siqueira e Edílson Nobre Júnior. A Consultora Geral do Estado, Dra. Tatiana Mendes Cunha, em nome da Governadora Vilma de Faria, entregou uma placa alusiva aos seus 61 anos de atividade profissional. Teve brilhante discurso na posse do Acadêmico Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, que o sucedeu.

Recebeu a “Medalha AMARO CAVALCANTI”, criada na OAB/RN como sua comenda maior, concedida uma única vez em cada administração, sendo a sua a primeira, conferida a quem, por toda a sua vida, honrou o Direito e dignificou a Advocacia, tendo acontecido em emocional solenidade durante a XX Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Natal, sendo saudada pela Dra. Tatiana Mendes Cunha e a comenda entregue pelo seu colega de turma, Dr. José Cavalcanti Neves, por deferência do Presidente da OAB/RN, Dr. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira.

Na oportunidade de sua posse na Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, em 08 de dezembro de 2008, o Mestre Raimundo Nonato Fernandes foi consagrado por toda a comunidade presente.

Teve uma vida pacífica, cercado do carinho da família construída desde 16 de outubro de 1946, com sua esposa Bertha Ramalho Fernandes e das quatro filhas Ana Virgínia, Maria das Graças, Maria de Fátima e Ana Luíza, com seus genros e netos e bisnetos. Adotou um filho, Sérgio Antônio, já falecido.

Sua obra é muito vasta, alcançando os campos da Literatura e do Direito, cuja relação poderá ser conferida em duas obras básicas – *Sociedade e Justiça*, de autoria de Eduardo Gosson, e *Academia Norte-Rio-Grandense de Letras: Ontem, Hoje e Sempre: 70 anos rumo à luz* – volume II, do jornalista José Soares Júnior.

Tenho orgulho de prestar esta homenagem ao pranteado Grande Mestre de todos nós, Professor Raimundo Nonato Fernandes, um advogado que fez história.

Referências

- ANDRADE, Ivan Maciel. Artigo publicado na Tribuna do Norte de 06/9/2008.
- AZEVEDO, Sheyla de. *Memórias de Raimundo Nonato*. Diário de Natal de 12/02/2006.
- CORREIA, Frank Tavares. Artigo na seção Nossos Mestres. *OAB Notícias*, Natal, n. 99, nov. 1999.
- GOMES, Carlos Roberto de Miranda, *Traços e perfis da OAB/RN*. Natal: Sebo Vermelho, 2008.
- GOSSON, Eduardo Antonio. *Sociedade e justiça*. Natal: DEI, 1998.
- NAVARRO, Jurandy. *Oradores (1889-2000)*. Natal: 2000.
- MEDEIROS FILHO, João. *Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte*. Natal: 1983.
- OAB Notícias*, n. 115. Natal: ago de 2004
- Revista AUDIÊNCIA*, n. 1, da ESA (OAB/RN). Natal: ago./out./1999.
- SOARES JÚNIOR, José. *Academia Norte-Rio-Grandense de Letras: ontem, hoje e sempre: 70 anos rumo à luz*. Natal: 2007. V. II.

FASCISMO REDIVIVO: A RENOVAÇÃO PERMANENTE DO AUTORITARISMO (UM PEQUENO ENSAIO)

Geniberto Paiva Campos

*As cinzas que cobriam a brasa viva do fascismo
no Brasil estão desaparecendo rápido demais.
E o mesmo vento que as espalha faz o coração
da brasa ameaçar tonar-se chama¹.*

Hélcio Kovaleski

1. A intolerância e o autoritarismo parecem entranhados, embora às vezes adormecidos, na alma do *Homo Sapiens*. Em todos os quadrantes. No caso dos brasileiros, é possível aplicar a metáfora do fogo de monturo: as brasas ou os tigres adormecidos podem ser despertados. E, ao acordar, podem provocar estragos incalculáveis. Voltam, com toda intensidade, talvez renovados, com os padrões característicos do fascismo mais ortodoxo. O que Umberto Eco chama de **Fascismo Eterno**: – elitismo; heroísmo; culto à tradição; recusa à modernidade; irracionalidade; o apelo às classes médias frustradas, entre outros. (2)

Parece que o fascismo propõe aos seus fiéis seguidores a pena de *Sísifo*: um trabalho extenuante, por toda a eternidade e que jamais será concluído. Pode o mundo mudar. Os valores trocaram sua posição hierárquica na escala humana. O fascismo seguirá sua trajetória única, imutável. A pedra irá rolar pela montanha, acima e abaixo. Indefinidamente.

Se não é o fascismo que se renova, podemos inferir que são os homens – seres mutáveis – que irão trocar de lado. Quem antes defendia os direitos humanos e outros valores relacionados à civilização, à diversidade e ao entendimento, por algum recôndito motivo, resolve aderir aos valores opostos, entrando na jaula, juntando-se à horda fascista. Assim demonstram seu cansaço, a sua exaustão, (talvez desilusão), com os valores da Democracia, da Liberdade e da Igualdade.

Como se dá a trajetória das pessoas em direção ao conservadorismo? Uns resvalando à direita. Outros – poucos felizmente – aderindo ao fascismo mais ortodoxo? O que move a consciência dos indivíduos de uma posição humanista, igualitária, antifascista e democrática em direção à intolerância, ao racismo, a não aceitação da diversidade e ao ódio aberto, escancarado, contra pessoas, grupos, partidos políticos? Como explicar mudança tão radical? Um caminho sem volta? Para tão difícil e ousada tarefa podemos nos valer, inicialmente, de narrativas históricas.

2. A história política brasileira contemporânea registra situações de conflito político as quais tiveram como desfecho a implantação de regimes autoritários. Causa espanto a monótona repetição dos cenários desencadeadores desses conflitos.

A receita é simples: promove-se a exacerbação da *crise* e/ou do *caos* – real ou fictício – com forte participação midiática, seguida da premente necessidade de *intervenção salvadora* (estas as palavras mágicas) para repor a *ordem* (outra palavra carregada de magia, expressa em nossa bandeira). A “*nova ordem*” é sempre caracterizada pela restrição das liberdades democráticas, dos direitos trabalhistas e salariais do operariado e da quebra da legalidade. Esmaece a importância dos políticos e dos seus partidos. Convocam-se os burocratas. Sempre disponíveis. Alguns (poucos) docemente constrangidos.

O roteiro, os personagens, os motivos e as justificativas são praticamente idênticos. Mudam-se os atores e se inserem outros. Alguns, canastrões. Um pequeno grupo troca de lado, tangenciando o inevitável ridículo. Não se altera, no entanto, o desfecho da pantomima: implanta-se, mais uma vez, o regime autoritário. Foi este o *script*, invariável, da vida política brasileira, desde 1930. Há cerca de oito décadas, portanto.

Todos os regimes autoritários se parecem. Todos possuem vários pontos em comum.

Dessa forma, a estabilidade democrática e o processo civilizatório em nosso amado Brasil, têm, geralmente, vida curta e frágil sustentação. Vivem sob permanente ameaça. Portanto, registra-se no país um nunca acabar de crises político-institucionais. Fazem parte dos nossos hábitos e se agregaram, naturalmente, à cultura das nossas instituições. Tal como a sequência cronológica das estações do ano. Primavera/Verão/Outono/Inverno. Os períodos primaveris de *Paz e Democracia* são cada vez mais curtos, nos mostra a História.

Assim ocorreu em 1930, 1937, 1945, 1954, 1964. Entremeados por tentativas intervencionistas frustradas: em 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Algumas até grotescas: 1935, a Intentona Comunista; 1938, o “putsch” integralista. Seguidas de “coup de main”, também sem êxito, mas que ficaram na História: Aragarças e Jacareacanga em 1955 e 1956. E o golpe de novembro de 1955, liderado pelo marechal Lott (considerado por alguns um “*golpe do bem*”), visando garantir a posse de JK, presidente eleito. Destituindo Café Filho, presidente em exercício, licenciado, e o seu substituto legal, Carlos Luz, presidente do Congresso Nacional.

A deposição do presidente Fernando Collor, no início da década de 1990, através de “*impeachment*” e sem romper, formalmente, a ordem legal, embora mais recente, é um episódio a carecer de melhores análises e explicações. Tarefa que ficará para a História.

A partir do final de 2014 e durante todo o ano de 2015, o “*impeachment*” presidencial, por alguma razão jamais declarada, é o desfecho trabalhado e sonhado pela Oposição. De maneira clara ou disfarçada. É o golpismo, a doença infantil da elite brasileira, agora travestido de outros codinomes do seu extenso e renovado cardápio. Procura-se um motivo. Qualquer que seja. Na falta deste, um mero pretexto. A Oposição, vocalizando a elite, adquiriu o convencimento de que o mandato presidencial, obtido legitimamente nas urnas, não poderá ser exercido. De forma alguma.

3. O que mais surpreende nesta recente tentativa golpista é a participação ativa, sem o mínimo constrangimento, de políticos e líderes partidários que há pouco lutavam pelos direitos sociais e pela redemocratização do país. Vários foram perseguidos, exilados, frequentaram as masmorras e as prisões da Ditadura. Experimentaram a tortura e a clandestinidade. Conheceram de perto a mão pesada, muitas vezes sem limites, do autoritarismo. Viram seus companheiros de luta mortos ou desaparecidos.

Quais os fatos, argumentos ou ocorrências históricas recentes que os levaram a “mudar de lado”? (Em linguagem popular, “*virar a casaca*”). Quer dizer, não apenas marcados pela decepção com seus antigos ideais, abandonando-os. Mas assumindo nessa adesão, práticas políticas autoritárias, com o selo característico do fascismo?

Os que viveram ou se interessam pelos conflitos bélicos do século passado e acompanham a evolução política internacional, sabem seguramente do trauma vivenciado pelas forças progressistas e da esquerda mundial, provocado pelas terríveis denúncias feitas pelo líder soviético Nikita Krushev ao camarada Joseph Stalin, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética/PCUS, em 1956. Stalin, conhecido como o “*Guia Genial dos Povos*”, cujos exércitos enfrentaram, heroicamente, as antes imbatíveis tropas nazistas, expulsando-as do território soviético e conquistando parte da Alemanha e sua capital Berlim, além de países europeus da sua área de influência. Stalin foi denunciado por Krushev, como assassino do povo russo e por atrocidades na implantação do regime soviético. Esse inevitável desapontamento foi seguido da defecção nas hostes da esquerda e dos partidos comunistas em todo mundo. Valendo lembrar que esses acontecimentos ocorreram em plena Guerra Fria. E, como era de se esperar, foi magnificado pelos seus dirigentes do lado ocidental.

Essa deserção nas hostes progressistas, de acordo com as expectativas, gerou uma vasta literatura. Tomemos dois exemplos. Na Europa, *A Nova Classe* (3), do sérvio Milovan Djilas, publicado em 1957. E no Brasil, *O Retrato* (4), de Osvaldo Peralva, lançado em 1960 em fascículos, publicado em livro em 1962, podem ser considerados emblemáticos desse processo de “*desestalinização*”.

Peralva, jornalista, nascido na Bahia, radicado no Rio de Janeiro, fazia parte do alto comando do Partido Comunista Brasileiro/PCB, antigo “Partidão”, e esteve na União Soviética, para cursos de formação marxista. Falava sobre o assunto, portanto, com autoridade. Interessante observar que Peralva (preso em 1968 na vigência do AI-5), ao abandonar o PCB na década de 1950, aderiu ao “*Socialismo Democrático*”, conforme descreve em seu livro. Provas de que não teria “mudado de lado”, portanto.

Duas outras publicações marcaram esse processo de abertura ou *desestalinização*: a do poeta russo Eugênio Evtuchenko, *Autobiografia Precoce* (5), com críticas ao stalinismo, publicado em 1967. Teve forte repercussão internacional. Causando fundas polêmicas no campo progressista, centradas, a maioria, no irrequieto comportamento pessoal do poeta.

Uma outra, da pensadora judia de origem alemã Hanna Arendt, de maior densidade filosófica e política, *Origens do Totalitarismo* (6), viria a marcar profundamente o debate no campo político-ideológico. A tese central do livro,

publicado em 1951 (precedendo, portanto, a morte de Stalin, em 1953, e as graves denúncias de Krushev em 1956), defende a similitude dos regimes totalitários. Na prática, colocando no mesmo nível a ditadura nazista e o regime soviético: Hitler e Stalin. Ambos ditadores, adeptos conscientes do Totalitarismo. Foi um passo significativo em direção à definição do conceito pleno de Democracia. Ousadia corajosamente praticada pela pensadora judia, a qual recusava a sua condição de “filósofa” (Arendt afirmou em entrevista em 1964: “*minha profissão, se pode ser chamada assim é a teoria política*”). Dizia ainda essa “profissional da teoria política”, com a humildade dos verdadeiros sábios, “*não querer educar ou convencer ninguém, apenas compreender*”; e pedia para que “*não nos esforçássemos para concordar com ela, que apenas pensássemos no que ela estava dizendo*”). (7)

Mesmo com as ressalvas da autora, pode-se imaginar o grau de controvérsia – e até indignação – provocada por esta tese, divulgada no auge da Guerra Fria.

Os anos subsequentes mostraram a crescente complexidade do cenário geopolítico internacional. E, no final dos anos 80, para surpresa de muitos analistas políticos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS veio a se extinguir. Final do regime simbolizado pela queda do Muro de Berlim. Com a extinção subsequente da Guerra Fria (Talvez um *wishfull thinking* de alguns otimistas).

Foram esses fatos – hoje transformados em História – que marcaram, de forma indelével, o contexto político mais amplo e as escolhas pessoais dos militantes do campo da esquerda. Colocados frente a difíceis opções ideológicas, num cenário confuso e cada vez mais complexo, no qual a Democracia, sem adjetivos, aparece, naturalmente, como a luz no fim do túnel.

4. No Brasil, o impacto desses tumultuados e surpreendentes acontecimentos no contexto político internacional foi extremamente relevante. Diante de mudanças tão rápidas e significativas, a intelectualidade brasileira passou a questionar com bastante severidade as suas antigas crenças nos campos político e ideológico.

Na falta de pesquisas amplas e metodologicamente confiáveis da época, podemos então nos valer do uso de depoimentos de dois importantes atores políticos, intelectuais reconhecidos, que assumidamente mudaram suas convicções. Sem, no entanto, migrar automaticamente para a esfera de influência da direita intolerante ou neofascista.

São dois depoimentos, acompanhados pelo testemunho da vivência no campo macropolítico e na área jornalística, do mais alto nível: do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do jornalista Paulo Francis.

O ex-senador Fernando Henrique Cardoso/FHC, por duas vezes eleito Presidente da República, e o jornalista Paulo Francis, analista privilegiado da política nacional e internacional, nos jornais e na TV. Ambos militantes tradicionais do campo progressista, fizeram a revisão crítica dos seus antigos posicionamentos. Adotando, em consequência, algumas teses neoliberais.

A do ex-presidente FHC, de forma lacônica e direta, afirmando, ainda no seu primeiro mandato presidencial: – *ESQUEÇAM O QUE ESCREVI!* Para bons entendedores, uma forma clara de revisionismo dos conceitos expressos anteriormente

em textos acadêmicos, livros e artigos em periódicos, e do testemunho solar da sua militância política. Com uma simples frase, o ex-presidente Fernando Henrique declarava abertamente a mudança do seu pensamento nas questões políticas, sociais e econômicas. Iniciando, sem maiores explicações, novas práticas na gestão pública.

O intelectualmente sofisticado jornalista Paulo Francis fez a revisão dos seus posicionamentos e de suas novas crenças políticas através de uma atuação profissional de grande destaque na mídia. E pela publicação do livro *Trinta Anos Esta Noite: O que vi e vivi*. (8)

Trotskista na sua juventude, Francis participou de duas publicações que honram o jornalismo brasileiro: a *Última Hora* e o *Pasquim*. Marcos da resistência ao obscurantismo e à intolerância política. *UH* um jornal mais popular, uma publicação para as massas, na década de 1950. *O Pasquim*, na década seguinte, uma referência alegre e irreverente da realidade brasileira. Leitura obrigatória para os seus fiéis seguidores da classe média. Tabloide disputado nas bancas pelos estudantes universitários e intelectuais de todo o Brasil.

A mudança do pensamento político de Paulo Francis coincide com a transferência de sua residência do Rio para New York. E do seu ingresso no jornal Folha de São Paulo, como colunista. E na TV Globo, integrando a bancada do programa “Manhattan Connection” e comentarista do “Jornal da Globo”. Nestas circunstâncias, ficaram evidentes as grandes transformações do pensamento político desse brilhante jornalista brasileiro que passou a defender, de maneira inequívoca, indisfarçada, teses neoliberais. Vale conferir sua trajetória política e profissional no seu já citado livro *Trinta Anos Esta Noite*, agora em nova edição pela editora Francis/Verbena. O livro permite aos leitores inferir algumas conclusões sobre a evolução do pensamento político de Paulo Francis. Sobre as razões reais dessa evolução, talvez se torne difícil entender mudança tão radical, em tão curto espaço de tempo. O livro do Francis não esclarece esse ponto.

5. Chama a atenção que tema tão significativo – embora delicado – não tenha despertado o interesse acadêmico. Analistas políticos, sociólogos, antropólogos poderiam ter aplicado o seu instrumental teórico-científico para o estudo dessas mudanças. É possível que assunto tão controverso tenha gerado alguma tese acadêmica. Talvez sem maior repercussão, mesmo no âmbito universitário.

Enfim, quais as conclusões a que se pode chegar, na tentativa de explicar as possíveis razões das mudanças do posicionamento político-ideológico de intelectuais de indiscutível renome e de importantes lideranças políticas brasileiras? Neste caso, seria inútil e temerário tentar o enquadramento de possíveis explicações para mudanças tão radicais, recorrendo a apenas uma *causa*. Estas são várias. E complexas.

Haveria, primariamente, e talvez de maneira mais importante, o viés *ideológico*, relacionado à hegemonia do Capitalismo e a sua consequência natural, o *Neoliberalismo*. Com o severo e irredutível questionamento do papel do Estado. Ou, dito de outro modo, o Capitalismo ilimitado. Sem os freios e contrapesos do Estado. O que afastaria a inserção de *questões morais* nesta análise, feita, obrigatoriamente, com o distanciamento e a isenção críticas exigidas pelo tema. Analisar, ainda que

superficialmente, mudança de tal envergadura sob o prisma do *maniqueísmo*, seria erro imperdoável.

Assumindo, portanto, o fator *ideológico* como preponderante no caso, as consequências políticas, as alterações de enfoque na gestão pública, surgiriam como naturais ao processo de mudança. Persiste, no entanto, uma pergunta, essencial: como explicar essa troca tão aguda, tão radical, da sua matriz ideológica? Afetando tão profundamente pessoas cultas, intelectualmente diferenciadas, produtoras de ideias e pensamentos originais e transferindo-as para um polo ideológico oposto ao que sempre defenderam durante a sua formação, na juventude e na vida adulta?

Tolo será quem imagina o Capitalismo apenas como um sistema econômico puro. Desprovido de substratos filosófico, político e ideológico. A ideologia capitalista, há tempos, consegue, de forma sutil, mas efetiva, conquistar corações e mentes. Alvos permanentes dos seus propósitos. Desde o mais humilde cidadão, homens e mulheres, à classe média, aos intelectuais e acadêmicos, aos crentes e descrentes em religião. Todos interessam e se tornam alvo da sua pregação.

Especialmente em alguns países, a permanente divulgação desses valores recebe entusiástica acolhida. Essa “doutrinação” – se podemos chamá-la assim – cria adesões racionais de intelectuais e acadêmicos, além de ativos e ingênuos integrantes de uma espécie de *seita*, predominantemente de classe média, devotada à defesa intransigente e militante desses fundamentos *neoliberais*. Estes, no entanto, permanecem convenientemente ocultos. Espertamente, levantam-se e agitam-se outras bandeiras. Tais como a luta contra a *corrupção*; pela *eficiência do Estado* (claro, gastando o mínimo); por *menos impostos*. Tudo isso com menor participação política possível dos integrantes da *seita*. Limitada, na prática, ao exercício do voto. Como costuma acontecer na democracia representativa. A decisão política caberia, precipuamente, aos “nossos representantes”. Na prática, essa seita peculiar abdica da cidadania e assume, prioritariamente, a condição de “consumidor”. Regida mais pelo *Código de Defesa do Consumidor* do que pela chamada “Constituição Cidadã”. E aceitando, sem grandes questionamentos, na esfera política, as teses divulgadas pelos órgãos de comunicação. Que passam a ter o valor da palavra sagrada. Definitiva.

6. Observando, agora, o contraditório. Existem, felizmente, intelectuais brasileiros que, com tranquilidade e coragem, pensam e formulam com seus próprios neurônios. E recusam os “implantes” (metástases) cerebrais da ideologia neoliberal. Podemos citar dois deles – ainda jovens – que estão a fazer sérios “estragos” na ortodoxia econômica e política dos pensadores neoliberais. Duas recentes publicações confirmam o pensamento político inovador de Maria Lúcia Fatorelli e Jessé Souza.

Auditoria Cidadã da Dívida Pública (9), da Maria L. Fatorelli, lançada em 2013, e *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite* (10), de Jessé Souza, publicado em 2015, representam dois instigantes desafios ao pensamento moderno – nas áreas da Política e da Economia – dos brasileiros ainda não possuídos pelos valores da ideologia neoliberal. Sem exagero, os temas abordados nessas publicações deveriam constar das pautas prioritárias dos partidos

políticos brasileiros e organizações sociais, desde que ainda não tomados pelas razões do Capitalismo não produtivo, rentista e explorador. Que manipula, com grande eficiência (e de forma incontestável) os órgãos de Comunicação.

Aqueles que ainda não tiveram acesso aos trabalhos desses dois lúcidos pensadores vanguardistas, tomo a liberdade de fazer a sugestão da leitura das suas publicações.

Capazes de responder às mais desafiadoras questões que estão a deixar inquietos o coração e a mente dos brasileiros, patriotas preocupados com o presente e o futuro do seu país. E que procuram as respostas, tal como os autores, utilizando os seus próprios neurônios. E, claro, com a rigorosa observância dos princípios democráticos.

Enfatizamos a recomendação para a leitura das entrevistas de ambos na revista *Caros Amigos*, nos últimos dois números desta publicação (11)/(12). Para tomarmos conhecimento de como o Brasil ainda se deixa manipular, no campo da Antropologia, das Ciências Sociais e da Economia, por perigosos conceitos superficiais e manipuladores. Sobretudo lesivos aos mais altos interesses da nação. Que, por incrível que pareça, não resistiriam à análise um pouco mais atenta de estudantes de pós-graduação dessas áreas.

Finalmente, vale fazer uma observação sobre a urgente necessidade do país retomar a vivência plena do **Estado de Direito**. O qual enfrenta, nos últimos anos, sérias e constantes ameaças. Inclusive daqueles que, por dever de ofício deveriam defendê-lo. A consciência de parte significativa dos brasileiros parece estar indiferente, anestesiada pela “*moldagem e remodelagem dos espíritos*” (na afirmação precisa de Hanna Arendt, uma forma elegante de denominação de *lavagem cerebral*), (6), promovida pelos barões da mídia e seus cúmplices. Fazendo com que o espírito legalista dos brasileiros passe a aceitar como “*naturais*”, agressões incompatíveis com os mais elementares direitos de cidadania, sob o pretexto de se “fazer justiça”, quando, na verdade, alguns dos seus integrantes estão procedendo como reles “**justiceiros**”. Este tema necessita fazer parte, com seriedade e competência e como item prioritário, da nossa pauta política. E com urgência, antes que o país caia no abismo sem fim do autoritarismo. Primeiro degrau para a implantação de um abominável regime totalitário.

Com estas considerações, sugiro aos possíveis leitores deste ensaio assumir a tarefa inadiável de repensar a realidade brasileira. Vale enfrentar o desafio. Promovendo o necessário confronto entre *Mito x Realidade. Totalitarismo x Democracia*.

Referências

1. Hécio Kovaleski – As ruínas da intolerância. In: *Le Monde Diplomatique*, n. 102, p. 10, 2016.
2. Humberto Eco – *Cinco escritos morais* – Record, 1998.
3. Milovan Djilas – *A nova classe* – Ed. Círculo do Livro, 1957.
4. Osvaldo Peralva – *O retrato* – Ed. Globo, 1962.

5. Eugênio Evtutschenko – *Autobiografia precoce* Ed. José Álvaro, 1967.
6. Hanna Arendt – *Origens do totalitarismo* – Ed. Companhia de Bolso, 2015.
7. Cláudia Perrone Moisés – Hanna Arendt: um pensamento atual. In: *Revista CULT*, n. 208, p. 14, 2015.
8. Paulo Francis – *Trinta anos esta noite* – Ed. Francis/Verbena, 2009.
9. Maria Lúcia fatorelli – *Auditoria cidadã da dívida pública* – Inove Gráfica e Editora, 2013.
10. Jessé Souza – *A tolice da inteligência brasileira* – Ed. Leya, 2015.
11. Revista *Caros Amigos* – n. 225, p. 13-17, dez. 2015 – Entrevista Maria Lúcia Fatorelli.
12. Revista *Caros Amigos* – n. 226, p. 13-17. jan. 2016 – Entrevista Jessé Souza.

FEUDALISMO, CORONELISMO E CANGAÇO

Honório de Medeiros³

Convido-os a emprender, comigo, uma ousadia.

Para tanto, precisamos recordar o que sabemos acerca do feudalismo, esse nicho histórico que começou com a queda de Roma – gosto de imaginar a cena de Hipona, da qual Santo Agostinho era bispo, incendiada pelos bárbaros enquanto ele agonizava, como sendo o verdadeiro marco inicial – e terminou com o início da idade moderna, mais precisamente, segundo vários historiadores, com a descoberta da América por Cristóvão Colombo e o início do absolutismo, cujo primeiro momento, e ninguém há de me convencer do contrário, ocorreu quando Felipe, o Belo, criou seu próprio papa, o de Avignon, e dizimou os templários, fortalecendo a instituição do Estado.

O feudalismo – sabemos todos – calcava-se na propriedade da terra e na rígida divisão da Sociedade em nobres, clero e servos das glebas. Os nobres e o clero eram aliados, claro, para espoliar o povo.

O epicentro dessa estrutura de poder era o Barão feudal, latifundiário, em cujo entorno gravitavam seus vassalos, ou seja, proprietários de terra de menor importância, e a nobreza eclesiástica. A ele pertencia o direito de aplicar o barão e o cutelo – ou seja, de criar, interpretar e aplicar as leis ou costumes. Sua vontade era lei.

A igreja exercia papel fundamental nesse sistema, por vários motivos: em primeiro, lugar era detentora de muitas riquezas; em segundo lugar, sua nobreza era formada pelos filhos segundos dos senhores feudais – os primeiros seguiam o caminho das armas; e, em terceiro, a ela cabia a formatação ideológica que assegurava o domínio da nobreza e do clero, bem como a fiscalização de possíveis desvios – instrumentalizada por intermédio da confissão e delação – bem como a punição dos recalcitrantes via inquisição.

Brigavam muito entre si, os nobres, disputando terra e prestígio político. Quem tinha terra, tinha poder; quem tinha poder, tinha terra. Por exemplo: a primeira cruzada não foi à Terra Santa, como comumente se crê. Foi contra os Cátaros, uma heresia que ameaçava dominar todo o Sul da França, sob o beneplácito do Conde de Toulouse.

Contra os Cátaros levantou-se a Igreja, ameaçada em sua soberania ideológica, e os barões feudais do norte da França, liderados por São Luís, ou Luís XI, como queiram. Na verdade o pano de fundo dessa cruzada foi a disputa pelas ricas terras do sul da França. Nada mais.

3 Honório de Medeiros é ensaísta.

Para essas brigas mobilizavam os nobres seus vassallos, seus servos, bem como exércitos de mercenários. Qualquer mobilização era acompanhada pela Igreja, abençoando ou punindo, conforme o caso.

Pois bem, embora ainda haja muito que se dizer acerca do feudalismo, façamos uma parada estratégica e utilizemos o “desenho” – chamemo-lo assim – de sua estrutura de poder para analisar o nicho histórico brasileiro ao qual denominamos de coronelismo.

Há alguns, para não dizer vários, autores que dizem não ter havido feudalismo no Brasil. Eu, pelo meu lado, com fulcro em Raymundo Faoro, Gustavo Barroso e Câmara Cascudo, penso que tal não procede.

Analisemos.

O coronelismo também se calçou na posse da terra e no prestígio político. O coronel – verdadeiro senhor feudal – era o epicentro de uma estrutura de poder. Também ele tinha, enquanto senhor feudal, seus vassallos, os proprietários menores de terra, a si ligados por laços de compadrio e interesses mútuos, que lhe prestava vassalagem.

O coronelismo dependia, ideologicamente, da igreja, que tratava de fiscalizar e punir desvios da ortodoxia, como o demonstra tudo quanto ocorreu com Padre Cícero. E dependia da confissão e delação, principal forma de obtenção de informação por parte da igreja, e sempre à disposição, seus resultados, do coronel que a mantinha.

Quem não se lembra da estreita relação do Coronel com o Padre, em *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna?

O coronel tinha os seus servos da gleba, empregados que viviam às custas dos sobejos do grão-senhor.

E da mesma forma que no feudalismo, a vontade do coronel era lei. Ele era senhor de baração e de cutelo.

Claro, brigavam entre si disputando terra e prestígio, briga essa que arrebanhava vassallos – os compadres; servos da gleba, os jagunços; e mercenários, os cangaceiros, como nos demonstra a rica história do Cariri cearense.

Agora talvez os senhores estejam se perguntando: e qual a relação entre tudo isso e Chico Pereira?

A relação é a seguinte: Chico Pereira, assim como Jesuíno Brilhante, o mais remoto, passando por Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Lampião, Corisco, e outros menores, tal qual Cassimiro Honório, e por aí segue, não eram servos da gleba. Eram proprietários rurais em maior ou menor escala. Todos ligados a coronéis, todos ligados a alguma estrutura de poder detendo parcela dele.

Ou seja, os grandes líderes cangaceiros estão mais próximos da nobreza da terra que do proletariado.

Em sendo assim, não faz o menor sentido a teoria do banditismo social, de Hobsbawn quanto aos cangaceiros. Pensa assim, por exemplo, aproximadamente, Luiz Bernardo Pericás, em *Os cangaceiros*. Tampouco faz sentido a teoria que aponta

os cangaceiros enquanto desviantes, da qual faz uso Frederico Pernambucano de Mello. Muito menos a teoria marxista da luta de classes, calcada em Althusser, de tantos outros.

O cangaço é resultante de brigas intestinas entre famílias que dispunham de terra e prestígio. A briga era no seio do coronelismo. Era o coronelismo. Todo líder cangaceiro, com raras e honrosas exceções – até mesmo Sabino Gore, por exemplo, está inserido nesse contexto.

O referencial teórico aqui talvez seja Gaetano Mosca e sua teoria da classe política, enquanto situação limite em um plano mais complexo, ou seja, a teoria darwiniana.

Nesse sentido, concludo propondo o seguinte: 1) que se faça o estudo do cangaço a partir do coronelismo, ambientando o epifenômeno no fenômeno; 2) que se estude Chico Pereira, por exemplo, a partir do panorama político de sua época, no Sertão paraibano.

Chico Pereira não era um bandido social, e embora fosse um desviante, no sentido de que se voltou contra o sistema legal de sua época, essa informação nada acrescenta quanto a entender causa e efeito de sua existência enquanto cangaceiro.

Por fim, lembro uma consequência imediata da assunção desse modelo teórico: a verdadeira história do ataque de Lampião a Mossoró é a história da briga entre coronéis paraibanos e coronéis norte-rio-grandenses por prestígio político no Oeste e Alto Oeste potiguar.

MEMÓRIA MÍTICA DO JAGUNÇO CHICO DE BARROS

Horácio Paiva⁴

*“Era sábado.
O amplo Quadro do Mercado,
onde ocorriam as feiras,
desde cedo estava sob a ternura
do terral,*

*vindo das Imburanas,
cheirando a verde dos velames,
ou trescalando a sumo do amarelo
perrexil”.*

Assim começa, o poeta Gilberto Avelino, o seu poema “*Balada às Feiras Antigas de Macau*”. Assim começavam as fartas e exuberantes feiras de Macau de antigamente, na primeira metade do século XX, registradas na memória lírica do poeta, e a que acorriam os povos vizinhos, do verde vale do Assu, do então distrito de Pendências, dos povoados de Bamburral, Alto do Rodrigues, Quixaba, Maxixe, Mangue Seco, Tabatinga, Ponciana, Pedrinhas, Porto do Carão, Estreito, Canto Grande, e mesmo de Carapebas e Eptácio Pessoa (hoje, Afonso Bezerra e Pedro Avelino).

De minha infância, guardo os reflexos líricos dessas feiras, sobretudo nas lembranças, doces, dos alfenins, do mel dos capuxus, dos pequenos juás, ou na emoção dos acordes das velhas rabecas dos cantadores de cordel, que, como os antigos aedos gregos, percorriam as cidades dos sertões, cantando as sagas de heróis populares, fictícios ou não, de uma memória quase perdida no tempo. Empolgavam-me, dentre tantos cordéis, o *Romance do Pavão Misterioso*, *A Prisão de Oliveiros*, *A Morte dos Doze Pares de França*, *A Vida de Cancão de Fogo e o seu Testamento*, *A Chegada de Lampião no Inferno*, *O Cachorro dos Mortos*, *História da Donzela Teodora*, *O Verdadeiro Romance do Herói João de Calais*, *Roldão no Leão de Ouro*, *A Força do Amor ou Alonso e Marina*. Neste último, o início é maravilhoso:

*“Nestes versos eu descrevo
a força que o amor tem
que ninguém pode dizer
que não há de querer bem
o amor é como a morte
que não separa ninguém”.*

Certamente às feiras de Macau não aportavam apenas os feirantes e os cantadores de viola, mas outros inúmeros tipos inesquecíveis: sabidos prestidigitadores (Tiburtino, ou melhor, *Tributino*, como era chamado, foi um deles, e o mais famoso), bêbedos, vagabundos, valentões, e

*“a polícia
ainda rondava
com seus facões rabo de galo”.*

Guardo a história de um desses valentões, que ouvi ainda criança, contada pelo meu avô, José Horácio de Oliveira Góes. Trata-se de Chico de Barros (Francisco Bezerra de Barros), desgraçado valentão, natural do Vale do Assu. Frequentava as feiras da região, onde bebia, brigava, fazia arruaças. Fomentador de pequenos e grandes “causos”. A polícia de então, pequena e malformada, tinha-lhe medo. E, nos enfrentamentos, à base dos facões “rabo de galo”, não se saía muito bem. É que o jagunço, além de valente e hábil nas lutas, nem sempre andava sozinho, mas, por vezes, acompanhado de “aprendizes” de cangaceiro.

Manoel Rodrigues de Melo assim o descreveu:

Alto, forte, corpulento, trajando mescla azul, andava invariavelmente a cavalo pelos sambas e forrós da redondeza. Simples, maneiroso, delicado, amava o perigo por força de vocação irresistível. A vida fácil e diletante que levava, andando para cima e para baixo, sem profissão definida, jogando, brigando nas feiras e nas festas, fê-lo expoente máximo da curiosidade popular, admirado, odiado, sem perder, contudo, o élan de autêntico valentão da redondeza (In: *Várzea do Açu: paisagem, tipos e costumes*. 3. ed. – IBRASA/MEC – 1979).

Em certo dia de 1926, deu-se a virada fatal na vida de Chico de Barros. Numa das feiras de Macau, engraçara-se de uma jovem de Tabatinga (hoje município de Alto do Rodrigues), onde também nascera. Tentou abordá-la, mas foi repudiado. Seguiu-se a ameaça violenta: iria vê-la em sua própria casa, e, se lhe resistisse, apanharia de virola. Alguns circunstantes ainda tentaram dissuadi-lo, acalmando-o, dizendo-lhe que a jovem era moça direita, que morava com o avô, homem sério e correto. Qual o quê! A resposta do bandido foi pronta e grosseira: daria, de rebenque, antes do final daquele mesmo dia, na neta e no avô. E, em seguida, como em comemoração antecipada do sucesso macabro da empreitada, entre galhofas e risos, foi tomar umas talagadas de cana com um de seus aprendizes que o acompanhavam.

Longe da violência e da bizzarria, do outro lado do mercado, alguém cantarolava a toada popular:

*“Menina bonita
quando eu for te levo
para a estrada nova
pra linha de ferro.*

*Quando eu piso, piso
no chiado da botina
minha mãe me dá dinheiro
pra roubar essa menina”.*

O avô da moça, no entanto, logo fora avisado. E não fez outra coisa, naquele dia, que esperar o bandido em sua casa. Mas esperá-lo já de arma na mão. Com o seu rifle “*papo amarelo*”, como são conhecidos entre nós os *Winchesters*, ficou longo tempo postado, silencioso, pensativo, mas atento, atrás de uma das janelas de sua casa. À tardinha, antes do pôr do sol, ouviu o reboliço dos cavalos: eram o jagunço e seu acompanhante que chegavam. Ao vê-lo de arma em punho e já pronto a atirar, o aprendiz de cangaceiro, mesmo surpreso, querendo mostrar-se valente ao seu mestre, toma-lhe a frente. Tudo se deu muito rápido. Não chegaram sequer a desmontar. O velho o avisa, peremptório: “*Saia do meio ou morre também!*”. E o aprendiz de cangaceiro, abaixando-se na sela, foge em disparada. E o tiro mortal atinge Chico de Barros, derrubando-o do cavalo. Um único tiro fora suficiente para pôr termo à vida do valentão Chico de Barros!

Cheguei a ouvir uma outra versão da morte de Chico de Barros, sem a riqueza dramática da original. O velho apanhara do bandido e o matara posteriormente em uma emboscada, num carnaubal no caminho de Tabatinga. E não fora com o *Winchester*, mas com um clavinote. Pode ter sido dessa forma. Adoto, porém, a versão que ouvi, ainda criança, de meu avô. Pelo que há de encanto lendário. Assim, posso repetir, como aquele personagem do filme de Ford, em *O homem que matou o facínora*: “*Aqui no Oeste, quando a lenda for superior à realidade, imprima-se a lenda!*”.

O INVENTÁRIO DE THOMAZ BENGALA

João Felipe da Trindade

Embora tenha deixado uma descendência ilustre, o nosso personagem, Thomaz Bengala, deixou, também, um mistério com relação a sua vida e a sua morte. Não se sabe quando nasceu, quem eram seus pais, com que idade faleceu, e onde foram registrados seus filhos. Em nenhum livro vi referência ao seu nome, nem Câmara Cascudo nem Olavo Medeiros Filho escreveram, que seja do meu conhecimento, qualquer coisa sobre esse Thomaz de Araújo Pereira Junior, que viveu em Santana do Matos.

Buscávamos seu inventário, acreditando que boa parte desse mistério pudesse ser resolvida. Mas, nada. De qualquer forma, algumas novidades surgiram que vamos inserir aqui. Não vamos entrar nos detalhes dos bens, que não eram muitos. Não parecia ser uma pessoa abastada.

Sobre seu inventário, que chegou às minhas mãos, pelo descendente Prof. João Abner, informamos, inicialmente, que: Aos dezoito dias do mês de maio de 1863, na Fazenda São José, do Termo da Cidade do Assú, em casa de aposentadoria do Doutor Juiz de Órfãos, Doutor Ignácio Dias de Lacerda, e na presença do escrivão do seu cargo João Batista de Oliveira Monteiro, foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos, onde Dona Rita Regina Câmara informou que seu marido, Thomaz de Araújo Pereira Junior, faleceu aos 31 de outubro de 1862, sem deixar testamento, e que daria os nomes dos filhos, com suas respectivas idades, como também a relação dos bens deixados pelo marido, sem ocultar nada. Assinou por ela, por não saber escrever, seu irmão Manoel Antonio de Miranda.

Nessa declaração inicial, de Dona Ritta Regina, nenhuma informação sobre a causa da morte, nem tampouco a idade do falecido. Mas, uma coisa ficou, aparentemente, clara, que seu pai se chamava Thomaz de Araújo Pereira.

Sobre os filhos, disse Dona Ritta Regina que seu marido, Thomaz de Araújo Pereira Júnior, deixou os seguintes: Maria, de 7 anos; Ananília,

de 4 anos; Bemvenuto, de 3 anos e Vivaldo, de 2 anos de idade.

Com a informação acima, podemos inferir que Thomaz e Regina devem ter se casado um pouco antes de 1855.

Na parte das dívidas devidas, citou Dona Ritta a quem devia o casal: à sua irmã Maria Francisca Nobre, procedido de dinheiro de empréstimo; aos órfãos de Vicente Gomes de Lima, por ter sido seu marido tutor dos referidos; a seu pai João Ferreira de Miranda, e a Canuto Ildefonso Emerenciano, procedido de fazendas que o marido dela comprou ao referido Canuto.

Uma coisa que chama nossa atenção, no item das dívidas, é o fato de não aparecer nenhum parente de Thomaz, mas uma irmã e o pai de Ritta. Aliás, em todo o inventário não aparece parente algum do inventariado.

Dona Ritta, até por seu requerimento, ficou como tutora dos filhos por certo tempo, e seu irmão como fiador, já em 1863, conforme seu procurador Luiz da Rocha Pitta, mas por um pedido desse seu irmão, houve alteração, em 1870: Diz Manoel Antonio de Miranda, residente no Termo de Ceará-Mirim, em qualidade de fiador de Rita Regina da Câmara, tutora dos órfãos seus filhos, que tendo esta mudado-se deste Termo para o de Acary, e o suplicante para o de Ceará-Mirim, e desejando este lançar-se fora da dita fiança, vem requerer a V. S^a se sirva de ordem que sejam enviados para o referido Termo de Acary, os autos do inventário que se precedeu por falecimento do marido da dita tutora, Thomaz de Araújo Pereira, que devem existir no Cartório de Órfãos deste Termo, a fim de que possa aí ser nomeado outro tutor dos referidos Órfãos, visto ter aquela passado à segunda núpcias.

Nesse ano de 1870, ela nomeou Joventino da Silveira Borges (nomeado tutor no lugar de Ritta), em primeiro lugar, e Luiz Valcacer da Rocha Pitta, em segundo lugar, para prestarem contas no Juízo de Órfãos de Assú, dos bens dos seus filhos. Esse documento veio com as assinaturas de Manoel Pires de Albuquerque Galvão (segundo marido de Rita Regina), José Ferreira Nobre Câmara e João Ferreira de Miranda Junior (irmãos) e Manoel Victoriano da Silva Santos.

Nesse mesmo inventário, encontramos que: Em 5 de setembro de 1883, no Sítio Area, termo de Acary, em casa do capitão Luís de Medeiros Galvão foi intimado o tutor para prestar contas, que na ocasião informou que todos os bens foram entregues aos seus tutelados, em virtude dos seus casamentos e por terem atingido idade de suas emancipações, estando presentes eles e seus maridos: Manoel Jacintho da Silveira Borges, Manoel Salustino Gomes de Macedo, Bemvenuto Pereira de Araújo, e Vivaldo Pereira de Araújo, por si e como administradores de suas mulheres Maria Regina e Ananília Regina. Assim, e aí presentes, assinaram dando quitação do recebimento de suas legítimas, na presença do Juiz de Órfãos Doutor Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão.

Annanília Regina e seu marido Manoel Salustino Gomes de Macedo foram os pais do Desembargador Thomaz Salustino. Manoel Salustino, natural de Picuí era tio avô do meu sogro Francisco Umbelino Neto.

Em artigos anteriores, transcrevemos os casamentos de Vivaldo Pereira de Araújo com Maria Quitéria da Silveira, filha de Manoel da Silveira Borges, e Maria Quitéria Barbalho Bezerra, e o de Maria Regina de Miranda com Manoel Jacinto da Silveira, filho legítimo de Jacintho José Thomas da Silva e Anna Clara da Silveira, já falecidos.

No casamento, de Vivaldo, é informado de que ele era natural da Freguesia de Santa Rita.

O segundo casamento de Dona Ritta Regina foi em Acari, como segue:

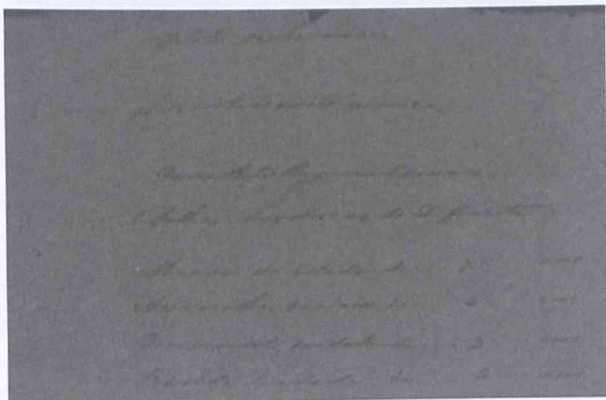
Aos trinta de setembro de mil oitocentos e sessenta e nove, pelas sete horas da tarde, no Sítio Cascavel, desta Freguesia de Acari, depois de obtida as necessárias dispensas de parentesco de afinidade, proclamas e hora, uni em matrimônio os contraentes Manoel Pires de Albuquerque Galvão e Rita Regina da Câmara, viúvos, sendo ele desta Freguesia e ela da Freguesia de Sana Rita da Cachoeira, servatis servandis, sem

impedimento algum, em presença das testemunhas Antonio Pires de Albuquerque Galvão e Sérvulo Pires de Maria Galvão, que comigo assinaram o assento, pelo qual mandei fazer este assento que assino. O Vigário Thomaz Pereira de Araújo.

Duas coisas chamam nossa atenção no casamento de Ritta Regina: primeiro, que ela era da mesma Freguesia do filho Vivaldo, a saber Santa Rita da Cachoeira; segundo, a dispensa de afinidade no casamento com Manoel Pires de Albuquerque Galvão. Já tínhamos visto em um registro de 1864, que Dona Ritta Regina, viúva, foi madrinha, no Sítio Bodó, sendo dada sua Freguesia como sendo de Santa Cruz. Quanto à afinidade, pode ter vindo de duas possibilidades: a mãe de Manoel Pires é descendente do Velho Thomaz de Araújo Pereira (o primeiro do nome), um parentesco distante, ou, talvez, Manoel Pires fosse parente bem próximo de Thomaz de Araújo Pereira Júnior. Corre uma lenda, segundo me contou o Prof. João Abner, à boca pequena, na família, que Thomaz Bengala era filho natural do Padre Thomaz Pereira de Araújo, com uma moça, lá de Santana do Matos, esse mesmo que casou Ritta com Manoel Pires. Porfíria Alexandrina de Jesus, uma irmã do Padre, foi casada com Antonio Pires de Albuquerque Galvão Junior, irmão de Manoel Pires, esposo de Ritta Regina. Outro irmão do Padre, de nome Antonio Pereira de Araújo Júnior, foi casado com Teodora Maria de Jesus, irmã de Manoel Pires.

Os pais de Ritta Regina da Câmara eram João Ferreira de Miranda e Joaquina Maria da Conceição. Esse casal já estava em Santana do Matos, em 1837, pois foi aí que batizou uma filha de nome Maria, no Sítio São José, tendo como padrinhos Luiz da Rocha Pitta e minha trisavó, Maria Ignácia Rosalinda Brasileira. A batizada, talvez, fosse Maria Francisca Nobre, a irmã que emprestou dinheiro para o casal Thomaz e Ritta. Nos filhos de João Ferreira de Miranda e Joaquina Maria, aparecem sobrenomes com Câmara e Nobre.

Não encontramos em Santa Cruz (Santa Rita da Cachoeira) qualquer registro sobre Ritta Regina ou seus filhos, embora ela e Vivaldo sejam dados como dessa freguesia. Esperamos encontrar outros documentos que ajudem a desvendar o mistério que envolve a vida de Thomaz Bengala.



Filhos de Thomaz e Ritta Regina

MACAU: A CIDADE, O SAL E A LUTA POR DIREITOS

João Maria de Sousa Fraga
Fábio Pereira Feitosa

Por meio deste artigo, apresentamos parte de uma pesquisa que vem sendo realizada desde março de 2014, cujo objeto de estudo é a cidade de Macau, em particular o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Macau. Os dados que servem de base para este trabalho foram coletados através de pesquisas bibliográficas e também por meio de entrevistas realizadas com antigos trabalhadores da extração do sal e com seus familiares. Os olhares lançados às questões apresentadas vêm da lupa de historiadores; daqueles que não são bombeiros nem juízes, que não resgatam nem condenam; tentam compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes, como bem mostra Napolitano (2004, p. 17). Nesse sentido, o nosso objetivo maior é revelar e interpretar dados importantes desse município, considerando o papel político, histórico e econômico de protagonistas ainda pouco valorizados.

Macau possui espaços diversos, complexos e importantes. Optamos por contar recortes de sua história, a partir do olhar daqueles que contribuíram significativamente para a grandeza dessa região. Elegemos o sal como nosso fio condutor para o desenho deste artigo (re) contado por coautores diretamente implicados. Trataremos do contexto maior do sal no Brasil, visitaremos os espaços dos trabalhadores das salinas macauenses, traremos anseios organizados em sindicatos e faremos nossas conclusões.

Macau: uma perspectiva histórica



Figura 1: Vista aérea da cidade de Macau. Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=5>. Acesso em: 23 out. 2014.

O Brasil é dividido em cinco regiões (norte, sul, nordeste, centro-oeste e sudeste). Macau está localizada na região nordeste. Essa região possui nove estados, dentre eles, o Rio Grande do Norte. Esse Estado tem 167 municípios, e essa terra salineira situa-se na microrregião⁵ de Macau, na Mesorregião⁶ Central Potiguar e no Polo Costa Branca⁷. Inicialmente, esse território pertenceu ao município de Assú desde 1783, depois, a Santana do Matos, em seguida, a Angicos, e finalmente tornou-se autônoma no ano de 1847. Geograficamente, Macau faz fronteira ao norte com o oceano Atlântico, a leste com o município de Guamaré, a oeste com os municípios de Pendências, Carnaubais e Porto do Mangue e ao sul com o município de Pedra Avelino. De acordo com o último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, Macau conta com uma população de aproximadamente de 28.954 habitantes, estando distante 174.29 km de Natal, capital do estado.

Geraldo Falcão / Banco de Imagens Petrobras



Figura 2: Sonda-terra em Macau. Disponível em: <<http://www.hotsitespetrobras.com.br/petrobrasmagazine/Edicoes/edicao56/pt/internas/sondagem-terrestre/>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

O município de Macau encontra-se em umas das principais regiões produtoras de sal marinho do Brasil, bem como de petróleo e de pescados, sendo reconhecido como um dos maiores produtores de sardinha do Brasil.

5 Microrregião, de acordo com a Constituição Brasileira (art.25, §3º), é um agrupamento de municípios limítrofes, tendo como finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comuns.

6 Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que agrupa diversos municípios numa área geográfica com semelhanças econômicas e sociais

7 O Polo Costa Branca é uma região localizada no centro e no oeste do Rio Grande do Norte e possui uma geografia plana, predominantemente marcada pela existência de dunas e de salinas.

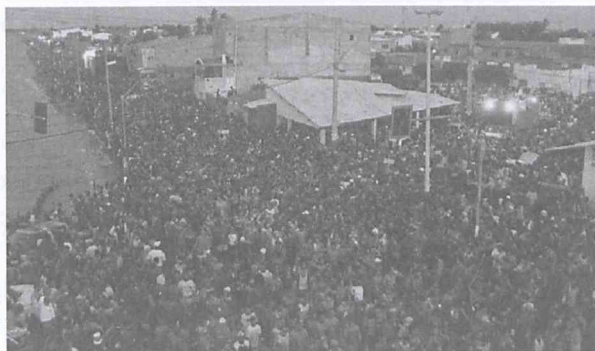


Figura 3: Carnaval em Macau. Disponível em: <<http://olhodemacau.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2015

Esse município também é conhecido como um dos principais polos carnavalesco do Rio Grande do Norte, o que atrai não só visitantes locais, mas também de todo o Brasil.

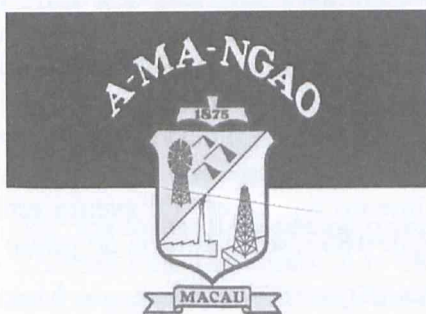


Figura 4: Bandeira de Macau- RN . Disponível: <http://www.obaudemacau.com/?attachment_id=511>. Acesso em: 23 out. 2014.

De acordo com o folclorista Luís da Câmara Cascudo (1968, p. 206), Macau tem esse nome desde o ano de 1797. A raiz chinesa do nome explica-se pelo fato de que, desde 1557, Portugal possuía uma colônia na China com esse nome.



Figura 5: Procissão Marítima de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira de Macau-RN. Disponível em: <<http://wallacyatlas.com/?tag=padroeira>>. Acesso em: 11 jan. 2015..

Macau é uma corruptela da palavra chinesa A-MA-NGAO e significa Porto ou Abrigo da Alma, deusa dos navegantes. Tal alusão foi incorporada pela Igreja Católica em Macau e personificada no nome da padroeira local: Nossa Senhora dos Navegantes, cuja celebração litúrgica é realizada anualmente no mês de agosto.

Ao analisarmos historicamente o processo de ocupação do atual município de Macau, percebemos que ele é uma consequência direta do êxodo dos moradores da extinta ilha Manoel Gonçalves, localizada ao norte de Macau. Os primeiros habitantes dessa ilha chegaram àquela região por volta do final do século XVII. Dentre os primeiros moradores, estavam pescadores e trabalhadores das salinas. Ao longo do século XVIII, a ilha Manoel Gonçalves tornou-se um importante entreposto comercial, onde vários navios aportavam em busca de sal, peixe e algodão, gerando assim uma significativa movimentação mercantil. Essa atividade desencadeou a transformação da ilha em um importante porto da então capitania do Rio Grande. O historiador e folclorista Câmara Cascudo, ao referir-se à ilha Manoel Gonçalves, afirma:

Em fins do século XVII era intensamente povoada com armazéns de taipa para guardar peixe seco, rumas de sal [...] além de gente pobre e pequenos traficantes, nela viviam portugueses abastados com prole extensa [...] (Revista do IHGRN – XXXII/XXXVIII – 1935 a 1937).

A saída das famílias da ilha Manoel Gonçalves começou a ser desenhada por volta do ano de 1815. A razão para isso foi o avanço das águas do mar que culminou em seu total desaparecimento em 1857. Tal evento está registrado no *Roteiro da Costa do Norte do Brasil*, de 1857, sob a autoria do piloto Joaquim de Sousa Aguiar.

Os primeiros habitantes e povoadores de Macau foram os membros da família do capitão João Martins Ferreira. Com o decorrer do tempo, novos moradores vieram e se fixaram nessa localidade, instalando casas de comércio e fábricas de sal (Revista do IHGRN – XXXV a XXXVII – 1940, p. 220). De acordo com Carmo Júnior (2006, p. 27), até meados de 1949, a cidade de Macau resumia-se a uma área menor do que hoje é a área ocupada por seu principal bairro, o Centro.

Ao analisarmos o desenvolvimento da cidade de Macau, percebemos que este teve como período áureo o intervalo entre as décadas de 1940 a 1960. Esse período tornou-se conhecido pelo significativo aumento da circulação de capital em Macau, decorrente da atividade salinera. O incremento da economia macauense repercutiu diretamente nas estruturas sociais, culturais e demográficas; chamamos a atenção para o espaço ocupado nesse contexto pela extração do sal.

Macau contada por homens do sal, homens e mulheres da herança imaginária do contexto salineiro macauense



Figura 6: Trabalhadores na extração do sal em Macau-RN Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=10062>. Acesso em: 23 out. 2014.

O sal de Macau é protagonista das belas dunas brancas que tanto encantam os turistas; das praias e do carnaval. Mas também é protagonista das histórias que acalentam o revolto passado de familiares que sobreviviam da extração do sal. Se por um lado, o município ganhava visibilidade com esse recurso, devido ao status que ele tinha, por outro, somava as histórias acalentadas pelos trabalhadores e silenciadas na dor e na luta.

Sabemos que o sal vem sendo usado desde os primórdios da humanidade, estando ele presente em diversas culturas como, por exemplo, nas civilizações babilônica egípcia, chinesa e nos grupos ameríndios. Para Silva (1966), em todo o mundo civilizado o sal sempre se constituiu em um artigo de primeira necessidade.

Além de sua importância natural, o sal, ao longo da história, foi imbuído de um caráter místico por diferentes povos. Algumas das civilizações antigas o consagravam as suas divindades. Para os egípcios, o sal era uma matéria sagrada, na Roma Antiga, ele era tido como um símbolo de sabedoria, sendo utilizado em rituais com recém-nascidos. O sal era jogado sobre os bebês para que não lhes faltasse sabedoria ao longo da vida. A Igreja Católica incorporou e adaptou esse costume, usando pedras de sal no batismo, para que a sabedoria venha ao que se batiza (SILVA, 1966, p.11).

Ao longo da história, em virtude de seu valor, o sal tornou-se alvo de inúmeras disputas no globo. Por volta do ano de 250 a.C., Roma e Cartago se envolveram em uma guerra que tinha como objetivo conseguir o monopólio da produção e distribuição do sal no mar Adriático e no mar Mediterrâneo. Por volta de 110 a.C., após dar início ao monopólio imperial sobre o sal, o imperador da China Ha Wu Di passou a considerar como crime a pirataria do sal⁸.

O sal foi objeto de desejo da Coroa Portuguesa. Estando inserida na política mercantilista, esta proibiu o Brasil de programar e desenvolver manufaturas têxteis e

8 NORSAL. O sal na história. Disponível em: <http://www.norsal.com.br/o_sal/historia.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

a indústria de sal. A fim de estruturar tais medidas, o governo português criou leis, sanções e multas. Ao se referir a esse período, o historiador Caio Prado Júnior (1976, p. 104) assegura:

O sal marinho constituía monopólio da coroa, tendo sido um dos mais pesados e onerosos que a colônia teve de suportar, pois afetava um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o e para proteger a produção dificultava-se o mais possível a produção brasileira.

O monopólio do sal perdurou até meados de 1802. Sobre o seu fim, Caio Prado Júnior (1976) afirma:

A partir da segunda metade do século XVIII, a situação econômica internacional voltava-se inteiramente contra as monarquias ibéricas. O antigo sistema econômico, fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial.

O fim do controle estatal a esse mineral é resultante de uma série de fatores, entre eles: a expansão da pecuária no norte agrário⁹, o desenvolvimento da mineração, tendo em vista que ambos repercutiram no aumento da demanda de vários produtos, entre eles o sal. Incapaz de garantir o pleno abastecimento, a coroa portuguesa permitiu o uso do sal brasileiro, desde que comercializado por contratadores. Com a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, o comércio do sal foi liberado.

O Rio Grande do Norte é um dos principais produtores de sal do Brasil e tal posto foi fruto de uma série de fatores. Dentre eles, destacam-se: a localização geográfica do RN, o clima e a periodicidade da seca; a junção desses favorece a intensa obtenção do sal.

Entre os anos de 1808 a 1859, a indústria da extração do sal em solo potiguar desenvolveu-se com objetivo de atender à demanda do consumo nacional. O processo de evolução da indústria salinera no Rio Grande do Norte, de modo especial em Macau, está intimamente ligado ao contexto nacional, sobretudo a partir de 1950, quando na gestão presidencial de Juscelino Kubitschek a industrialização no Brasil entrou em uma nova fase, sendo esta impulsionada pelo Plano de Metas¹⁰, por meio do quais várias indústrias foram beneficiadas.

9 O conceito de Norte Agrário refere-se à parte do atual Nordeste, tendo em vista que no tempo do Império, a divisão geográfica do Brasil limitava-se apenas a Norte e a Sul. Sobre a criação do conceito Nordeste, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

10 O chamado Plano de Metas foi um importante programa desenvolvido ao longo da gestão do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o mesmo previa o cumprimento de 31 metas, estando estas agrupadas em seis grupos: energia, alimentação, indústria de base, transportes, educação e a construção de Brasília. O Plano de Metas é visto por muitos como um programa ambicioso e responsável por fomentar a indústria de base no Brasil.

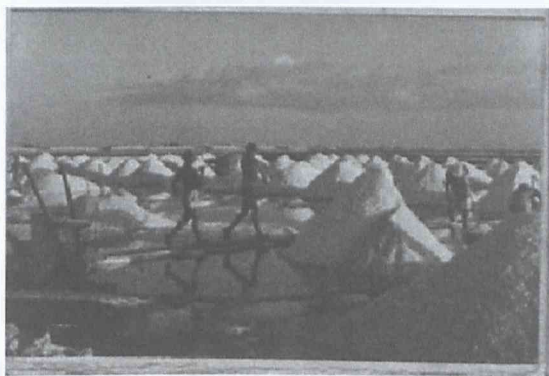


Figura 7: Trabalhadores na extração do sal em Macau-RN. Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=24021> Acesso em: 23 out. 2014.

Antes de falarmos propriamente sobre o trabalho desenvolvido nas salinas, é de suma importância estabelecer uma diferenciação entre dois personagens que atuam nas dependências desse local e que comumente são confundidos, são eles: o salineiro e o trabalhador na extração do sal. O salineiro não é o trabalhador responsável pela labuta de extrair o sal nas salinas, ele é o proprietário da salina. O trabalhador na extração do sal é o responsável por extrair esse mineral, e ao contrário do salineiro, ganha miseravelmente.

A produção de sal marinho é fruto de uma atividade extrativa, sendo este obtido a partir da exploração das águas do mar. Os trabalhadores da indústria salineira em Macau provinham majoritariamente de dois grupos distintos, sendo o primeiro oriundo das zonas periféricas, localizadas no entorno das salinas, o segundo procedia das zonas rurais dos municípios vizinhos, como por exemplo: Assú, Pendências, Pedro Avelino, entre outros. Esse contingente era composto por agricultores, que no período de seca enxergavam no trabalho nas salinas uma forma de subsistência para si e para suas famílias. O ex-trabalhador na extração do sal, Francisco Barbalho, conhecido como “Tichico” afirma: “Comecei a trabalhar nas salinas com meus dezesseis anos [...]. Não tinha trabalho, todo mundo da região de Macau, da cidade de Assú, todo mundo trabalhava nas salinas [...]”¹¹.

O trabalho desse segundo grupo, assim como a produção do sal, era sazonal. Portanto, no período de entressafra, que coincidia com o inverno, os trabalhadores voltavam as suas atividades agrícolas.

A organização produtiva na extração do sal exigia que os trabalhadores muitas vezes se submetessem a condições análogas à escravidão. Eles possuíam uma dura jornada de trabalho, começando cedo da madrugada, que poderia variar de 14 a 18 horas por dia. Tinham um intervalo no horário do almoço. A opção por esse horário coincidia com a intensificação da luminosidade refletida nas pilhas de sal. A jornada de trabalho na extração do sal ocorria da segunda à sexta, incluindo, muitas vezes, sábados, domingos e feriados.

11 Entrevista concedida aos autores em 12 de março de 2014.



Figura 8: Trabalhador transportando sal, sob o olhar atento do conferente. Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=24021> Acesso em: 23 out. 2014.

A remuneração dos trabalhadores na extração do sal era feita semanalmente e era calculada de acordo com a produção individual. Ao desempenhar suas funções, eles utilizavam ferramentas rudimentares como pás, chibancas e enxadas; não possuíam uniformes. Suas roupas eram produzidas a partir de sacos de farinha e eles usavam sandálias fabricadas a partir de borracha de pneus de automóveis amarradas com tiras feitas de câmara de ar.

A extração do sal é, por si só, uma atividade constante de insegurança e angústia para os trabalhadores. Em virtude da intensa jornada de labuta, Sabino (1985, p. 30) remarca que os traços deixados no ser humano ao chegar aos quarenta anos. Segundo o autor, a aparência é semelhante a “trapos humanos”. O jornal *Folha de S. Paulo*, em reportagem realizada na década de 1960, ao se referir aos trabalhadores na extração do sal, afirmou:

Ganha miseravelmente alguns meses, apenas, por ano [...]. Além dos pés e das mãos violentadas pelo contato direto com o sal bruto, há outro problema: o do salineiro que fica cego [...] reflexo da luz sobre o sal branquíssimo que invade as retinas, força as sensibilidades e acaba abastando a capacidade visual de um organismo desvitaminado [...] (Folha de S. Paulo, 18 de abril de 1963).



Figura 9: Trabalhadores transportando o sal no balaio, equilibrando-se numa tábua estreita. Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=24021>.

A produção do sal era medida em alqueire¹². O alqueire oficial era de 32 de cuias, mas nas salinas o mesmo valia apenas 36. Essa diferença objetivava compensar o desgaste do sal sob o efeito do vento e da chuva. O transporte do sal era feito nos chamados balaio. Sobre a condução do sal nos balaio, Fernandes (1995, p. 80), em sua obra traz depoimentos de trabalhadores. De acordo com um antigo trabalhador na extração do sal afirma:

O balaio era carregado por duas pessoas. Ele ficava pendurado num pau, uma pessoa ia à frente e outra ia atrás. Quando estava botando o sal, no balaio, com mais de 60 kg, cada indivíduo era quem queria botar mais rápido, ai caía, em cima daquelas pranchas, se arrasava todo... Ah meu amigo, aquilo é vida pro cão, agora tudo aquilo, mal dormindo, mal comido, desassossegado. O balaio feria a gente [...].

A claridade do sol era considerada como um dos principais inimigos dos trabalhadores na extração do sal. O uso de óculos escuros era previsto em lei e estes tinham um tempo útil de aproximadamente um ano. Todavia, quase sempre antes do prazo, eles já não possuíam utilidade alguma, ocasionando graves problemas na visão. Em virtude de tais problemas, muitos foram obrigados a se retirar do trabalho e, diante da impossibilidade de prover o sustento de suas famílias, acabavam adentrando nos caminhos da mendicância. Outro grave problema era o aparecimento de tumores ocasionados pelo contato direto com a água do mar associada a produtos químicos. Tais tumores eram conhecidos como “maxixe”. Eles apareciam geralmente nos dedos dos pés e nas pernas. Objetivando criar uma suposta proteção contra uma provável infecção e proliferação dos tumores, os trabalhadores revestiam o(s) dedo(s) com um bico de mamadeira de criança. Nas salinas inexistia qualquer tipo de assistência médica.



Figura 10: Trabalhadores transportando o sal da plataforma para o navio. Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=24021> Acesso em 23/10/2014.

O transporte do sal para as embarcações também se constituía em uma complicação enfrentada pelos trabalhadores, tendo em vista que, ao longo do mesmo, os acidentes eram constantes, de modo especial as quedas. O transporte era realizado à noite e acontecia por cima de pranchas de madeira. A falta de iluminação prejudicava o percurso e ocasionava quedas.

12 Antiga medida de capacidade para secos, sobretudo cereais, mas de volume variável.

O rancho era conhecido como um espaço bastante frequentado pelos trabalhadores na extração do sal. Nele, era preparada a alimentação dos trabalhadores. Entre os provimentos que não podiam faltar estavam: feijão, carne seca, farinha, café, bolacha e rapadura.

Os gêneros alimentícios eram adquiridos pelos trabalhadores por meio da compra nos barracões que funcionavam como uma espécie de mercearia, no interior das salinas. De acordo com o ex-funcionário da Companhia de Comércio e Navegação, Francisco de Assis de Miranda, mais conhecido como “Brizola”, esses locais eram de propriedade dos salineiros e administrados por um encarregado. Os barracões, de acordo com ele, “acabavam com os salineiros, porque vendiam tudo pelos olhos da cara¹³”.

Tal afirmação é também confirmada por Sabino (1985, p. 30), quando ele assegura que o barracão cobrava “duzentas ou trezentas vezes mais caro que os preços normais do comércio”. O pagamento dos produtos adquiridos pelos trabalhadores era realizado no fim de semana, quando estes recebiam o seu ordenado pelo labor semanal.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Salinas e a luta por direitos

O Sindicato dos trabalhadores nas Salinas foi, sem dúvida, uma das maiores conquistas alcançadas, tendo em vista que ele surgiu como espaço de discussão política da categoria. Os trabalhadores na extração do sal de Macau sempre acalentaram o projeto de articulação e estruturação de uma entidade representativa para tal setor. A primeira entidade representativa surgiu em Macau, por volta do século XIX, quando Francisco Honório Canuto da Silveira, Fagundes de Menezes e Pedro Felipe de Menezes, fundaram a Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal. Na atualidade, existem poucas informações sobre ela. Porém, sabe-se que, devido a sua luta contra mandos e desmandos, ela foi alvo de forte retaliação por parte da classe patronal.

A reorganização da classe dos trabalhadores na extração do sal da cidade de Macau foi fruto da convergência das inúmeras dificuldades enfrentadas pela classe dos trabalhadores na extração do sal, bem como pelo contato direto com ideias vindas do Sul do Brasil.



Venâncio Zacarias de Araújo

Figura 11: Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=33850>. Acesso em: 23 out. 2014.

13 Entrevista concedida aos autores em 22 de março de 2014.

O responsável pela rearticulação da classe dos trabalhadores na extração do sal na cidade de Macau foi Venâncio Zacarias de Araújo. Oriundo de Santana do Matos, assim como a maior parte dos trabalhadores na extração do sal, alternava os trabalhos agrícolas com as atividades nas salinas.

Em 30 de agosto de 1938, Venâncio organizou uma reunião no rancho da Salina Conde Pereira, popularmente conhecida como Salina Julião. Essa reunião teve como pauta principal a criação de uma associação representativa dos trabalhadores na extração do sal. Após a reunião, foi fundada a Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau, sendo presidida próprio Venâncio Zacarias. O presidente da associação contou com colaboração de Virgílio Bráulio Bezerra e João Eusébio.

Inicialmente, as atividades da Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau foram realizadas no próprio interior da Salina Julião. Posteriormente, foram transferidas para a sede da Delegacia do Sindicato dos Marítimos em Macau, onde funcionou de 1939 a 1943, quando o seu principal líder, Venâncio Zacarias, migrou como Soldado da Borracha para o Amazonas¹⁴.

Após uma tumultuada estadia no Amazonas, Venâncio retornou para a cidade de Macau, onde conseguiu um cargo de fiscal junto à prefeitura. Ao mesmo tempo em que



Figura 12: Disponível em: <http://www.obaudemacau.com/?page_id=33850> Acesso em 23 out. 2014.

exercia suas funções como funcionário público, buscou reestruturar a associação, tendo em vista que a mesma, com a sua ida para o Amazonas, ficou acéfala de sua principal liderança (SOUSA, 2002, p. 68).

Como resultado direto do processo de reorganização desencadeado por Venâncio Zacarias, a Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau obteve a sua carta sindical em 11 de novembro de 1948. Esse documento foi emitido por Honório Monteiro, Ministro do Trabalho na gestão do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

14 Soldado da Borracha foi o nome atribuído aos brasileiros que, entre os anos de 1943 a 1945, foram alistados e levados para a Amazônia pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), com objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América ao longo da Segunda Guerra Mundial.

A primeira sede do recém-reconhecido Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Macau estava localizada próximo à esquina da antiga Rua do Cruzeiro.

A década de 1960 foi um momento de grande desenvolvimento na indústria da extração do sal na cidade de Macau. Em época de colheita, era comum encontrar até quatro mil pessoas trabalhando na extração desse mineral. Tal número era refletido diretamente na arrecadação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal, tendo em vista que este chegou a possuir uma arrecadação semelhante ao orçamento da prefeitura daquela cidade. O significativo arrecadamento obtido pelo Sindicato era refletido em sua infraestrutura. Ao se referir a ela, Enilde de Damundo¹⁵ afirma que o Sindicato contava com uma sede própria, duas farmácias compostas por uma grande variedade de medicamentos, além de médico para atender a qualquer hora os trabalhadores na extração do sal, bem como seus familiares e alguns moradores das redondezas que porventura viessem a precisar de atendimento. O Sindicato também possuía um ambulatório e dois carros. A entrevistada chama a atenção para o fato de que o Sindicato também contava com um aparelho de raios-x, pois naquela época nem a prefeitura possuía um aparelho semelhante.

Ao analisarmos a história do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Macau, percebemos que a mesma está dividida em três fases, estando as duas primeiras interligadas, mas possuindo características diferentes. As duas primeiras fases são marcadas pela forte hegemonia sobre essa entidade, sendo ela personificada nas respectivas gestões de Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra de Araújo.

O ex-fiscal e ex-vereador Antônio Chagas, ao se referir as duas primeiras fases do Sindicato, afirma que foi na gestão de Floriano Bezerra, que a luta em busca por direitos e melhores condições de trabalho foi intensificada:

Floriano possuía outras instruções [...] no tempo de Venâncio no sindicato a gente pagava a contribuição sindicalista e só tinha alguns direitos, mas no tempo de Floriano ele criou o Contrato Coletivo¹⁶, o trabalhador tinha direito a férias, tinha direito ao fundo de garantia, Floriano assumiu e criou esses direitos todos.

A gestão de Floriano Bezerra foi marcada pelo rompimento com as práticas assistencialistas da gestão anterior, bem como pela criação do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal (SESTIS). Esse serviço disponibilizava assistência médica, odontológica, hospitalar e farmacêutica para os trabalhadores e seus dependentes.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, com o passar do tempo, foi agregando a suas fileiras centenas de trabalhadores. Isso refletiu diretamente em sua influência sobre a sociedade local, o aumento desta materializou-se na eleição de alguns de seus membros: Venâncio Zacarias de Araújo,

15 Entrevista concedida aos autores em 15 de março de 2014.

16 O Contrato Coletivo de trabalho é um conjunto de normas que regulam as relações profissionais de uma determinada categoria de trabalhadores no alcance de seu sindicato. O Contrato Coletivo é a garantia ao trabalhador de que os direitos serão respeitados.

eleito prefeito de Macau, Floriano Bezerra de Araújo, eleito deputado estadual, Antônio Chagas e Evaristo da Silva, eleitos vereadores da cidade de Macau.

O salineiro Venâncio Zacarias ampliou seu espaço de luta. Sua candidatura à prefeitura de Macau representou o seu rompimento com os grupos ligados à elite política local, tendo em vista que o mesmo, em um primeiro momento, estava ligado ao grupo político liderado por Dr. José Augusto Varela. A sua candidatura representou um grande impacto para a política local, Dr. Varela, aliado político da família Melo.

De acordo com pessoas que vivenciaram a campanha de Venâncio Zacarias para prefeito de Macau, a mesma marcou a história dos pleitos eleitorais naquela cidade, tendo em vista as diferentes origens dos candidatos concorrentes. Isso gerou um clima de radicalização entre os eleitores, pois muitos afirmavam que aquela eleição era uma peleja direta entre o “tostão e o milhão”.

No que se refere às realizações ao longo da gestão de Venâncio Zacarias de Araújo enquanto prefeito de Macau, Floriano Bezerra, destaca: a construção de salas de aula, a reconstrução de várias escolas e grupos escolares e o calçamento de pedra de muitas ruas naquela cidade.

O declínio do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Macau

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil esteve imerso em um regime militar, tendo sido o mesmo implantado a partir da deposição do então presidente João Goulart, deposto por meio de um golpe civil-militar. Tal golpe foi orquestrado por membros do alto escalão das Forças Armadas do Brasil, juntamente com setores conservadores da sociedade civil brasileira. Ao longo dos 21 anos em que o Brasil esteve sobre o jugo militar, centenas de pessoas foram presas, torturadas, exiladas, e acabaram perdendo seus direitos políticos, entre elas: funcionários públicos, lideranças sindicais, militares, estudantes, membros do clero.

Segundo Mailde Pinto Galvão (2004, p. 28), em 1964, o Rio Grande do Norte encontrava-se dividido entre duas oligarquias conservadoras e antagônicas, de um lado estava o governador do estado Aluísio Alves e do outro, o senador Dinarte Mariz. Neste cenário surge como terceira força política o prefeito de Natal Djalma Maranhão, um político de tendência esquerdista de cunho nacionalista que denunciava permanentemente a interferência do imperialismo estadunidense no Rio Grande do Norte.

Após a consolidação do movimento golpista, diversas pessoas foram presas, entre elas dirigentes, trabalhadores das bases e funcionários das entidades, independentemente de suas convicções políticas, sendo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau um dos mais atingidos pela onda repressora.

Diversos membros do Sindicato foram detidos, entre eles: Venâncio Zacarias, Presidente do Sindicato; Floriano Bezerra de Araújo; Cândido Assunção; Evaristo Lopes da Silva, Raimundo Damundo, entre outros.

Em 15 de abril de 1964, Floriano Bezerra, foi intimado a comparecer na Capitania dos Portos de Macau ao Capitão Antônio Júlio de Souza Bruno. Sobre esse episódio, diz Floriano:

Aí eu fui chamado pelo capitão Bruno. Recebi um carro da Marinha em casa dizendo que eu fosse lá na Capitania e que fosse logo, chamei compadre Evaristo que era meu substituto legal [...]. Vamos lá na Capitania porque quando eu chegar [...] vou logo perguntar se eu estou autorizado ou não a falar como representante do sindicato, se eu tiver, muito bem; se eu não tiver, aí meu substituto legal vai falar pelo sindicato [...] a gente era sim, sempre articulado [...].

Após apresentar-se, foi detido e transferido para a cidade de Natal, onde inicialmente ficou detido nas dependências do quartel da 7ª Divisão de Infantaria, sendo posteriormente transferido para o 16º Regimento de Infantaria. Nas dependências deste, foi vítima de torturas físicas, psicológicas e morais. Em entrevista aos autores, Floriano Bezerra afirma que ao chegar ao 16º Regimento de Infantaria, o capitão Lacerda o acusou de ser um “comunista perigoso, nocivo e virulento”¹⁷, além de ter sido acusado de ser responsável pela articulação de todas as greves ocorridas no Rio Grande do Norte naquele período. Em seguida, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha, ficando detido nas dependências do quartel do Exército. Sobre a prisão de Floriano Bezerra, Enilde de Damundo, afirma:

Floriano foi o primeiro a ser preso [...] o que me revolta é que um homem que nunca fez nada de errado ter saído de Macau como um bandido [...] E pra complicarem a situação de seu Venâncio e Floriano, pagaram um menino pra derramar todas as hóstias.

Floriano Bezerra foi libertado no dia 28 de outubro de 1964, voltando a ser preso em 1968, ficando detido por nove meses no quartel da Polícia Militar de Macau, do qual saiu em 16 de junho de 1969.

A terceira fase do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau corresponde ao período da instalação do Golpe Civil-Militar à intervenção estatal nos sindicatos. Essa intervenção foi extremamente prejudicial para as diferentes categorias que se organizaram em torno dos sindicatos. Isso decorre do fato de que tais entidades acabaram ficando acéfalas, considerando-se que suas principais lideranças foram detidas e a repressão estatal não concedia espaço para a rearticulação dos trabalhadores. Tal procedimento visava impedir o crescimento dos sindicatos. Então, as forças estatais logo trataram de colocar interventores à frente dos sindicatos. O interventor escolhido para ficar à frente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Sal, foi o vereador José Ales de Oliveira, filiado à época ao Partido Social Democrático (PSD). Ele enfrentou a resistência dos sindicalizados, chegando a ter sua integridade física ameaçada.

Passados três meses de intervenção do vereador José Alves de Oliveira, foram realizadas eleições para a direção do Sindicato, em decorrência de problemas ao longo da execução da mesma. No entanto, o pleito foi cancelado por não atender os pressupostos legais, tendo em vista que apenas 17 associados, em um conjunto de mais de 3.000 associados, chegaram a votar. Novas eleições foram organizadas, elegendo José Marques Filho e Valentim Chagas de Oliveira. Em decorrência de

17 Entrevista aos autores concedida no dia 01 de março de 2014.

problemas relacionados à falta de traquejo administrativo e pessoal com a categoria dos trabalhadores na extração do sal, um novo interventor foi imposto. Desta vez, o Tenente da Marinha Orlando Guedes assumiu o Sindicato com a missão de preparar a transição. A sua gestão, de acordo com Sousa (2002, p. 115), foi marcada pelo rigoroso controle sobre a entidade, bem como sobre a categoria. Após a gestão do Tenente Orlando, a direção do Sindicato foi entregue a Anacleto Pereira do Nascimento e Luís de Vasconcelos, nomeados pela Delegacia Regional do Trabalho. Ambos ficaram à frente do Sindicato até outubro de 1967, quando um novo pleito foi realizado, saindo vitorioso do mesmo José Francisco de Sousa, tendo o apoio do grupo cuja influência de Venâncio Zacarias ainda era forte. Mas o começo do fim do Sindicato já estava em andamento.

Gradativamente, o Sindicato na Extração do Sal de Macau foi perdendo o seu papel representativo da categoria dos trabalhadores na extração do sal, e na atualidade funciona apenas para a homologação de processos.

Referências

ARAÚJO, Floriano Bezerra de. *Minhas tamataranas: linhas amarelas: memórias*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARROS, Benito. *Macauísmo: lugares e falares macauenses*. Macau: ICEC, 2001.

BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Violência: O Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

BRASIL. Constituição Federal de 1934, de 16 de julho de 1934.

_____. Decreto-lei nº 1.402, de 5 de junho de 1939.

_____. Constituição Federal de 1946, de 18 de setembro de 1946.

_____. Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945.

_____. Decreto-lei nº 8.739, de 19 de janeiro de 1946.

_____. Decreto-lei nº, de 1 de junho de 1964.

CHAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna 2004.

CÂDIDO FILHO, José. *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis: Vozes: 1963.

CARMO JÚNIOR, João Batista. *Geografia da dominação: um estudo sobre a*

organização da terra do sal (Macau-RN). Natal, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1995.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge; CASTRO, Gomes. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel (Org.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. *Golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 301-342.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1997.

_____. *O sindicato do garrancho*. Natal, 1986.

FERREIRA, Cleide Regina. *Movimento Sindical no RN: 1961-1964*. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal: 1998.

FERNANDES, Geraldo de Margela. *Operários do sal: dois séculos de exploração*. (Coleção Textos acadêmicos, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes).

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. Natal: EDUFRN, 2004.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras, 1996.

MORAIS, Dênis. *A esquerda e o golpe de 1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução de Patrícia Queiroz Carvalho Zimbres: São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS FILHO; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVISTA DO IHGRN. XXXII/XXXVIII – 1935 a 1937. Instituto Histórico e

Geográfico do Rio Grande do Norte.

SABINO, Geraldo. *História do sindicalismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Clima, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, João Ferreira da. *O sal*. Ministério da Educação Nacional Direcção-Geral do Ensino Primário, 1966. (Colecção Educativa).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O MONTE DAS GRAÇAS DE FLORÂNIA: A PARÓQUIA E O CATALICISMO

Padre João Medeiros Filho

Florânia possui uma população marcadamente religiosa e mística. Isto se deve, do ponto de vista sociológico, em parte à sua localização – onde o acesso outrora dificultava a penetração de outras ideias e o contato com diferentes culturas – bem como às características da população serrana notadamente mística. Por exemplo, os habitantes das alterosas de Minas Gerais expressam uma religiosidade forte, passando de geração em geração. Desse mesmo estilo é o espírito místico da população floranense. Como expressão desse misticismo temos a construção da capela ou cruz de “José Leão”, falecido em 20 de janeiro de 1887 e tido pela população como santo. Para ali acorrem peregrinos e fiéis, que depositam seus ex-votos e pagam suas promessas. Este é também um dos fatores que levaram os eclesiásticos e religiosos a erigir um santuário mariano na tentativa de desviar a atenção dos católicos daquele local religioso não aprovado pelas autoridades católicas.

Mas, outras causas influenciaram na vivência religiosa do povo de Florânia. Isto se pode inferir da comparação, em termos percentuais, do número de evangélicos existentes em Florânia e São Vicente. Apesar de ambas as cidades já terem formado uma só paróquia, a primeira conta com menos de 1,1% de não católicos e a segunda, com quase 20% de evangélicos e membros de outras religiões.

Dentre os motivos que podemos citar para uma religiosidade maior na cidade de Florânia, destacam-se a permanência e a residência de seus párocos e outros sacerdotes, mesmo antes da criação da Paróquia. Em razão do clima serrano, contrastando com a temperatura tórrida de outras cidades seridoenses, os vigários que regiam a paróquia vizinha de Jucurutu – cuja criação data trinta anos antes da freguesia de São Sebastião de Flores – preferiam morar em Florânia. Vale lembrar que somente após a criação da diocese de Caicó, os párocos de Jucurutu provinham de Caicó, onde residiam.

Fato marcante, digno de destaque especial, é a presença do primeiro bispo diocesano de Caicó, Dom José de Medeiros Delgado, que durante boa parte dos meses de verão residia em Florânia e transformou essa cidade em sede do “Seminário Ferial”. Isto é, durante as férias acadêmicas, os seminaristas – pertencentes à diocese seridoense e estudando nos seminários de Caicó, Natal e João Pessoa – passavam parte das mesmas em Florânia. Isto fomentou uma vivência maior da liturgia, mais fervor e participação nos sacramentos, manifestação de práticas religiosas etc.

Além do bispo diocesano de Caicó, os padres do seminário permaneciam cerca de um mês em Florânia, pregando, catequizando e transmitindo a Boa-Nova à população. Essa prática durou de 1943 até 1951, quando o referido prelado caicoense fora transferido de Caicó para São Luís do Maranhão como arcebispo metropolitano. O segundo antístite de Caicó, Dom José Adelino Dantas (1910-

1983), quebrou a tradição do seminário ferial floranense, tendo feito ainda duas pequenas experiências na Fazenda Margarida, no município de Cruzeta, não logrando êxito. Posteriormente, abandonou-se tal prática.

Pode-se afirmar tranquilamente que a realidade do seminário ferial em Florânia tornou o seu povo mais piedoso, amante do canto sacro, mais fervoroso, participante da eucaristia e próximo aos sacerdotes.

A SANTA MENINA, O MONTE E O SANTUÁRIO

Segundo a lenda local, com nuances e variações em sua versão, havia uma menina santa, cujo corpo teria sido encontrado e exumado em 1947. Essa menina, segundo alguns fiéis, teria falecido de fome e sede nos tempos de intensa seca. De acordo com outras pessoas, a “santa menina” teria morrido, em tenra idade, em consequência de maus-tratos causados por sua madrasta. Há uma terceira opinião, que afirma ter sido a menina martirizada por não ter permitido ser desonrada, tendo sido antes violentada e estuprada.

Na época, era voz corrente de que no cume de um monte, aos pés de uma imburana (pequena árvore da caatinga, muito esgalhada, da família das burseráceas – *Bursa a leptophleas* –, de folhas penadas, com folíolos aromáticos, flores muito pequenas, fruto oleífero, comestível quando bem maduro, e madeira branca e dura, utilizável em carpintaria e construção), havia sido sepultada uma menina, cujo corpo a terra não destruiu, considerada santa por certos fiéis de Florânia e cercanias.

Contava-se, a partir do imaginário popular, que “o corpo santo” da “menina do monte” era levado para a casa paroquial – pelo Sr. Abílio Córdula, dedicado sacristão de Cônego Ambrósio Silva por muitos anos – e milagrosamente fugia e ficava no Monte, junto ao pé de imburana. Essa árvore, por tal motivo, tornou-se muito procurada e veio a secar, pois os romeiros arrancavam-lhe folhas e galhos para chás, pois a consideravam miraculosa.

Na data do cinquentenário do Santuário, ou seja, em 27 de novembro de 1997, o bispo diocesano de Caicó, Dom Jaime Vieira Rocha, autorizou a colocação da imagem de Nossa Senhora Menina na casa dos ex-votos ao lado do Santuário. Desnecessário afirmar que, decorrido esse tempo, cessaram os motivos que impediam a presença da mesma naquele lugar sagrado. Como comentaremos mais adiante, a imagem existente no santuário é semelhante à de muitos templos da Igreja Católica Brasileira – o que justifica a cautela e a prudência pastoral do primeiro bispo de Caicó.

SANTUÁRIO

Ao contrário das outras dioceses potiguares, que tinham seus lugares de romaria – notadamente Mossoró com a Igreja de Nossa Senhora dos Impossíveis da Serra do Lima em Patu – o Seridó e a diocese de Caicó não contavam com santuário e local de peregrinações. Os fiéis acorriam a outras localidades, especialmente Juazeiro do Norte (cidade de Padre Cícero) e Canindé (Santuário de São Francisco das Chagas), ambas no Ceará. Os que se achavam impedidos de grandes deslocamentos, supriam suas necessidades místicas junto

a locais particulares não aprovados pelas autoridades eclesiásticas. É o caso da Capela ou Cruz de José Leão, localizada no município de Florânia.

Há de se lembrar que o “Santuário do Monte do Galo” (que tem Nossa Senhora das Vitórias como padroeira), na paróquia de Carnaúba dos Dantas, apesar de ser anterior ao Monte de Florânia, datando de 1930, na época ainda era pouco frequentado. Foi construído e bento no paróquiato de Padre Bianor Emílio Aranha (1881-1959). Deve-se a sua revitalização ao dinamismo de Dom José Adelino Dantas – bispo emérito de Ruy Barbosa, na Bahia, e 2º bispo diocesano de Caicó – que optou por residir na cidade de Carnaúba dos Dantas, tão logo renunciou ao governo daquele bispado do sertão baiano. Hoje, junto com o Santuário de Nossa Senhora das Graças do Monte de Florânia, são os principais centros de peregrinação mariana da diocese de Caicó.

Dom José de Medeiros Delgado pensou então em construir um santuário mariano em Florânia. Ali havia todas as condições materiais e espirituais. A piedade do povo, a sede religiosa e mística, a existência da colina ou monte (onde teria sido enterrado o corpo da “santa menina”), apontavam para a construção de uma capela ou santuário.

Por ocasião das santas missões de 1947 animadas pelos religiosos capuchinhos liderados por Frei Otávio Silvestri OFMcap (1908-1996), com a aprovação diocesana, os frades pregadores fizeram uma procissão até o cume do Monte e sugeriram erigir uma pequena capela no cimo da colina, que dista cerca de cinco quilômetros da matriz. O Monte tem uma altitude de 360 metros. De lá se tem uma visão privilegiada de toda a cidade e região circunvizinha. “*Desse local, deve brilhar a luz divina para todo o Seridó*”, era o desejo do bispo diocesano. A construção do templo teve início em 1948, sendo celebrada a primeira missa pelo pároco de então Cônego Ambrósio Silva.

O Santuário do Monte, além de ser um lugar de peregrinações, atualmente é um centro de reflexão espiritual e treinamento pastoral, construído graças aos esforços do inolvidável Padre José Dantas Cortez no governo diocesano de Dom Heitor de Araújo Sales (4º bispo de Caicó), com a ajuda dos católicos austríacos e alemães. O atual prelado seridoense, Dom Jaime Vieira da Rocha, está ultimando a aquisição do mobiliário e demais utensílios indispensáveis para o perfeito funcionamento do Centro de Pastoral Dom Heitor de Araújo Sales dentro dos objetivos concebidos e propostos.

Padre Cortez, falecido de maneira tão precoce e rápida, no seu frutuoso paróquiato, pavimentou, com o apoio dos fiéis e amigos, a estrada que dá acesso à Capela, ornando-a de uma belíssima Via-Sacra rústica. Vale salientar que cada estação foi presente de famílias da paróquia ou da região. Não se pode esquecer os ingentes esforços junto às autoridades locais e estaduais para se levar a água para o citado Centro, bem como a iluminação e energia elétrica.

O Pároco Padre Cortez, com o apoio total do então Prefeito Dr. Pedro Roberto Laurentino, além de inúmeras benfeitorias que se podem observar *in loco*, ambos imbuídos de preocupação ecológica, solicitou do Governo do Estado do Rio Grande do Norte um estudo de orientação e tratamento paisagísticos.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN (IDEMA), vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças, realizou

em setembro de 2000, uma vistoria do local. Em seguida, redigiu-se um laudo onde são apresentadas orientações e recomendações em função do reflorestamento, conservação e preservação da área do Santuário. Os trabalhos foram conduzidos pelo biólogo Antônio Roberto Lisboa de Paula.

ORAGOS E PADROEIRAS

Os frades pregadores, numa tentativa de “cristianizar” e neutralizar a lenda da “santa menina”, propuseram ao pároco e ao bispo diocesano a invocação de Nossa Senhora Menina para a futura padroeira do santuário. Levaram em conta igualmente a presença da iconografia de Sant’Ana, mãe da Virgem Maria (padroeira da diocese, da cidade de Caicó, de Currais Novos e outros lugares seridoenses), onde esta aparece aos pés ou no colo de sua genitora, aprendendo a Lei do Senhor.

No ímpeto e afã de se colocar a imagem da padroeira do local de peregrinação, os religiosos conseguiram, com a ajuda de seus confrades residentes em outros estados brasileiros, uma imagem de Nossa Senhora Menina. Chegaram a colocá-la em uma capela provisória ao lado do pé de imburana. Essa imagem ajudou a alimentar a lenda e a crença de muitos. Acreditavam que se tratava da “santa menina” em pessoa. Vale ainda acrescentar que essa imagem de Nossa Senhora Menina trazida para o Monte (colocada em 1997 na casa dos ex-votos, cinquenta anos após os acontecimentos), iconograficamente foge aos padrões conhecidos pela população e apresenta poucas características das efígies e representações da Virgem Maria. Isso poderia levar os fiéis a pensar que se tratava de uma imagem da “santa menina”.

A permanência da imagem no santuário não duraria muito. O motivo merecia atenção e valeu a preocupação pastoral do bispo diocesano. Este, apesar de sua postura ecumênica e visão aberta – diria mesmo pós-conciliar – de Igreja e Cristianismo, não podia correr o risco de confundir suas ovelhas, máxime as mais simples.

Entre os motivos que ocasionaram a não aceitação do orago de Nossa Senhora Menina como padroeira do Santuário do Monte em Florânia, há um de grande importância.

Eclodia no Rio de Janeiro o rompimento do bispo Dom Carlos Duarte Costa (1888-1961), mais conhecido como “O Bispo de Maura”, com a Igreja Católica Apostólica Romana. Separando-se de Roma e afastando-se da Sé Apostólica, o bispo cismático funda a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) – ou simplesmente Igreja Católica Brasileira ou Igreja Brasileira – com sede na então Capital da República. A padroeira dessa igreja separada (e da primeira catedral a ela pertencente) é exatamente Nossa Senhora Menina.

Quem foi Dom Carlos Duarte Costa? Inicialmente era presbítero da diocese de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. Foi nomeado bispo de Botucatu, São Paulo, em 1924, e ordenado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942). Na sede de sua diocese, fez edificar belíssimo templo dedicado a Nossa Senhora Menina.

Todavia, Dom Carlos teve sérios problemas e dificuldades naquela diocese paulista, que o levaram a renunciar o governo do bispado, em 1937. Dom Leme,

sentindo-se responsável pelo mesmo e na tentativa de fazê-lo unido a Roma, consegue sua remoção para o Rio de Janeiro, onde inicialmente exercia funções equivalentes às de bispo auxiliar, ocupando a sé titular de Maura (diocese extinta na Mauritània, África Ocidental) – como acontece com os bispos auxiliares, abades e prelados territoriais ordenados bispos.

Dom Leme não conseguiu manter Dom Carlos unido ao Papa. Havia discordâncias administrativas e pastorais, entre elas, a obrigatoriedade do celibato sacerdotal e também envolvimento político, inclusive com o problema nazifascista. Dom Leme fora substituído por Dom Jaime de Barros Câmara (1894-1971), que viera de Belém do Pará. Este não tinha acompanhado a trajetória de Dom Carlos Duarte. Assim, em fins de 1945, Dom Carlos decide separar-se definitivamente de Roma, desligando-se do Vaticano e fundando uma igreja autônoma, com o título já acima mencionado.

No bairro da Penha, no Rio de Janeiro, não muito distante do Santuário de Nossa Senhora da Penha, Dom Carlos Duarte erigiu a sua igreja catedral (Rua do Couto, 54) dedicando-a a Nossa Senhora Menina – como já afirmamos – que se tornou padroeira de toda a Igreja Católica Brasileira.

Com o decorrer dos tempos, essa igreja cismática cada vez mais se distanciou dos propósitos do evangelho e das diretrizes traçadas pelo Vaticano para o catolicismo. Hoje a Arquidiocese do Rio de Janeiro chega a questionar até mesmo a validade do sacramento do batismo administrado pelos ministros dessa igreja separada.

O ex-bispo de Maura cuidou em divulgar sua igreja em todo o território brasileiro, partindo do Rio de Janeiro. Escolheu alguns locais estratégicos para fundar paróquias e dioceses. Imediatamente, representantes da Igreja Católica Brasileira fixaram-se no Rio Grande do Norte. É por demais conhecida a figura de “Padre” Alexandre Martins de Carvalho (1911-1995) – mais conhecido por Xanduzinho – que animava uma paróquia em Açú e para onde acorriam desquitados com o fito de serem abençoados e numerosos fiéis que buscavam cerimônias religiosas, por exemplo, administração de sacramentos, disciplinadas pela Igreja Católica Romana que exigem preparação, mas facilitadas pela Igreja Brasileira. Foi o primeiro sacerdote da Igreja Brasileira a atuar no Rio Grande do Norte. No final de sua vida, abjurou da igreja cismática diante de Dom Manuel Tavares de Araújo, bispo emérito de Caicó, que havia sido seu colega no Seminário de São Pedro da arquidiocese de Natal.

Para que se tenha uma ideia do clima criado pelo proselitismo e pelas atividades do ex-bispo de Maura, até mesmo no Rio Grande do Norte, vale a pena citar trechos de um artigo de Cônego José Adelino Dantas – Reitor do Seminário de São Pedro de Natal e que mais tarde seria o segundo bispo de Caicó – publicado no jornal *A Ordem*, em 1946. Diz o autor *in verbis*:

[...] A semana que, hoje, finda, foi das fartas de novidades. Trata-se, evidentemente, da clamorosa entrevista do bispo de Maura, a qual se, em si mesma, despertou mais comiseração do que constrangimento, não deixou, entretanto, de inocular seu veneno, na alma do povo e, de algum modo, melindrar os sentimentos de uma grande maioria, que ainda, não se deixou arrastar pelo sensacionalismo de última hora. Contudo, sucedeu que outra voz se levanta, majestosa e solene, sobre os quadrantes do mundo. Aqui, falava o titular de Maura, ardente

furioso. Ali, ouvia-se a voz do Papa, branda e paternal. Aquela, trazia a marca viva da revolta, da rebeldia. Esta, ao contrário, era a mensagem piedosa e calma de paz, de serenidade, de amor e da Justiça, que não é só capaz de fechar, como de curar as mais velhas e renitentes sangueiras morais (in: Aluísio Azevedo, *Dom José Adelino Dantas*, p. 31).

O perigo não estava no título ou orago do Santuário do Monte de Florânia, mas na possibilidade de os incautos pensarem que a Igreja Brasileira era a mesma que a Igreja Católica Apostólica Romana, pois em todos os templos da primeira há uma imagem de Nossa Senhora Menina, padroeira oficial da citada igreja cismática, diferente de Nossa Senhora Aparecida.

NOSSA SENHORA DO MONTE

Alguns representantes da comunidade paroquial de Florânia, liderados pelo pároco local Cônego Ambrósio Silva, manifestaram o desejo de colocar o santuário ou capela sob a proteção de Nossa Senhora do Monte, tendo em vista vários fatores de ordem afetiva, geográfica e pessoal.

O citado pároco era pernambucano de origem (nascido em Bezerros), radicado no Rio Grande do Norte desde a década de 20, tendo estudado no tradicional Seminário de Olinda, sé episcopal, onde se encontra vetusto templo dedicado à Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora do Monte. É bom frisar que Cônego Ambrósio viera exercer o ministério sacerdotal em terra potiguar a convite de Dom José Pereira Alves (1885-1947), terceiro bispo de Natal, seu amigo e, como ele, também anteriormente pertencente ao clero olindense.

Dom José Pereira era pernambucano de Palmares, tendo sido professor e Reitor do Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda, contando entre seus alunos Padre Ambrósio. Foi bispo de Natal de 1923-1928.

Por conta da localização do templo, na colina, chamada por todos de “monte”, caberia muito bem a invocação de Nossa Senhora do Monte, conhecida no Brasil e em Portugal, onde é padroeira de Viseu e várias outras cidades e aldeias desse país ibérico.

Há de se convir que tal título poderia confundir os mais simples, pois alguns acreditavam na lenda de que naquele monte de Florânia havia sido enterrado “um corpo santo” de uma menina. Alguns já chamavam a “santinha do monte” e tal invocação a Nossa Senhora seria passível de identificação com “a santa menina”.

Não devemos esquecer que nosso povo simples às vezes chama devota e carinhosamente suas padroeiras ou santas protetoras de “Senhora”. Por exemplo, Senhora Sant’Ana, Nossa Senhora Sant’Ana etc. O título de Nossa Senhora do Monte poderia parecer aos fiéis a existência “da santa do monte”.

O bispo diocesano não achou de bom alvitre e desaconselhou a dedicação do templo a Nossa Senhora do Monte, por mais apropriado que fosse e agradável parecesse aos fiéis.

Vale salientar, de passagem, o cuidado e o zelo pastorais do primeiro bispo caicoense, sua devoção e seu amor a Nossa Senhora, a quem já chamava, dezessete anos antes do Concílio Vaticano II, de “Mãe de Deus e da Igreja”.

O bispo diocesano, ouvindo e ponderando os fatos com o pároco floranense, alguns líderes católicos, autoridades locais e os religiosos que haviam pregado as missões, decidiu dedicar a capela ou Santuário do Monte a Nossa Senhora das Graças. Aqui também podemos sentir o espírito e a visão pastoral do saudoso Dom Delgado. Este agiu analogamente ao apóstolo São Paulo, quando pregando no Areópago de Atenas, aproveitou do ensejo e da existência de um altar e anunciou o “*deus desconhecido*” (At 17, 23) dos gregos.

É o que veremos no item seguinte, onde relataremos os motivos que levaram o antigo antístite seridoense a apresentar a sugestão e posteriormente tomar a decisão.

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Não podemos esquecer que o saudoso Papa Pio XII, de inolvidável memória, no dia 27 de julho de 1947, elevou às honras dos altares a religiosa Catarina Labouré (beatificada em 28 de maio de 1933 por Pio XI), freira da Congregação das Filhas de São Vicente de Paulo e vidente de Nossa Senhora, no convento da Rue du Bac, nº 140, em Paris. As aparições da Virgem a Catarina Labouré foram anteriormente reconhecidas como autênticas pela Igreja. Sua canonização foi a renovação de um convite da Igreja à difusão da Medalha Milagrosa em homenagem à Virgem Maria, intitulada Nossa Senhora das Graças.

Esse momento foi providencial e despertou em Dom Delgado o desejo de consagrar o templo a Nossa Senhora das Graças, que aparecera à religiosa francesa recém-canonizada.

Não podemos considerar como irrelevante uma homenagem às Irmãs de Caridade, que vieram para a diocese caicoense com o objetivo de administrar o Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel e cuidar da pastoral de um novo bairro (Paraíba) que nascia na sede do bispado.

Já eram inúmeros os ex-votos depositados junto à capela provisória do Monte, expressão da fé do povo, que agradecia a Deus as graças e bênçãos recebidas. Todos falam das graças alcançadas no Santuário do Monte. Desse modo, o bispo diocesano resolveu dedicar o templo a Nossa Senhora das Graças e instituir a data de 27 de novembro como dia oficial da festa, observando o calendário litúrgico da Igreja. Oportuna e sábia decisão de Dom José Delgado ao escolher Nossa Senhora das Graças, patrona da capela e Santuário do Monte de Florânia, no desejo de torná-lo um centro de irradiação de devoção e teologia mariana.

Referências

AZEVEDO, A. *Dom José Adelino Dantas*. Natal: Ed. Autor, 1989.

CASCUDO, L. da C. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS RELIGIOSAS E INVESTIGAÇÕES. *Anuário*

Católico do Brasil. Rio de Janeiro, CERIS, 2000.

DANTAS, J. A. [Dom]. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1962.

GIACOMMELI, A. *Catarina de Labouré e a medalha milagrosa de Nossa Senhora das Graças*. São Paulo: Prelúdio, 1919.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. *Vistoria do Monte/Santuário em Florânia/RN para orientação e tratamento paisagístico*. Natal: IDEMA, 2000.

LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 1942.

NOBRE, M. F. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

PARÓQUIA DE FLORÂNIA. *Livro de Tombo*. Florânia, s/d.

_____. *Relatórios*. Florânia, 2001.

SADOC DE ARAÚJO, F. *Padre Ibiapina, peregrino da caridade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

SCHUBERT, G. *A Província eclesiástica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MADAME CRISTHINE

*José Eduardo Vilar Cunha*¹⁸

Saíram de bicicleta do hotel, por volta das nove horas da manhã, em direção à estação ferroviária de La Rochella. Era domingo, e o dia estava belo e ensolarado para um bom passeio. O plano dos dois amigos era ir para Cognac, uma comuna a sudeste da França, situada no rio Charente, entre as cidades de Angoulême e Saintes. Uma das características de Cognac é o reconhecimento da qualidade de seu brandy, uma bebida produzida através do processo da destilação de vinhos. Além do brandy, a cidade também tem uma história de arte muito interessante para se conhecer, como, por exemplo, o Château des Valois, a Igreja de Saint-Leger e o Museu de Arte e História.

Na Gare de La Rochelle havia poucas pessoas e, somente aos domingos, a venda de bilhetes é feita através das máquinas automáticas que, naquele dia, não funcionaram a contento. A dúvida perdurou entre os dois amigos, até que Alain argumentou: o que vamos fazer agora, não temos mais possibilidade de viajar para Cognac e não devemos perder este belo domingo. René, mais experiente, logo encontrou um novo lugar para passear e, disse: vamos para Île de Ré, uma bela ilha que fica perto daqui, todavia para chegarmos lá, temos que tomar um ônibus na Praça de Verdun. De bicicleta os dois amigos partiram para a Praça de Verdun, ao chegarem, estacionaram e iniciaram a procura do ponto de ônibus para Île de Ré. A praça estava deserta, no posto de informação não havia ninguém, e a procura do ponto começava a ficar exaustiva, quando de repente, René de longe acena para Alain, é aqui neste ponto que vamos pegar o ônibus.

A placa indicava que o próximo ônibus para Île de Ré sairia em uma hora, assim, os dois amigos resolveram sentar no banco da parada e esperar o ônibus chegar, quando, há poucos metros de distância, surge uma elegante dama, que seguia em direção ao ponto, onde eles estavam. O caminhar da dama chamou a atenção dos dois amigos que, observavam atentos o movimento cadenciado do vaivém de suas ancas, que se acentuava nas vestes de sua saia vermelha, bem justa, completando com uma blusa branca bem decotada.

Ao lado do banco onde Alain estava sentado havia um espaço livre que logo foi ocupado pela dama e sem qualquer apresentação indaga: que horas parte o ônibus para a Île de Ré, daqui a uma hora, é o último desta manhã, respondeu Alain. A dama aproximou-se mais de Alain e olhando bem para ele perguntou: você deve ser inglês, não é, e já ensaiava uma conversa quando foi interrompida pelo amigo; gostaria de me apresentar, me chamo René, e em seguida a dama retribuiu com um *enchanteé, je m'appelle Cristhine. Je suis française de Lyon*. Naquele momento todos os três se entreolharam, e por um instante, Alain então quebra o gelo dizendo, pois bem, *enchanteé*, sou americano.

18 Jornalista e escritor membro do IHGRN, ACLA e UBE.

Quando o ônibus chega à parada, os passageiros formam uma fila, todos procuram um melhor lugar para sentar, Alain escolhe um banco na parte de trás e é seguido por Madame Cristhine, deixando René num banco ao lado. A conversa foi o ponto alto no trajeto de 3 km que separa a ilha do continente, e tanto René como Alain procuravam demonstrar interesse por Madame Cristhine.

Ao chegarem à Île de Ré foram diretamente ao “Office de Tourisme” para pedir informações sobre a ilha. A atendente, muito prestativa, entregou-lhes mapas e um prospecto da ilha. Ao abrirem o prospecto, descobriram que havia muitos lugares interessantes para conhecer. Assim, começaram pelo Fort de la Prée, um monumento histórico construído em 1626 para garantir a soberania do rei Luís XIII; na época a ilha era um ponto estratégico para a coroa, face aos protestantes de La Rochelle. O forte teve um importante significado durante o cerco da ilha pelo Duque de Buckingham, em 1627.



Fort de la Prée

Saíram os três, felizes, em direção à visita ao forte. Num determinado momento, Madame Cristhine retira de sua bolsa um manual de Inglês e aproximando-se de Alain diz: *Good morning*, rindo com o canto da boca, Alain, por sua vez, respondeu: *Bonjour, madame Cristhine*, e me desculpe, mas estou na França e gostaria de só falar em francês; ela pegou-o pelo braço apertando suavemente, que o fez enrubescer. O passeio a caminho do forte começava a ficar mais interessante para Alain e menos para René, que não admitia que madame Cristhine não tivesse qualquer interesse por ele. Ao largo da caminhada havia um parque onde estavam vários *ânes en culotte* utilizados em passeios turísticos.



Anes en Culotte

Cristhine abraçou e beijou Alain. Depois, disse: “*Je veux monter un âne*”, e saiu correndo em direção ao asno. Ao chegar, monta em um e sai passeando pelo parque toda feliz. Alain percebeu pelo seu olhar que havia um interesse além de uma amizade e tentou esconder esse acontecimento de René.

Ao término do passeio de Cristhine, os três excursionistas recorreram às instruções do prospecto e seguiram para a próxima visita, o porto. O porto de Saint-Martin-de-Ré foi construído em 1681, ao longo do tempo foi utilizado como abrigo para muitas embarcações, todavia, em 1940 foi ocupado pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

No porto havia uma marina com muitas edificações laterais e barcos fundeados. Os três passeavam em torno da marina quando Alain teve a ideia de comerem umas *huîtres* (ostras), molusco muito degustado na Île de Ré.



Porto de Saint-Martin-de-Ré

Adentraram em um restaurante típico da ilha e pediram um prato de ostra e uma garrafa de vinho branco Chablis, para degustar. A conversa estava animada

quando, de repente, músicas francesas são tocadas, Cristhine foi a primeira a se levantar e começar a dançar, e em movimentos sensuais exhibe seu belo corpo. Alain e René olhavam atentos toda aquela cena, quando Cristhine convida Alain e ao som de *Emanuelle*, de Pierre Bachelet, dança romanticamente.

René não suportando toda aquela situação resolve sair do restaurante e vai se lamentar numa praia próxima. Ao retornar solicita aos dois que, naquele momento namoravam, para voltarem ao continente, pois o próximo ônibus partiria logo em seguida.

Alain e Madame Cristhine tornam-se amigos e amantes por um longo período de tempo, até que um dia, Alain parte para outro curso de língua noutra cidade francesa.

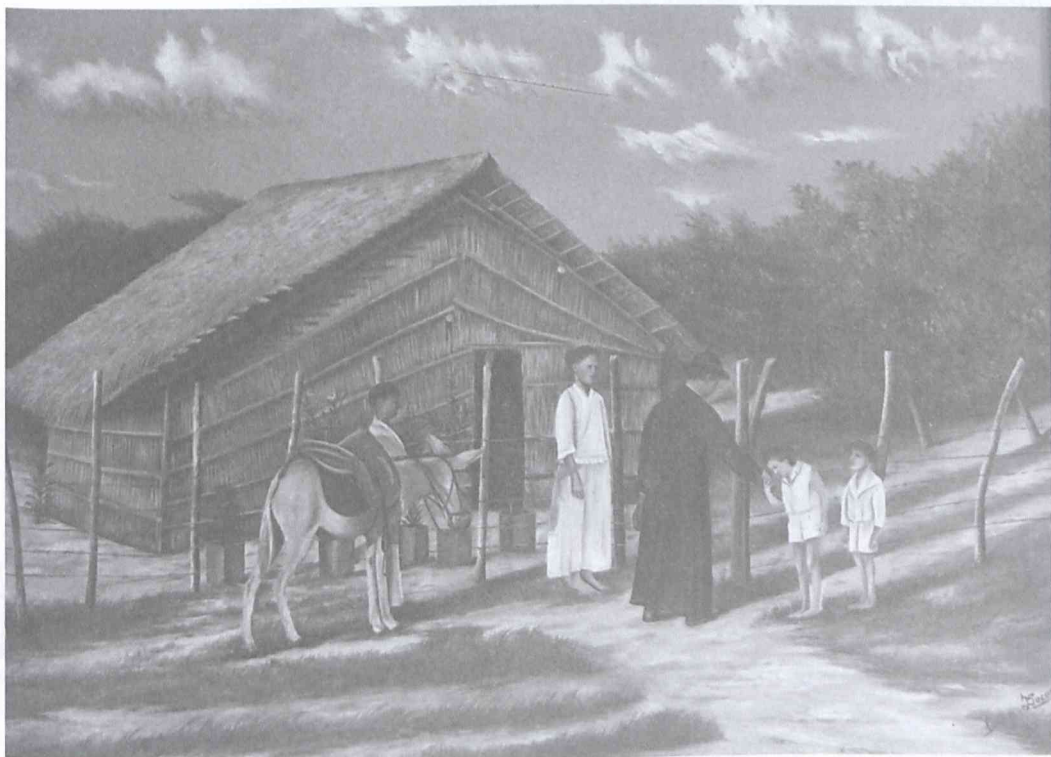
PADRE JOÃO MARIA

Jurandy Navarro¹⁹

Na estreia do jornal *Oito de Setembro* (dia do aniversário natalício de Nossa Senhora), no seu editorial, o Pe. João Maria, seu idealizador, a todos conclama dar as mãos para que a publicação do periódico tenha sucesso pleno.

Assim escreveu:

O “Oito de Setembro”, pois, está a nossas portas: estendei-lhe mãos poderosas; ele mui legitimamente nos pertence; sua causa é a de todos os filhos da Santa Igreja. [...] Avante, pois, amigos: prossegui com ânimo decidido no desempenho de vossa árdua tarefa: nunca faltarão recursos para fazer triunfar a causa de Deus.



Nasceu o Pe. João Maria no arraial “Logradouro”, em Caicó, aos 23 de junho de 1848.

19 Do Conselho Estadual de Cultura.

Em relação a ele, escreve Henrique Castriciano:

Começou a estudar aos quatro anos de idade as primeiras letras. Ao completar os treze, seguiu para o Seminário de Olinda. Concluído o Curso, foi para o Ceará, onde recebeu Ordens, em 1871, voltando, nesse mesmo ano, à terra norte-rio-grandense.

Na cidade de Caicó, rezou a sua primeira missa.

Foi indicado vigário de Jardim de Piranhas, onde permaneceu até 1878, sendo, então, transferido para a freguesia de Flores. A sua atuação junto à Igreja recebe, ali, o seu primeiro desafio, pois toda uma população fora acometida de varíola, moléstia que se alastrou pelos sertões da Paraíba e do Ceará, todos eles em luta, inclusive o Rio Grande do Norte, com a mais tremenda seca havida até aquela época. O pobre e santo homem ia por esse mundo de Deus, levar amparo e conforto às vítimas da peste atormentadas pela visão terrífica da morte. A sua peregrinação religiosa fez-se ainda em outras paróquias do sertão; regeu as freguesias de Santa Luzia do Sabugi, na Paraíba, e a do Acari, neste Estado. Depois, em 1879, no fim da grande seca, veio para a Vila de Papari e, depois, para Natal, na qualidade de vigário colado.

Aqui teve lugar a ação mais fecunda e majestosa dessa nobre existência. Durante muitos anos, num labor que só podia ser mantido como o amparo da Fé, o seu coração foi como hóstia que se repartiu com todos. Orando, a sua frase não tinha rendilhados, os períodos saíam incertos, titubeantes...

Não lhe sobrava tempo para decorar sermões.

Mas via-se logo; aquele homem desprezioso possuía uma coisa que, nos maus tempos de hoje, só os simples e os ingênuos possuem: – a coragem de ser bom.

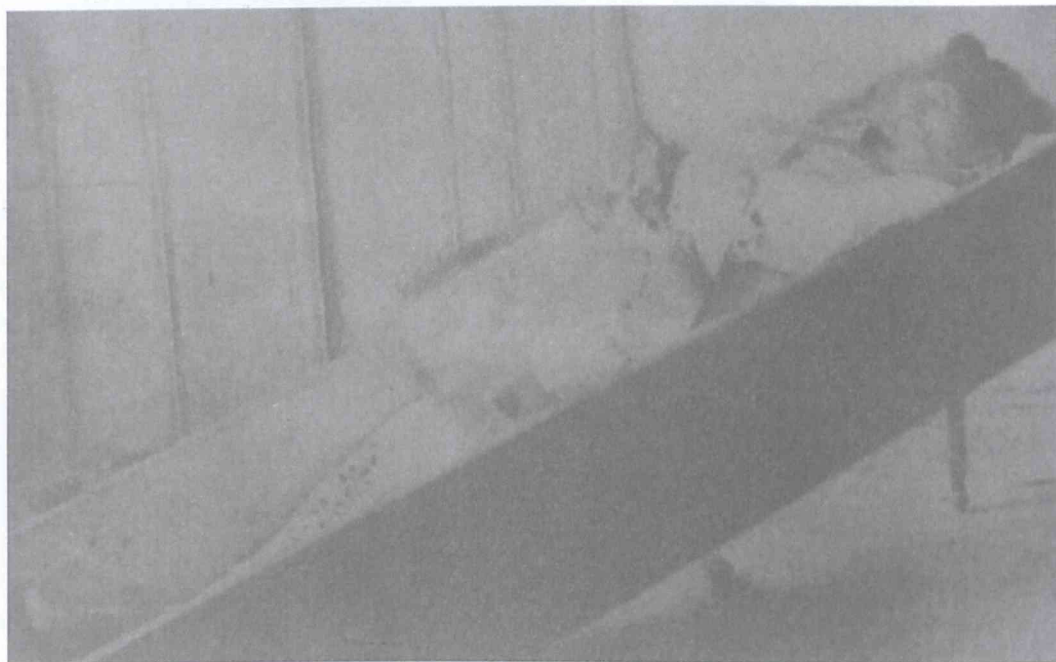


Dele disse Câmara Cascudo: “O Pe. João Maria morreu na manhã de 16 de outubro de 1905, numa casa, do ‘Monte’, enquanto derredor choravam, ajoelhados na areia tépida, duas mil pessoas. Os sinos, anunciando sua morte, suspenderam a vida da cidade. Tudo parou. As portas fecharam-se como pálpebras, cobrindo olhos úmidos. Pedreiros, engraxates, carpinteiros, soldados, ricos e esmoleres, toda gente correu para velar o corpo do vigário inesquecível. Enterrou-se à tardinha, e nenhum homem reuniu tantas lágrimas nem pôde deixar tantas saudades. [...] Eram cegos, aleijados, hidrópicos, escrupulosos, perebentos, lázaros, estropiados, hemiplégicos, monte de carne humana repelente, nauseabunda e sofredora, a quem o vigário dispensava o melhor do seu tempo e o maior de seus cuidados. Quando o féretro passou-lhe ao alcance da vista ou do tato, ergueu-se um clamor de desespero,

de revolta e de pavor. Um choro alto, estridente, inestimável, um grito uníssono, de tragédia grega, ritmado numa convulsão de agonia e de morte.

– Morreu nosso Pai! Morreu nosso Pai!...

Ao cair da noite, saídas as autoridades, os ricos, o cemitério desapareceu numa onda de famintos, de pobres, de deserdados agrupados junto ao túmulo, urrando de dor.



Hoje, saindo de minhas aulas no Instituto de Música, encontro mulheres rezando ao pé de sua estátua e levando, para remédio, um pouco de grama verde que orla o socalco de seu monumento.

A história de sua Caridade é a maior tradição católica de Natal. É o oráculo da cidade, a lenda nas memórias vivas, o brasão que enobrece a Paróquia, amada do seu sacrifício”.

Em relação à pessoa do Padre João Maria, assim se expressou o seu irmão de ordem religiosa, o Padre Luiz Monte, que nasceu no mesmo ano, em que ele faleceu: “O Pe. João Maria, na sua bondade cativante, no seu heroísmo sem alardes, tem sido uma dessas figuras que o tempo e o esquecimento não soem desbotar. O tempo, que, para muitos, causa abismos de esquecimento, levantou-lhe um pedestal magnífico, onde a geração presente queima o incenso da gratidão e do reconhecimento. Padre João Maria foi um artista. Do bloco informe de mármore não fez brotar as linhas delicadas de uma estátua; sua mão jamais delineou os contornos de uma tela famosa; foi, contudo, um artista inexcelável.

No homem, como nas plantas, se debatem forças contrárias, antagônicas. A alma tem seus tropismos. Uns, impelem-no para o alto numa ânsia de luz e de sol; outros, arrastam-no para a terra, para a umidade, para a escuridão.



Maior que o tempo pela imortalidade, o homem sente no claro-escuro do subconsciente fermentar as lavas dos instintos. Grande artista foi o Padre João Maria, que da massa inconsistente da vontade, plasmou a estátua grandiosa de um caráter. Resistindo às solicitações trópicas do homem terreno, soube polarizar as tendências de sua alma, e as faculdades do seu formoso espírito para o norte do bem e da virtude.

E a virtude do Padre João Maria não foi temperamento.

A bondade cativante que tanto o distinguia, não era filha de um temperamento apático e frio, incapaz de reagir.

Sua caridade não era resultante de nastias psicológicas inelutáveis.

Quem lhe conhecesse a constituição impulsiva e os característicos do seu tipo psicológico, conviria, decerto, que a virtude nele foi o resultado de um trabalho indefectível, acurado, persistente”.

A Praça Padre João Maria, em Natal, teve o seu busto inaugurado aos 9 de agosto de 1919, busto concebido pela fina arte do escultor Hostílio Dantas, celebrado artista da época. A solenidade pública reuniu autoridades e parte acentuada da sociedade de então.

O sacerdote em tela foi eleito pelo povo, o “Santo da Caridade”, virtude expressada pelo generoso coração do grande Apóstolo de Cristo-Jesus.



A história da cidade registra ter sido, a sagrada herma, retirada da Praça e abandonada pelo poder público, em anos passados. Mãos caridosas, através da força da Fé, que tudo pode, conseguiram o seu retorno ao local de origem.

Hoje, esse recanto sagrado reúne fiéis e curiosos, em sua volta, para a súplica bendita das orações.

O Padre João Maria Cavalcanti de Brito foi o Presidente da “Libertadora da Escravidão”, associação que reuniu, em 1888, final do século dezenove, adeptos que combateram o pavoroso flagelo daqueles dias.

Foi o Padre João Maria, o criador do jornal católico *Oito de Setembro*, que teve várias tiragens. Este, segundo pesquisadores, exibiu-se como o primeiro periódico da nossa Igreja.

A Praça que ostenta o querido busto requer maior cuidado e melhor zelo, por parte do poder público municipal.

A Memória, do inesquecível pároco, “Pai da Pobreza”, bem o merece.

Quando do seu falecimento, inúmeras, as fontes da Imprensa, que anunciaram o acontecimento que abalou a Cidade do Natal, por algum tempo. Jornais do nordeste brasileiro também o fizeram.

O nome do Padre João Maria já era conhecido além-fronteiras potiguares.

SAUDADES DOS CINEMAS DE RUA EM NATAL

Lívio Oliveira

Mais uma vez me acomete uma certa nostalgia ao recordar o cenário da minha Natal dos anos 70 e 80 do século passado. Era um tempo em que, imberbe, eu costumava frequentar entusiasticamente as salas de cinema que existiam em ruas e avenidas natalenses. Hoje, sem tais alternativas, tenho preferido o conforto de ver os meus filmes de predileção em DVDs ou nos canais de TV fechada e assinada, a seguir – com raras e garimpadas exceções – o ritual cansativo e competitivo de assistir a filmes em cinemas de shoppings.

Acho difícil enfrentar os ruídos de alguns espectadores. O crock-crock da pipoca e outros barulhos são quase insuportáveis. Também, para mim, é inexplicável que eu tenha que procurar uma “terra prometida”, subindo com o meu carro por essas espécies de labirintos em espiral dos shopping-centers, até conseguir acesso a uma sala de cinema disputada por alguns (não generalizo, falo apenas de uma minoria barulhenta) que só veem filmes por não encontrarem criatividade e disposição para outras escolhas de ordem intelectual.

Ah! Em alguns casos, tenho antes que enfrentar grandes filas, o que me faz ficar distante de lançamentos blockbusters (espero não estar ferindo nenhum dos dez mandamentos). Mas... tem nada não. Afinal, sempre assisto às versões dos filmes em casa, na TV fechada ou em DVDs. Vou tentando me atualizar, na medida do possível. Claro, que aí ocorre algum “delay”. Paciência! Não sou daqueles que têm a sofreguidão de ver os filmes e comentar, moto-contínuo, fresquinhos, fresquinhos (os filmes vistos, claro!), nas esquinas culturais da cidade, ou em rodadas de cerveja. Os filmes são para o meu deleite e crescimento intelectual e espiritual, não para pequenos rituais de ostentação.

Tenho preferido mesmo o balançar da rede, o sofá rechonchudo, ou mesmo a cama, para ver os meus clássicos e algumas boas novidades nos equipamentos compactos que me socorrem toda semana. Confesso, no entanto, que nutro fortes saudades das vetustas salas do Rex, Nordeste, Olde (até hoje não sei por que não era Old) e do meu queridíssimo Rio Grande (todos, de maneira melancólica, descaracterizados de suas funções culturais e cumprindo outras missões ou mais nenhuma). Nas suas calçadas não me importava de enfrentar filas. Era algo que continha magia – um encontro vivo com pessoas e com arte.

O saudoso Palocha poderia até ter salvo para nós o Cine Rio Grande. Partiu sem realizar esse sonho seu (e da comunidade de amigos e apaixonados cinéfilos). Jogava na Sena todas as semanas e prometia que – quando ganhasse o grande prêmio – investiria no resgate daquela outrora “catedral” das películas cinematográficas. Pena que não deu. Esteja em paz, Palocha. Por aqui, vamos nos esforçando.

Sabem o que mais lamento hoje? Não ter assistido a nenhuma sessão no velho Panorama, lá nas Rocas. Meus irmãos mais velhos iam para aquelas aventuras pitorescas – as apresentações de pornochanchadas e outros filmes de destaque

fundo (êpa!) erótico – e, em meio a figuras, digamos, meio esquisitas na plateia, deliciavam-se em gargalhadas (acredito que a coisa ficava só nisso). Alguns dos leitores deste querido veículo informativo devem lembrar que foi lá que passou *Garganta Profunda* (se não me engano) e outros “clássicos” do gênero, pela primeira vez aqui em Natal.

Talvez até me sobrasse desejo de participar desses eventos “culturais” nas Rocas. Infelizmente, não tinha a idade exigida pela censura da época. Uma sessão dessas devia ser mesmo um grande acontecimento. Para compensar, tive outras oportunidades diferentes. E pude ser contemporâneo de uma época de ouro nas demais salas de “cinema de rua” de Natal, que relembro ao passar os olhos nas fotos virtuais de uma cidade que já não existe. E as cenas maravilhosas se projetam na memória que teima e se amplia.

SÍNTESE HISTÓRICA DA BRIOSA VILA

Lúcia Helena Pereira

*Mais coisas sobre nós nos ensina a terra do
que todos os livros, porque oferece resistência.*

Saint-Exupéry

Entrar em Ceará-Mirim é rever a sua paisagem esplendorosa, seu verde alvissareiro, o cheiro peculiar de suas entranhas! É sentir os mistérios da natureza na beleza dos verdes canaviais; na visão dos bueiros dos engenhos aromatizando o ar! É lembrar as tradições da economia rural e patriarcal tão bem desenvolvidas, à época da civilização do ciclo da cana-de-açúcar, reunindo as famílias aristocráticas, exploradoras da terra, com sua nobreza, sua arrogância, seus sobrados, suas louças e pratarias da Inglaterra, seus brasões, seu poderio e seu estilo bem próprio de senhores de engenhos.

Cresci ouvindo histórias sobre a terra que me viu nascer, em 9 de julho de 1945. Lembro-me do cenário místico do vale! Essa emoção continua a palpitar dentro de mim, como a rever os pássaros nos galhos das árvores do quintal da nossa casa anunciando o alvorecer de cada dia e cortejando-nos com as suas sinfonias. Há muito a recordar nesses anos de emancipação política e de Ceará-Mirim, na categoria de cidade. É quando se comemora o passado que fez a nossa história; o presente, mesmo com todas as apreensões da difícil e conturbada época e o futuro, no qual depositamos esperanças de dias melhores. Afinal, não vivemos sem esses tempos, sem as vozes dos nossos ancestrais, sem os gestos marcantes, sem as figuras que lá nasceram e viveram, muitas das quais marcaram seus nomes na história política, literária e sociológica do vale! Saí de Ceará-Mirim aos seis anos de idade. Acompanhava-me a estrada esburacada e os arvoredos acenando ao vento, talvez despedindo-se de mim. Já em Natal, na convivência diária com vovó Madalena (Maria Madalena Antunes Pereira), nossa vizinha, nas conversações habituais com meus pais e na vasta correspondência com o primo Nilo Pereira e o tio Ruy Antunes Pereira, fui redescobrimo o meu paraíso perdido. Aos dezesseis anos, quando de uma visita espontânea, num roteiro romântico pela cidade e pelos engenhos, apaixonei-me profunda e ardentemente por Ceará-Mirim, a cidadezinha de tantas memórias, de tantos afetos, dos gestos largos que ainda sinto, como a acariciar minhas lembranças fiéis. Conforme relatos do meu pai, Abel Antunes Pereira, nos fins da década de 20, o progresso começava a interferir em tudo, menos no ar de romantismo imperando sobre o vale! Os costumes transformavam-se gradativamente. O automóvel surgia operando os milagres do desenvolvimento, mudando os hábitos da cidade pacata, silenciosa, antes só trafegada por veículos rudimentares: charretes, carros-de-boi, jumentos e cavalos de porte utilizados como transporte de mercadorias diversas. Em 1930, com a proximidade da Revolução e grandes mudanças, os chefes políticos não admitiam as novas lideranças. Os coronéis mantinham o seu poderio sobre as massas rurais, passivas e conformadas. Tudo ia seguindo as leis do tempo!

Aos poucos as novas palpitações faziam pulsar o coração do povo. Tudo se tornara diferente. A Revolução era um acontecimento que os mais velhos protestavam e os mais novos não compreendiam. Mesmo com todas as preocupações e ansiedades, Ceará-Mirim jamais deixou de festejar suas mais importantes datas, onde os folguedos populares animavam a pequena cidade. E o pastoril conservando sua tradição: a lapinha, o fandango, o bumba meu boi, manifestações que o povo não esquecia. Poderia vir o progresso de onde viesse, ou os tumultos e impactos psicológicos, as tradições mantinham-se de pé. E foram chegando: a luz elétrica, o trem de ferro, o telégrafo, o caminhão! Os lampiões que ardiam suas chamas no querosene, para iluminar os casarões, os sobrados e as casas, iam se apagando! A cidadezinha foi recebendo os influxos das coisas novas. Eram os novos tempos anunciados! E, mesmo com o automóvel já circulando, os bons cavalos de sela nem por isso deixaram de existir, depois, isso foi ficando ultrapassado. O sucesso das festas do dia 08 de dezembro, dia de N. Sra. da Conceição, padroeira de Ceará-Mirim, resistiu ao tempo. Uma festa jubilosa, a Matriz engalanada, fogos de artifícios, o dobre dos sinos ecoando pelo vale, as barracas com comidas típicas, a banda de música, a celebração da Missa, os bailes no clube, as pessoas passeando diante da Matriz, da praça barão de Ceará-Mirim, do Solar Antunes e do Mercado Público! Também, com igual entusiasmo, eram as festividades natalinas e do Ano-Novo. Festas harmoniosas, fogos estrondando, a celebração eucarística com a Matriz ornamentada das mais exuberantes rosas, colorindo e perfumando o ambiente. Nessas festas, as noites do vale tão cheias de quietude, enchiam-se de ruídos e emoções múltiplas. E o final dessas comemorações era anunciado com a banda de música tocando os últimos dobrados. Relembro, então, a propósito, das palavras do meu pai: “Quanto me alegra o espírito recordar o Ceará-Mirim em todos os seus aspectos, principalmente no Ano-Novo! Do alto da Matriz viam-se as casas-grandes dos engenhos. E lá estava o Guaporé, todo iluminado! E aquelas luzes davam-nos esperanças!”. E lembrava, junto com ele, das amenidades daquele tempo! Neste meu passeio pelo passado, vale lembrar e enaltecer os patrimônios históricos embelezando o vale esmeraldino. Como não lembrar a imponência do Solar Guaporé ou Museu Nilo Pereira, antes denominado Sítio Bonito? Era uma casa – grande, em estilo afrancesado! Pouco se sabe de sua história e quem teria sido o construtor, mas, deve remontar à segunda metade do século XIX e foi a herança deixada pelo Barão de Ceará-Mirim (Manoel Varela do Nascimento – meu trisavô) ao seu genro, Vicente Ignácio Pereira. O Dr. Vicente foi vice-presidente da província. Aquela época, enfrentou os terríveis efeitos da seca de 1877, doando o salário do referido cargo ao Hospital de Indigentes de Natal. Após sua gestão, na capital, retornou ao Ceará-Mirim, para o Guaporé. O Dr. Vicente veria a abolição dos escravos, mas não o fim do regime imperial, faleceu bem antes da Proclamação da República e foi sepultado no cemitério de São Francisco, em Ceará-Mirim. Foi o segundo norte-rio-grandense formado em medicina, deputado provincial e jornalista. Ainda sobre os patrimônios históricos e culturais do vale, há de se reconhecer a importância da casa-grande do Engenho Guaporé. Naqueles idos, era a casa de veraneio da nossa família. O interior do casarão comportava três salas de frente: o salão nobre com os retratos do Barão, o piano de cauda, paredes de veludo, uma chapeleira com espelho de cristal, mobília em jacarandá, três lustres de cristal, várias telas de artistas estrangeiros, uma cristaleira com vidros trabalhados (guardando copos e jarras de cristal em cores variadas e peças decorativas em porcelana). A sala rosa tinha uma antiga caixinha de música trazida

da Inglaterra (só com os belos clássicos); uma estante com numerosos livros, inclusive, a coleção “Tesouro da Juventude”; uma mesa grande com 12 cadeiras; uma escrivaninha com papel, caneta de pena e tinteiro. A sala azul era pequena e bem adornada, chamava a atenção o tapete em duas cores: azul marinho com fundo verde e ilustrações em marrom, amarelo âmbar, violeta e grafite. Nas esquinas do Guaporé viam-se dois lampiões que davam para os jardins. Nas noites de festa a visão do sobrado destacava-se em todo o seu esplendor. Sabe-se que as pessoas se deslocavam do solar Antunes e da cidade, para os grandes bailes e os saraus musicais e literários no Guaporé. Também, dois galgos de louça, sobre duas colunas, na entrada do velho casarão, que, segundo Nilo Pereira: “pareciam humanos, como se vissem, ouvissem e falassem”. Além do Barão e sua família, do Dr. Vicente Ignácio Pereira, também moraram na casa-grande o Dr. Riquette Pereira, sua esposa dona Augusta e os filhos. Ela, exímia pianista, conhecedora dos mais belos clássicos. O Dr. Riquette era uma figura bastante popular pela inteligência invulgar, pela vasta cultura, por falar correta e fluentemente o idioma francês e, também, por ser um charadista conhecido nacionalmente. Era leitor assíduo e apaixonado pelos grandes da literatura: Eça de Queiroz, Montaigne, Rousseau, Victor Hugo, Olavo Bilac, Castro Alves e outros. O solar Antunes foi construído em 1888, pelo tenente-coronel José Antunes de Oliveira, meu bisavô. Ao falecer, ficou aos cuidados da viúva Joana Soares de Oliveira que, posteriormente passou-o ao seu filho Juvenal Antunes de Oliveira (Promotor de Justiça e poeta). Em 1937, vendeu-o ao sobrinho Ruy Antunes Pereira que, após alguns anos cedeu-o ao filho Rui Pereira Júnior. Posteriormente, num gesto desprendido e já como Prefeito da cidade, em 7 de novembro de 1975 (data do seu aniversário), Ruizinho (como é mais conhecido), passou o palacete à edilidade ceará-mirinese. Desde a sua restauração, tornou-se a sede oficial da Prefeitura da cidade. Ceará-Mirim foi palco de grandes nomes no cenário político, literário e industrial (da cana-de-açúcar). Um exemplo é a família Meira, com o seu patriarca Dr. Olintho José Meira, o primeiro presidente da Província e proprietário de engenho Diamante. Destacou-se por sua expressiva e luminosa cultura, que, segundo contavam, valia por uma Universidade! Os Meira sobressaíram-se política, social, profissional e intelectualmente. A maioria, desde cedo, radicada no Pará: Miguel, Augusto, Otávio, Francisco José Meira (que foi senador). A outra geração, já no Pará, seguiu-se através de Clóvis Olintho Meira, Sylvio Meira e Cécil Meira, todos falecidos. Gratifica-me destacar alguns nomes que marcaram a política de Ceará-Mirim, integrando a história de ex-senadores, ex-prefeitos e ex-deputados: Dr. Manoel de Gouveia Varela, Dr. Luís Lopes Varela, Dr. Edgar Varela, Dr. Roberto Pereira Varela (falecido em 2006), Ruy Pereira Júnior, Dr. Eider Freire Varela (radicado no Rio de Janeiro e falecido este ano), Agnelo Alves, nascido em Ceará-Mirim, no dia 16 de julho de 1932, atual prefeito de Parnamirim/RN, Terezinha Jesus da Câmara Melo e, Ednólia da Câmara Melo, atual prefeita de Ceará-Mirim. É um privilégio lembrar os nomes que fixaram-se na memória do povo e constituem muito do nosso orgulho pelos exemplos de honradez. É quando vale enaltecer grandes figuras: professor Dr. Abner de Brito, professor e poeta, professora e poetisa Adèle de Oliveira, escritor Edgar Barbosa, senhor Joca Barroca (proprietário do primeiro cartório da cidade), Dr. Álvaro China (que abriu a primeira farmácia de alopatia em Ceará-Mirim), senhor Raimundo Pereira Pacheco (meu avô materno) – homem de impoluta memória, dono de armazéns de tecidos finos e outras mercadorias. Lembrar, ainda, a figura do major Onofre Soares (um homem

de irrepreensível lembrança), Cleto Brandão, Almir Varela, Dr. Pacheco Dantas, enfim, os Villar, os Ribeiro, os Dantas, os Pereira, os Pacheco, os Varela, os Barreto e tantos outros que fizeram a história da Briosa Vila! Falando em nomes e história, trago-lhes com um encantamento especial, um dos mais importantes nomes do cenário literário do RN, de Natal, de Pernambuco e de outros Estados, reconhecido e enaltecido! Trata-se de Nilo Pereira, filho de Fausto Pereira e Beatriz de Oliveira Pereira, proprietários do engenho Verde-Nasce. Nilo foi uma presença humana de valor incontestado, intelectual elogiado e prestigiado. Amou o vale verde que ele próprio elegeu como a sua “pátria amada”. A prova disso está nos seus escritos, sobretudo nos livros – *Imagens do Ceará-Mirim*, *Evocações do Ceará-Mirim* e a *Rosa Verde*, retratando a paisagem telúrica, sociológica, histórica, política e sentimental do vale. Era um homem de princípios religiosos, advogado, orador, político, professor de história da UFPE, membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, de Academias de outros estados, de Institutos Históricos e Geográficos do país e da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife/PE. Foi jornalista e cronista literário dos bons! Tinha uma coluna diária no Jornal do Comércio de Recife/PE, intitulada: “Notas Avulsas”. Portador de inúmeros prêmios literários, como o “Machado de Assis”, pela Academia Brasileira de Letras, por conjunto de obras, o “Edgar Barbosa”, e vários outros. Deixou-nos mais de 60 obras e incontáveis artigos de jornais. Faleceu em Recife/PE, onde residia há muitos anos, em 22 de janeiro de 1992, com 82 anos! Quero, aqui, dedicar algumas evocações sobre os meus familiares, enaltecendo a figura do meu bisavô José Antunes de Oliveira, casado com Joana Soares de Oliveira. Desse casal, o Rio Grande do Norte recebeu quatro memoráveis nomes: Ezequiel Antunes de Oliveira (médico do exército, logo cedo transferido para Belém do Pará e depois, radicando-se em São Paulo); Etelvina Antunes de Lemos (poetisa); Juvenal Antunes de Oliveira (promotor de Justiça, boêmio e poeta, radicado, desde 1909 no Acre) e a primeira mulher potiguar a publicar um livro de reminiscências e regionalismo, Maria Madalena Antunes Pereira. Nasceram todos no engenho Oiteiro. Madalena Antunes nasceu em 25 de maio de 1880. Foi casada com Olympio Varela Pereira, dando à luz a cinco filhos: Abel Antunes Pereira; Ruy Antunes Pereira; Vicente Inácio Pereira; Maria Antonieta Pereira Varela e Joana D’Arc Pereira do Couto. Do engenho Oiteiro, Madalena Antunes mudou-se para o Solar Antunes, posteriormente, para Natal. Vivia pacatamente, escrevendo numa mesinha de vime, sob o velho terraço da casa da avenida Hermes da Fonseca, 700. Era, assim, que ela manifestava o seu talento e fantasiava os seus momentos de solidão numa época de tantos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade, literatura e em outras atividades quase que destinadas apenas ao homem. Conviveu com intelectuais como Luís da Câmara Cascudo, Manoel Rodrigues de Melo, Esmeraldo Siqueira, Veríssimo de Melo, Nilo Pereira (sobrinho dileto) e outros. E, de 1955 a 1959, recebia a visita vespertina de um jovencinho, seu fervoroso admirador, Paulo de Tarso Correia de Melo, que tão magnificamente a encantava. Com a amizade desse grupo, vovó Madalena descobriu a fórmula “mágica” para editar o seu livro, o qual, em manuscritas páginas, estava concluído. Presenciei essas “cenas” por algum tempo, observando a empolgação dos intelectuais diante da perspectiva de uma mulher potiguar infiltrar-se no mundo literário. E foi desses nomes da nossa rica literatura, que ela recebeu os maiores estímulos, até que, através do contato de Câmara Cascudo e Nilo Pereira, com um escritor pernambucano, seus manuscritos chegaram à Editora Irmãos Pongetti e o livro foi editado com o apoio da Casa Euclides da

Cunha, Coleção Nísia Floresta, em 1958. Eu tinha treze anos quando vovó Madalena terminou de escrever o seu romance. Estava organizado em papel almaço, quando me deu para ler. Lembro-me da minha emoção quando recebi esse material e das palavras anotadas, em letras de forma, que diziam: “Largo é o sorriso que me acompanha e estreito o caminho daqueles que não compreendem as poesias da alma. Eu sou apenas uma mulher feliz, alguém que aprendeu a canalizar os sentimentos sem se queixar diante dos embates da vida! Madalena Antunes!”. Com toda a movimentação para o lançamento do seu livro, vovó Madalena foi surpreendida com a visita da jornalista Maria Tereza, redatora-chefe da revista *Da Mulher para a Mulher* (1958). Veio do Rio de Janeiro para entrevistá-la e vovó ofereceu-lhe um chá com outros convidados. Maria Tereza perguntou-lhe: “Como a senhora se sente ao publicar o seu primeiro livro com tantas manifestações de carinho, notícias em jornais, intelectuais cercado-a a todo instante? E esse terraço?”. Seus olhos oceânicos brilharam e respondeu:

Saí de um vale encantado para a cidadezinha dos Reis Magos. Com o tempo fui reunindo as minhas reminiscências e encontrando escritores que me incentivaram nessa caminhada. Deixar o Oiteiro e a velha Ceará-Mirim deu-me algumas vantagens e os primeiros vislumbres intelectuais. Por outro lado, venho sentindo falta da minha paisagem de infância, da mansidão do vale, dos parentes e amigos que lá ficaram. Quanto ao terraço, nele está a fronteira do meu pequeno grande mundo, a minha “ilha”, o meu refúgio, a mangueira frondosa e bela! Afinal, as árvores também saem dos seus lugares e dão sombras e fruto. Nelas os pássaros pousam e cantam as suas lindas estrofes musicais! Quanto ao livro, creio que a vida vai escrevendo a nossa história e o Oiteiro vai me levando de volta a um tempo ameno, cheio de poesia e beleza, ao meu “templo” de gratas recordações que deixarei para as novas gerações.

Dando continuidade, Maria Tereza insistiu: “Somente as recordações e saudades do vale levaram-na a escrever um livro?”. Madalena Antunes sorriu e respondeu com doçura:

Ah! Os encantamentos da infância enriqueceram as minhas lembranças; o feitiço do Oiteiro com suas perfumadas auroras e os luminosos crepúsculos enchendo-me de inspirações! O Oiteiro, o velho engenho com o oitizeiro à beira da estrada! Aquele pedaço de céu foi o palco festivo de minhas recordações! A fonte perene dos meus sonhos de menina! Desde criança fui aprisionando minhas lembranças no coração, só não imaginava é que elas seriam impressas. Creio que isso foi seduzindo o meu espírito e privando-me da solidão comum desses novos tempos, aqui em Natal. Escrever, pelo menos para mim, é um exercício da alma, uma forma de suprir as solidões e saudades. E no Oiteiro, ficou o grande oitizeiro, o qual devo bendizer: Oh! Velho oitizeiro, figura do passado, templo de minhas primeiras impressões! Quantas coisas recordas! Oh! Árvore do pomar da minha felicidade!

Em 1958, na Fundação José Augusto (antiga Escola de Jornalismo de Natal), Maria Madalena Antunes Pereira autografou, em grande estilo, o seu livro *Oiteiro: memórias de uma sinhá-moça*, reunindo crônica, romance, poesia, história e regionalismo. Um livro reeditado pela A.S. Livros na II Bienal Nacional do

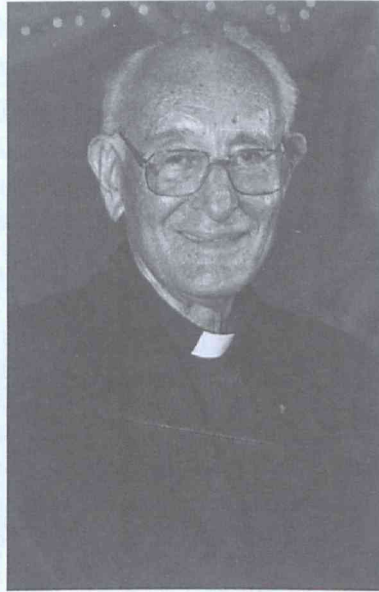
Livro, em Natal/2003, prefaciado por mim. Madalena Antunes faleceu em 11 de junho de 1959, saindo da sua casa da Hermes da Fonseca, carregada pelas asas dos anjos, para outras dimensões. Em maio de 2001, no Palácio da Cultura de Natal, a Fundação José Augusto, através do seu presidente-jornalista e escritor Woden Madruga, com apoio do Governo do Estado do RN, lançou a revista antológica: *Mulher potiguar: cinco séculos de presença*, onde, entre as 24 mulheres homenageadas, está vovó Madalena. Da veia poética da escritora ceará-mirinese Maria Madalena Antunes Pereira, vieram os seus filhos: Vicente Ignácio Pereira, autor de um livro de poemas intitulado: do qual posso citar o trecho de um dos seus poemas: “Onde estarão as roseiras/ nascidas no meu caminho? Roseiras que davam rosas,/ com casas de passarinhos/ rosas, sem um espinho?”. Ressalto, ainda, uma imagem poemática ímpar: “Só é breve o tempo das rosas para quem não plantou roseiras!”. Ruy Antunes Pereira, escritor nato, deixou cartas tão perfeitas, como obras literárias, que sua filha, Denise Pereira Gaspar transportou-as para o livro: *Mucuripe: o mundo encantado de Ruy Antunes Pereira*, em novembro de 1995. Dentre cartas tão corretamente escritas, quase todas voltadas para o Ceará-Mirim e para o Mucuripe, ressoará sempre uma frase lapidar do autor, na carta de abertura do livro, dirigida à minha pessoa: “Estarei sonhando? Este vale existe? E o verde, será uma cor ou um sentimento?”. Do talento da memorialista do vale do Ceará-Mirim, tivemos seu neto, Ferdinando Pereira Couto, advogado, escritor e poeta de valor absoluto. Deixou vasto material literário, jamais publicado. Quanto ao meu pai, Abel Antunes Pereira, mesmo sem haver se dedicado às letras, era fervoroso admirador dos grandes autores brasileiros, além de gostar de declamar os sonetos do seu tio materno – Juvenal Antunes – e tinha, de cabeceira: *Oiteiro: Memórias de uma Sinhá-Moça*, (já citado); *Vingança Não*, de Júlio Dantas; *O Tesouro da Juventude* (coleção oferecida, às cinco filhas: Marilene, Gipse, Suely, Iara Maria e Lúcia Helena), *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, entre outros. Finalmente, como um destino traçado, coube-me a missão de pugnar pela continuidade da vocação familiar, o que venho fazendo, desde os 12 anos de idade, quando tive o meu primeiro trabalho publicado no Jornal *A República*. Desse modo, venho mantendo o espírito voltado para a literatura em geral. E sinto grande orgulho, por ter sido a primeira mulher norte-rio-grandense a presidir regional e nacionalmente uma entidade cultural em 14 estados. Ao proferir palestras enfocando as mulheres que se destacaram nas letras brasileiras, costume exaltar o Rio Grande do Norte – celeiro de notáveis escritores. Em 26 de março de 2002, com alta honra, assumi a cadeira nº 08, da Academia Feminina de Letras do RN, cuja patrona é vovó Madalena. Em abril de 2002, no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do RN, na Reunião para eleição da nova Diretoria da Academia, fiz um discurso-síntese da vida de Madalena Antunes, minha avó paterna e excelsa patrona. Em novembro de 2004, fui eleita, por unanimidade, membro do IHGRN, tão eficientemente presidido por Enélio Lima Petrovich. Voltar ao Ceará-Mirim é sempre uma emoção doce e renovada. Desta feita, não pude visitar a Matriz, que, segundo relatos dos meus pais, à época de sua construção, em 1883, recebeu a visita do Bispo de Olinda, Dom José Pereira da Silva Barros, que, ao benzer o prédio, exclamou emocionado: “Estou diante de um patrimônio histórico e religioso valioso e que, pela sua beleza e imponência arquitetônica, vai marcar a história deste lugarejo encantador!”. O tempo não apaga tudo! Há coisas que vão ficando na nossa alma, como poemas de amor. E a vida vai tecendo novos caminhos, como a aranha artilosa vai tecendo a sua teia insondável. Mas, sempre voltamos, e, aqui estou, trazendo nos

olhos e no coração as saudades dos meus pais, Abel e Áurea, a quem reverencio como arquétipos de tudo quanto possa dignificar a minha vida. Saudades de babá – Regina Dias; das minhas companheirinhas de infância, Chiquinha e Bililiu, que, se não são Tonha e Patuca do engenho Oiteiro de Madalena Antunes, são as filhas de Inês, a ama-de-leite das crianças da nossa família; saudades dos olheiros vingados pelos caminhos, com suas águas escuras, suas vegetações, seus aromas e aquele barulhinho das águas trazendo nostalgias, e da suave dança das piabinhas prateadas! Saudades do compadre Joaquim Gomes, tocador de rabeca, com um anel de prata mareado no dedo mindinho, gordinho e atarracado, sempre agitado e suado, ainda me lembro das bolinhas de suor no seu nariz achatado enxugando-as com um lenço quadriculado e encardido, enquanto dava o seu concerto desafinado para papai e outros compadres; saudades do apito nostálgico do trem, que Joaquim Isidro da Silva (Quincas), empregado de papai e seu irmão Lebre (de orelhas enormes) diziam: “Hum! Lá vem o bicho de ferro apitando e soprando fumaça *ingual* à cobra, parece *inté* o dono do mundo”... Saudades dos bueiros dos engenhos chorando ao alvorecer e regozijando-se ao crepúsculo; saudades da minha professora de primeiras letras, Valdecí Villar de Queiroz Soares (Valdinha); de dona Biluca, rendeira de almofadas de bilro – “venho de pés lá de Capela *mode num andá* de carro e trem, que é coisa do cão”; saudades das chuvas descendo daquelas duas bicas (cabeças de jacarés em latão e cobre, amparando a queda d’água das telhas da frente casa-grande de minha infância). Ah! Saudades! Saudades de Chiquinha e Bililiu – de tantas brincadeiras; saudades das árvores seculares; dos meus avós, tios e primos; do quintal da nossa casa; das mangas-rosas que dona Amélia Barroca enfurnava em um baú forrado com folhas de bananeiras; saudades do monsenhor Celso Cicco, que me batizou na Matriz de N. Sra. da Conceição! Saudades do meu padrinho, Dr. Olavo Montenegro, médico competente. Saudades de tantas saudades, Saudades das ruas silenciosas, da gente humilde, das cadeiras nas calçadas, das estórias contadas e recontadas Piô e Maroca (com suas almas lobatianas). Tudo isso, quando volto ao vale e saio impregnada de poesia e beleza! Nessa “viagem” sentimental, sinto rejuvenescer a minha alma. Volto ao Ceará-Mirim com olhos de voltar, com olhos de menina, olhos de poeta e olhos de amor!

Dedico esta mensagem aos meus pais (Abel e Áurea) e minhas irmãs: Marilene, Gipse (no céu), Suely e Iara Maria. Aos meus amados tios e primos: Rivaldo Pacheco – ou, simplesmente Riva – (*in memoriam*), Maria Assis Pacheco, Augusto Vaz Neto e Lurdeca (Lourdinha Pereira).

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA PINTO E A PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DOS ANGICOS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX)

Marileide Matias da Silva



Francisco das Chagas Pereira Pinto recebeu ordens sacras no dia 08 de dezembro de 1955, em Natal, e celebrou sua primeira missa solene em Pedro Avelino a 13/12/1955. Em seguida, recebeu a nomeação para coadjutor na Paróquia de Santa Rita de Cássia, em Santa Cruz do Inharé, no mesmo ano, onde ficou até 1956. Logo em seguida, foi nomeado vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças e Santa Teresinha em Tirol – Natal- RN, e professor do Seminário São Pedro, ficando até junho de 1959, quando foi nomeado pároco de Angicos, pelo então Papa João XXIII, substituindo o Mons. Manuel Tavares de Araújo, que no momento deixava a paróquia de São José dos Angicos para ser Bispo da Diocese de Caicó. Este artigo analisa a história social, atentando para o estudo das esferas da cultura, da economia e da sociedade na vida em comunidade. Nesse sentido, objetivamos fazer uma relação entre Francisco Pereira Pinto e a Cidade de Angicos na esfera religiosa, educacional e social.

Na primeira metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1836, o Presidente da Província João José Ferreira de Aguiar criou a paróquia de São José dos Angicos, pela Resolução nº 09, de 13 de outubro de 1836, cuja capela estava localizada na Ribeira do Açu, que na ocasião teve seu território reduzido com a criação da Vila de Angicos que fora criada também na mesma resolução. Após cem anos como vila Angicos é Emancipado pela lei de nº 20 de 24 de outubro de 1936.

É nesse espaço histórico-geográfico, Angicos, que Francisco das Chagas Pereira Pinto teve uma atuação destacada no âmbito educacional, social e religiosa. Essas ações expressa a relação desse sujeito histórico com a cidade e suas sociabilidades.

Francisco das Chagas Pereira Pinto nasceu a 26 de setembro de 1926, na Fazenda São Francisco, município de Gaspar Lopes, atualmente Pedro Avelino-RN. Filho de Francisco Horácio Pereira Pinto e Ana Amélia Pereira Pinto, batizado a 12 de dezembro de 1926, na Capela de Gaspar Lopes, pelo Pe. Ulisses Maranhão, vigário de Angicos-RN, tendo como padrinhos: Horácio Elpídio Pereira Pinto, seu avô paterno, e Ana Clementina da Trindade, sua avó materna. Tendo seus primeiros estudos com sua mãe Ana Amélia Pereira Pinto. Depois na Escola Reunidas Josefa Sampaio em Epitácio Pessoa (hoje Pedro Avelino). Transferindo-se em seguida para escola particular da agente dos Correios, Sra. Maria Cândida Coelho.

Em 1939 passou a ter aulas particular com a Sr^a Leonor Maciel do Amaral, em Angicos-RN. No ano seguinte freqüentou a Escola Paroquial Santo Cura D'ars em Angicos-RN. Em 1941, tendo sido fundado o Educandário Pe. Félix, pelo Padre Manuel Tavares de Araújo, nele ingressou onde concluiu seu curso primário em 1944.

Em 1945, ingressou no Seminário de São Pedro, em Natal onde fez o curso ginásial e científico, concluindo no ano de 1949. Em 1950, iniciou o curso de filosofia e teologia no seminário maior da Prainha em Fortaleza-CE, no qual teve seu lugar de latinista bem demarcado “ao passo que nas ocasiões comemorativas era sempre referendado para saudações e recitações em latim” (MONS. MONTEIRO).

Recebeu tonsura na capela do seminário, as primeiras ordens menores e também as maiores: subdiaconato e diaconato. Estas ordens e tonsura lhe foram conferidas pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza-CE, Dom Antônio de Almeida Lustosa. No dia 08/12/1955 foi ordenado presbítero, por Dom Eugênio de Araújo Sales, Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal na Catedral de Nossa Senhora da Apresentação.

Nesse sentido, esse trabalho orienta-se pela história social defendida por Georges Duby (1976) e Peter Burke (2002, 2003) referindo-se para um estudo das esferas da cultura, da economia e da sociedade na vida em comunidade, bem como seus modelos e mecanismos, códigos e comunicação histórica e social. Atentamos também para a perspectiva de Labrousse (1973), que nos mostra uma clareza linear à história social como sendo construída pela relação entre cultura material e cultura mental, em um sentido amplo, assim possibilitando a análise partindo do econômico, do social e do mental.

Dessa forma, a compreensão da convivência de Pe. Pinto (como ficou conhecido entre os angicanos) com a cidade de Angicos se revela em uma forma de compreensão da história social e religiosa que tem um destaque individual ou de um grupo de uma complexa rede de relações nos quais se inscrevem. Para isso Levi (1989) destaca problemas referentes aos estudos bibliográficos. Esses problemas limitam-se no papel das incoerências entre suas próprias normas do meio social, no tipo racional que se concede aos atores que participam da biografia escrita e por fim na relação entre os indivíduos e o grupo que pertencem, uma vez que existe uma relação forte entre estudos bibliográficos e contextos. Sendo assim a biografia é importante principalmente por que mostra as contradições dos sistemas de normas e seu real funcionamento, e autoriza a diversidade das práticas individuais (LEVI, 1989).

No dia 12 de janeiro de 1959, Mons. Manoel Tavares de Araújo deixa a Paróquia de Angicos para assumir a missão de Bispo na recém-criada Diocese de Caicó-RN, o Pe. José Edson Monteiro da Paróquia de Sant'Ana em Santana do Matos assume as missas dominicais na Paróquia de São José dos Angicos até o dia da posse do novo vigário. Aos 23 de junho de 1959 o sr. Arcebispo Dom Esmeraldo de Souza Dantas anuncia a nomeação do Pe. Francisco das Chagas Pereira Pinto para a Paróquia de São José dos Angicos feita por S. S. o Papa João XXIII, em seguida no dia 05 de julho do mesmo ano na companhia do Bispo auxiliar Dom Eugenio de Araújo Sales, tomou posse da Paróquia às 19:00, na ocasião houve discurso de boas vindas pelas autoridades presentes.²⁰

Na condição de vigário da Paróquia de São José, com sede em Angicos, o Pe. Pinto começa a imprimir sua relação com a cidade de Angicos a partir de suas ações e lugares como delegado do batismo, confissões, primeira eucaristia e casamentos. Logo no ano de 1961 dar início a obra da construção da Torre da Capela de Nossa Senhora das Graças na cidade de Afonso Bezerra, que na época pertencia a paróquia de São José dos Angicos, em seguida no ano de 1966 recebe na Paróquia as irmãs doroteias para lhe ajudar no trabalho pastoral com suas ovelhas, na presença do então governador do Estado o Exmº. Sr. Aluizio Alves, na ocasião foi criado o Colégio São José no prédio do Instituto Cônego Leão Fernandes²¹. Essa relação criada entre o sujeito e o lugar se expressa em ações, mas também a partir da sociabilidade afetiva que empreendia na religião, mas, também na área da educação.

Pe. Pinto assumiu o pastoreio no sertão dos Angicos em 1959 e, no início da década de 1960 encampa uma participação direta no campo educacional, cujas relações de poder intelectual eram por ele delineadas a partir da seriedade com que sempre conduziu tudo que fez.

Na esfera educacional a vivência de Pe. Pinto com a cidade de Angicos dava-se por sua notável e dedicada atuação como professor de diversas disciplinas tais como, Língua Portuguesa, Inglês, Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social da Política Brasileira) e diretor, atuando paralelamente na direção de duas escolas a Escola Estadual de Angicos entre os anos de 1971 até 1997, hoje Escola Joana Honório da Silveira Moura quando passou a direção da Escola Estadual para a Diretora Maria Ivoná Lopes de Araújo em fevereiro de 1997 e a CNEC- (Centro Educacional Cenecista Pe. Félix) de 1960 até 1984 quando passou a direção da mesma para o professor Manoel Heleno Alves, dessa forma, Pe. Pinto e a cidade de Angicos se destacam por um projeto educativo que atentava para o progresso intelectual da região. A formação educativa nessas escolas dava-se no campo das humanidades que acenava para educação retórica, moral e cívica. A vida religiosa e a educacional de Pe. Pinto se inscrevem uma sob a outra, como um grande PALIMPSESTO, pois sua formação *máster* teve início com sua mãe D. Anna Amélia como dito anteriormente.

20 Livro de Tombo da Paróquia de São José, p. 90.

21 Idem p. 106.

Como pastor dos fregueses da Paróquia de São José, Pe. Pinto foi reconhecido pela população como um excelente condutor do seu rebanho. Esse reconhecimento sustentava-se em ações como a construção de mapas estatísticos referentes à Paróquia de São José. Nesses mapas são apresentados numericamente dados relativos aos batizados, primeira eucaristia e casamentos realizados pelo Pe. Pinto, o que nos dar a oportunidade de conhecer a realidade religiosa ocupada por esse exímio sacerdote. “[...] para efeitos de maior controle sobre as despesas e arrecadação de dízimos, pois além da relação dos clérigos, capelas, ermidas e oratórios, com suas distancias da sede do bispado, o documento ainda qualifica por freguesia o número de fogos e ‘pessoas de desobriga’ (fregueses que participam das celebrações pascais)” (MACÊDO, 2007, p. 204-205).

Sendo assim, a vida de Pe. Pinto e sua relação com a cidade de Angicos está de acordo com o conhecimento que vida e contexto histórico estão muito próximos, pois construir uma biografia é imprescindível reorganizar o contexto, a extensão social onde o indivíduo age, na multiplicidade de campo de cada instante (BOURDIEU, 1998). Dessa forma, na segunda metade do século XX, Pe. Pinto tem na cidade de Angicos, e em práticas religiosas como batizados, missas, confissões, casamentos, visitas pastorais, sepultamentos e outras a instituição de uma íntima relação do sujeito com a cidade e suas experiências urbanas.

Seja como responsável pela instalação da Escola Cenecista seja como diretor da Escola Estadual de Angicos, como professor ou como sacerdote a vida de Pe. Pinto esteve sempre ligada à cidade de Angicos. O nome de Pe. Pinto se inscreve na história educacional de Angicos por suas iniciativas e práticas de implantação e regulamentação do ensino, responsável por ser ‘núcleo irradiante da sabedoria sertaneja em toda a região do sertão do Angicos’. Assim a CNEC e a E. E. de Angicos expressam por sua notoriedade e longevidade a importância da ação e atuação no campo educacional de Angicos e sua circunscrição.

Francisco das Chagas Pereira Pinto escreve seu nome com grafias religiosas, social e educacional na história e na memória do povo angicano, mas essa escrita não pode ser fechada nesses limites, pois foi atuando como vigário colado na Paróquia de São José dos Angicos, Afonso Bezerra, Fernando Pedroza e por diversas vezes nas ocasiões em que faltava um Pe. assumia também a Paróquia de São Paulo Apóstolo na cidade de Pedro Avelino, diretor e professor nas escolas já citadas que esse sujeito grafa, letra a letra, seu nome na relação estreita, mas também ampla, na micro região do sertão dos Angicos.

Dessa forma, percebemos assim, que a vivência de Pe. Pinto e Angicos, se construiu pela intervenção de vida religiosa, com a econômica, a política, a social, a educacional enfim, produção afetivas nas convivências hierarquizadas das instâncias de sociabilidades estabelecidas, situadas nas moradas familiares, nas igrejas, nos funerais, sítios e fazendas e instituições públicas e privadas.

No campo religioso, quando em 1959 assume o pastoreio da Paróquia de São José até o ano de 2008 quando passa a administração da paróquia para o Pe. Vicente Fernandes Neto, Pe. Pinto atuou como um pastor zeloso conduzindo seus fregueses determinando assim um elo corporificado pela sua formação da mocidade na cultura clássica com uma educação estética.

No dia 13 de outubro de 1995, recebeu o título de cidadão outorgado Afonso-bezerrense pelo então vereador Francisco Nilo da Cruz, projeto de Lei n.º 017/1995, reconhecimento merecido pela dedicação prestada aquele município. Dentre muitos feitos realizados pelo Pároco de Angicos, tem uma excelente obra na capela de São Joaquim em Fernando Pedroza quando em, 1999 com a ajuda do então Prefeito Municipal José Salviano da Cruz conseguiu forrar o teto da capela, e com as economias da comunidade católica adquiriu um altar de mármore.

Após quarenta e dois anos administrando a comunidade católica de Afonso Bezerra, alguns pedidos foram realizados e o Bispo Dom Heitor de Araújo Sales autoriza a criação da Paróquia de Nossa Senhora das Graças, no dia 13/05/2000 onde na ocasião tomou posse o Pe. Antônio Miguel.

Em 19 de agosto de 2000, recebeu o título de Mons. Outorgado pelo então Papa João Paulo II. Em 04 de agosto de 2008, passou a administração da paróquia ao Revm.º Vigário Administrador o Pe. Vicente Fernandes Neto, tornando-se assim Pároco Emérito da Paróquia de São José dos Angicos.

No dia 20 de dezembro de 2008, recebeu o Título de Cidadão Fernando-pedrozenses pelo então vereador Magnos Alves Batista. Foi digno do reconhecimento do povo Fernando-pedrozenses como servo de Deus, pela sua grandeza espiritual transmitida aos fiéis e conterrâneos ao longo desta jornada. [...] “cumpre salientar, que se não posso apresentar algo deslumbrante aos olhos é porque muitas vezes o essencial é invisível. Neste sentido valho-me do trabalho persistente por mais de 40 anos na Paróquia de São José dos Angicos que abrange a comunidade de fé de Fernando Pedroza. Tal serviço, somente é percebido à luz da fé pela leitura dos valores religiosos que constituem o patrimônio espiritual do povo de Fernando Pedroza e é sem dúvida de maior valor. Quase todos pedrozenses nascidos de família católica nesta gleba, no espaço de 40 anos pode exibir seu título de cristão do qual fui protagonistas [...]

Na qualidade de educador, assumiu diversas cadeiras, o que lhe exigiu em muitos momentos está ausente dos limites paroquiais, mas sempre atuando em função de projetos responsáveis pelo avanço do conhecimento intelectual dos jovens da região, bem como no tocante a levá-los a carreiras profissionais de sucesso (Mons. Pinto, 2008).

Nesses termos, é possível compreender que a ligação existente entre Pe. Pinto e a cidade de Angicos expressa nesse trabalho, não pode ser apreendida, como um todo de formas coerentes e orientadas, mas como uma expressão unitária de uma leitura intencional.

No último dia 08/12 do ano em curso Mons. Francisco das Chagas Pereira Pinto recebeu a bênção e a honra de comemorar junto com às comunidades católicas que administrou seus 60(sessenta) anos de vida sacerdotal Mons. Pinto, hoje com 89 anos de idade, sendo 60 anos dedicados a vida sacerdotal e apostólica, passou 49 anos administrando a paróquia de São José dos Angicos e a capela de São Joaquim, 42 anos administrando a capela N. Srª das Graças em Afonso Bezerra e os angicanos ainda tem a alegria de assistir todos os domingos a missa das 7:00 da manhã celebrada por ele.

Na ocasião do aniversário dos 60 anos de vida sacerdotal em seu discurso Mons. em relação à posse da paróquia ele disse que [...] Foi um primoroso legado que recebi quando assumi esta Paróquia. Procurei conservar e incrementar, também, criei escolas, organizei sindicatos para o camponês humilde defender seus direitos trabalhistas. Fiz o que pude; consumi também o vigor da juventude na lida árdua no compromisso assumido na ordenação sacerdotal [...] e continuando com o eloquente discurso relatou a alegria de receber os celebrantes do tríduo [...] Por isso, tivemos a satisfação de receber neste Tríduo de preparação para a apoteose do oito de dezembro, personalidades como Revm.º Pe. José Nazareno Vieira da Nóbrega, reitor do Seminário de São Pedro; o Exm.º Revm.º Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Natal, Dom Matias Patrício de Macedo; Dom Matias não nasceu em Angicos, mas, se fez angicano de coração, pois desde sua infância, aqui viveu e plasmou sua personalidade; daqui foi para o Seminário de São Pedro, como um fruto sazonado do apostolado fecundo do nosso saudoso Mons. Tavares[...].

A comunidade paroquial de Pedro Avelino, minha terra natal que aqui esteve representado por uma comissão liderada pelo seu pastor, padre Manoel Alaíde; A de Afonso Bezerra, que por quarenta e dois anos me acolheu, veio prestar sua homenagem; Fernando Pedroza, como Comunidade de fé é Paróquia de Angicos, sob o zelo pastoral do Neo Sacerdotal, Pe. Gilmar Victor vigário paroquial de Angicos quis também manifestar a sua adesão para o maior brilho desta grata celebração, do oito de dezembro (Mons. Pinto, p. 3).

E concluindo o homenageado agradeceu a todos dizendo o seguinte “meus amigos, há uma virtude que, no meu entender, se compõe do amor e da justiça é a gratidão; que nós sabemos consiste no reconhecimento. É um dever sagrado agradecer. Por essa razão, comovido, digo: obrigado.

Referencias

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998.

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP 2002

DUBY, Georges. História Social e Ideologias das Sociedades. Rio de Janeiro: 1976

LABROUSE, Ernest. Introdução. In: História Social: problemas, fontes e métodos. Lisboa: Edições Cosmus, 1973

LEVI, Giovanni. Annales ESC Paris, n. 6 nov. 1989.

MACEDO, Muirakytan Kennedy de. Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Centro de Ciência Humanass, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

PINTO, Mons. Francisco das Chagas Pereira. Discursos por ocasião do título de cidadão fernandopedrozesse (2008) e na ocasião dos 60 anos de vida sacerdotal (2015).

CÂMARA CASCUDO E O INCÊNDIO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nelson Patriota

“O Brasil precisa conhecer melhor Câmara Cascudo”. Esse bordão, quase um lugar-comum nos meios culturais brasileiros, se reitera a cada vez que algum escritor, artista ou mesmo um homem público se pronuncia acerca de uma informação dada por Cascudo em alguma de suas inúmeras obras. Desde a célebre “Pergunte ao Cascudo, em Natal”, dita por Carlos Drummond, que a autoridade do escritor potiguar parece se consolidar geração após geração.

De fato, Cascudo é hoje reconhecido como um dos grandes frasitas brasileiros, a exemplo de um Nelson Rodrigues, de um Carlos Lacerda ou de um Rui Barbosa. Vejamos alguns exemplos, extraídos de um livrinho que o poeta Diógenes da Cunha, minucioso colecionador de sentenças cascudianas, coligiu em “Câmara Cascudo: com vivência” (Editora 8, 2015), dentre elas, uma de cunho político de uma insistente atualidade: “O Brasil não tem problemas, apenas soluções adiadas”. Mas a sentença mais significativa e, na verdade, uma confissão: “Meu pai fundou um jornal em 1914, e em 15, com dezessete anos eu era repórter. O hábito, a vida de repórter, junto as *[sic]* leituras de movimento, fizeram de mim a curiosidade viva pelo povo, ouvindo, anotar e divulgar. Fui, pois, um bom repórter, decorrentemente, um etnógrafo. Em 1918, um professor”. Há, ainda, outras sentenças tão ou mais significativas: “Não me interessei por nada no mundo. Daí a minha fidelidade mental ao meu trabalho”. Na mesma sentença, declara: “Não fui o que quiseram, fui o que senti, a volição do ser”.

Mas evidentemente que isso é pouco, diante do potencial que sua vasta obra pode oferecer. E é com tristeza que constatamos que há um longo caminho para a frente até que a obra cascudiana mereça a alcunha de “popular” em nosso país; não em determinados nichos ou bolsões de cultura, mas amplamente o que, aliás, só fará justiça ao esforço que seu autor empreendeu para sistematizá-la e traduzi-la.

A nota triste, a que nos referimos acima, se deu com o incêndio que destruiu o Museu da Língua Portuguesa, instalado na Estação da Luz, na cidade de São Paulo, no dia 21 de dezembro de 2015. Ali estava instalada havia dois meses a exposição “O tempo e eu e vc”, que se estenderia até o dia 14 de fevereiro de 2016. Ou seja, a exposição durou 46 dias menos que o previsto, o que necessariamente reduziu seu âmbito de alcance junto aos milhares de paulistas, paulistanos, brasileiros de outras regiões e, inclusive, estrangeiros que porventura a visitassem. De nossa parte, a visitamos à véspera da catástrofe, ou seja, no dia 20 de dezembro do ano passado, e desde logo nos chamou a atenção suas divisórias feitas de livros sobrepostos, formando corredores que levavam às seções da exposição onde sobressaíam fotografias, cartazes contendo sentenças cascudianas, informes cronológicos, fotocópias de capas e manuscritos, além de cadeiras de balanço, redes, objetos domésticos de época, proporcionando um clima de Nordeste ao longo de seus corredores.

O que havia de tão precioso, original e indispensável na exposição sobre Câmara Cascudo no Museu da Língua Portuguesa era – arriscamos dizer – um resumo didático de algumas coisas que fazem que Cascudo tenha sido Cascudo: um contador de histórias, um curioso pelo burburinho das feiras e das procissões, um pesquisador dos gestos e das falas do povo. De fato, o objetivo da exposição era realçar entre jovens estudantes a importância de se indagarem sobre o estar-no-mundo – para dizer tudo numa linguagem filosófica, no entanto, próxima daquilo que Cascudo buscava. Assim, a indagação sobre a origem das palavras, que o caderninho distribuído à entrada do MLP (caderno dos curiosos) provocava, trazia exemplos ilustrativos dessa arte (a arte de ser curioso) que serve, aqui, como síntese do método cascudiano. O caderninho propõe, por exemplo:

Que tal reparar nos gestos que usamos no cotidiano? As pessoas podem fazer vários deles ao mesmo tempo, usando diferentes partes do corpo. Escolha uma fotografia de jornal, de revista ou do álbum de família e cole na página. Observe os gestos que aparecem na imagem ou pense em outras possibilidades, sugerindo os que poderiam ser feitos por diferentes partes do corpo (olhar postura, expressões faciais, etc.). Depois disso, pesquise a sua origem e significado atual, por exemplo.

Em outra parte, o caderno dos curiosos volta a receitar a excelência dessa fórmula. É na “Receita de Cascudo para a alimentação brasileira”, mas no subitem “Modo de preparo”. Diz ele:

Pegue a curiosidade e a use em suas viagens. Não precisar ir para longe. Reserve um recipiente para as experiências adquiridas nas viagens e misture bem como os livros sobre literatura, culturas indígenas, africanas e portuguesas. Coloque o resultado desta combinação em uma máquina de escrever. Escreva com cuidado. Tempere a gosto com outros pesquisadores e saboreie a cozinha brasileira.

O *nonsense* que permeia a exótica receita alimentar traduz por linhas transversas a diversidade cultural brasileira que, para ser corretamente apreciada, demanda tempo e reflexão, receitas que estão implícitas na vida do próprio Cascudo. Tal dieta alimentar pressupõe todo um método de trabalho, tendo como guia a curiosidade, mas sem recuar diante de qualquer obstáculo. As diversas viagens que Cascudo fez à África e à Europa em busca de fontes e subsídios não só para a alimentação, mas para a cultura brasileira, são uma prova da sua eficácia.

Diante disso, a notícia de que os prejuízos materiais foram insignificantes pelo fato de que foram empregadas réplicas de originais, é pouco convincente. O verdadeiro prejuízo, irreparável, que o incêndio do dia 21 de dezembro produziu foi impedir que centenas de pessoas pudessem atestar de perto, com informações detalhadas e informantes qualificados, a importância e a originalidade da obra de Câmara Cascudo.

A MULTIPLICIDADE DE WALTER CANUTO

Odílio Botelho Medeiros²²

Relembramos, com saudade, a nossa convivência com o múltiplo Walter Canuto, que se encantou alguns anos após o lançamento do seu livro *Ao Entardecer*, inegável fonte vivificante de poesia. Canuto era o artesão do soneto. O mestre de obras da poesia. Para homenageá-lo, *post mortem*, republico o prefácio que tive a felicidade de lavrar para o seu festejado livro.

Prefiro falar primeiro, nestas linhas prefaciais, sobre o cidadão Walter Canuto de Souza, antes mesmo de examinar a sua poética. O autor de *Ao Entardecer* provém das famílias Canuto e Souza, das bandas de Mossoró. Os Canuto sempre foram bons de bola, de farra e de gogó. Tanto que quase todos os irmãos de Walter jogaram futebol nos campos de Mossoró ou mesmo de Natal, sendo que os seus irmãos José e Hemetério foram campeões pelo América Futebol Clube do ano de 1930 e integraram a famosa Seleção do RN, conhecida como **Fantasma do Nordeste**. De sua vez, o seu sobrinho Juarez Canuto foi craque, também, do América na década de 50. Ao bem-dizer tenho a impressão de que tanto a velha quanto a nova geração dos Canuto pendem para as cores rubras do vice-campeão brasileiro da série C, deste ano de 2005. Além disso, eles são músicos, cantores, ritmistas, a começar pelo velho Miguel Canuto, genitor do prefaciado, com atuação em bandas e charangas de Mossoró, inclusive nos blocos de carnaval. Chegando a Natal a família foi morar no sítio que ficava na esquina das ruas Olinto Meira e Alexandrino de Alencar, justamente em frente ao sítio do Senhor Ismael Pereira, tendo por caseiro o seu irmão Juvenal, o famoso “*Dr. Choque*”, figura folclórica muito conhecida e estimada pelos natalenses. Aí foi que o jovem poeta conheceu de perto a boêmia da terra, pois o velho Miguel conseguia reunir, aos domingos, o melhor da pândega da cidade, como Mário (violonista-irmão de Walter), e por intermédio deste aproximaram-se os Botelho, tradicional família de boêmios e músicos, com destaque especial para Israel (pai de Mabel – mulher de Walter), que era compositor, pesquisador de modinhas e grande violonista; João Botelho, pai de Abelardo, que na época tornara-se um dos melhores violonistas do Brasil; Sebastião Barros, o *Cachimbinho*, que se iniciava no clarinete, para depois, ao lado de Severino Araújo, Abel Ferreira e Luiz Americano, formarem o quarteto de ouro dos clarinetistas deste país, sendo *Cachimbinho* o destaque como compositor de grandes choros que hoje estão definitivamente incorporados à música popular. Nesses encontros com a participação, também, dos cantores Chico e Cleto Botelho, as duas famílias se uniram em torno da música, do teatro e da poesia, sendo que Walter desde jovem tinha o hábito de cantar e de ser poeta. Essa união rendeu outros frutos: Walter Canuto de Souza casou com Mabel Botelho. Pense!

Lá pelos idos de 1939, a referida rapaziada cantava em coral as músicas nacionalmente divulgadas por famosos conjuntos musicais, entre eles: *Anjos do Inferno*, *Quatro Ases e um Coringa*, *Bando da Lua*, *Demônios da Garoa* e outros tantos.

22 Membro da OAB/RN – ALEJURN – INRG – IHGRN – UBE/RN.

Estavam tão afiados que o grupo resolveu criar o seu próprio conjunto, o que ocorreu em 1940, com o nome de *Vocalistas Potiguares*, por sugestão do poeta Walter. O grupo que de início era composto por vinte pessoas, personalizou-se com nove componentes, entre músicos e cantores, tomando forma definitiva com os seguintes membros: Walter Canuto, voz solo; Roldão Botelho, violão e voz; José Alves e Enock Figueiredo, percussão; Luiz Alves, pandeiro; Josué Fernandes Primo, surdo. Em fase posterior, Sebastião Botelho substituiu o violonista José Alves. O escritor Manoel Procópio Júnior, que fez editar um livro de grande valor histórico sobre os conjuntos vocais deste Estado, descreve com riqueza de detalhes a atuação dos *Vocalistas Potiguares*, que em nada ficou a dever aos grandes conjuntos musicais do Brasil.

Na juventude, Walter Canuto fazia versos por simples prazer, sequer guardando-os, como ele próprio afirmou em entrevista prestada ao Jornal Metropolitano – Suplemento Cultura & Etc... – de 26 de agosto deste ano, editado por Justiniano Neto, sendo que, por diletantismo, retinha os versos na memória e os recitava em algumas oportunidades, de conformidade com o astral momentâneo. A vocação para a poesia chegou muito cedo, desde a época das tertúlias do Alecrim, tempo em que conviveu com grandes poetas de Natal, entre outros, Olavo Medeiros, Macrino, Abelardo Botelho, fazendo questão de enaltecer os ensinamentos da Profa. Josefa Botelho (hoje nome de escola da rede municipal de ensino e de rua em Natal), que naquela quadra incentivava os seus alunos pelo gosto à leitura, inclusive da poesia. Mas, afirma o prefaciado que foi mesmo a partir de 1970 que tomou gosto para fazer e liberar versos. O livro que agora apresenta ao público leitor do Estado do Rio Grande do Norte é composto por mais de cem trabalhos poéticos, da melhor qualidade, que está dividido em sonetos, poemas, glosas, sextilhas e trovas. Diz que não fez incluir no livro trabalhos de prosa, para não misturar as coisas, no que fez muito bem.

Curiosa é a metodologia aplicada por Walter para fazer versos. Tem característica própria. Nas madrugadas, ao chegar a inspiração, o poeta passa a mentalizar e moldar os versos. Após esse exercício intelectual dorme, e, ao despertar, passa para o papel o poema preconcebido, que fica completo pronto e acabado, exatamente como foi idealizado anteriormente.

Assim sendo, no livro de Walter que está sendo editado pela Fundação José Augusto – FJA, o soneto está em alta, pois o autor é cultor emblemático desse gênero de poesia. Certa vez o poeta Nei Leandro de Castro segredou-me que gostava muito de ler sonetos.

No meu pensar, a produção poética do autor é muito boa. Motivada. Criativa. Culta. Além disso, é harmônica e romântica. Ao ser lida, faz-se logo entendida. Gosto muito dos sonetos produzidos por Walter, mesmo reconhecendo (como ele mesmo reconhece) que é difícil lidar com esse ramo poético. Que maravilha!

Além de tudo isso, tenho a dizer que o autor de *Ao Entardecer* é um autodidata que convive com os livros carinhosamente. Quase me esqueço de dizer que Walter Canuto sempre trabalhou em prol da família, que ninguém é de ferro.

Não se poderá afirmar que o inspirado Walter Canuto está publicando tardiamente o seu livro, uma vez que *os passos do homem são dirigidos pelo Senhor, como, pois, poderá o homem entender o seu caminho?* (Provérbios 20: 2), ou mesmo que; *há tempo para tudo* (Eclesiastes 3;8).

Leiam com os olhos bem abertos o poema *Crepúsculo*, um dos favoritos do autor. A poesia faz a vida mais feliz, e Walter Canuto fez da vida uma fonte de inspiração.

OS PÁSSAROS VOLTARAM

Ormuz Barbalho Simonetti

Na minha infância, na cidade de Natal, recorro que gostava de admirar, nas manhãs ensolaradas, uma grande diversidade de pássaros que cantavam nos pés de fícus-benjamim que adornavam e arborizavam a Av. Deodoro da Fonseca, onde residia com minha família na casa de número 622. Cantavam e nidificavam naquelas árvores, entretanto, eram bem mais “ariscos” dos que os de hoje.

Naquela época, os garotos se divertiam puxando carrinhos feitos com latas de leite vazias que eram cheias com areia, ou com carros feitos de madeira que eram confeccionados por nós mesmos.

A madeira era obtida no antigo Armazém Natal, que ficava na esquina da Av. Rio Branco com a Rua Ulisses Caldas. Esse tipo de trabalho de fazer os próprios brinquedos ajudava a desenvolver a criatividade e a habilidade com as primeiras ferramentas, além do apego e amor àquele brinquedo. Os carros ou caminhões mais sofisticados tinham as rodas cobertas com tiras de borracha e os feixes de molas eram feitos com aspas de ferro, muito utilizadas na época, nas embalagens que chegavam ao comércio. Recorro de Alzir, um garoto mais velho que nós, morador da Rua Coronel Cascudo, que se tornara exímio artesão, confeccionando belos jeeps e caminhões de duas “boleias”. Também brincávamos de bolinhas do gude (bolinha à vera!); com rodas de ferro, que eram empurradas e equilibradas com um arame de ponta envergada etc., porém, o brinquedo mais utilizado eram as temidas baladeiras.

Estilingue ou baladeira compunha-se de um gancho de madeira em forma de Y que eram retirados de árvores como o fícus-benjamim e das goiabeiras, considerados os melhores. Nas extremidades superiores amarravam-se duas tiras de borracha com média de 20 cm de comprimento por 1,5 cm de largura, retiradas de velhas câmaras de ar ou compradas no antigo mercado municipal na Av. Rio Branco, onde hoje funciona o Banco do Brasil. Na outra extremidade as tiras eram presas a um pedaço de couro ou sola, que conseguíamos com um antigo sapateiro que tinha sua oficina na Rua Princesa Isabel. A baladeira era um brinquedo possuído e desejado pela maioria dos garotos daquela época. Tinha lugar de destaque nas perigosas guerras que fazíamos contra meninos de outras ruas. Por exemplo: Av. Deodoro *versus* Rua Felipe Camarão. Av. Deodoro contra a Travessa Camboim, do temido “Canteiro”, famoso personagem que metia medo nos garotos da época, por ser muito brigão, e diziam que sempre andava armado com um canivete.

Nesses combates utilizávamos seixos (pedra rolada) que considerávamos “munição real”. Quando a disputa era apenas diversão entre meninos da Av. Deodoro, utilizávamos apenas munição de “festim”, que era os frutos ainda verdes da mamona – carrapateira –, muito abundantes nos terrenos baldios e que nunca machucavam, pois só podiam ser atiradas a distâncias consideradas seguras. Mas, aqui confesso envergonhado *mea culpa*, pois, também a utilizei em diversas ocasiões, contra as indefesas aves, pois o único pecado que elas cometiam era cantar. E ao fazê-lo,

eram facilmente localizadas entre as folhagens das árvores e abatidas com as certeiras pedras que atirávamos pelo simples fato de testar a pontaria, nas inconsequentes brincadeiras de criança.

Naquela época as residências costumavam ter em seus quintais, além dos galinheiros onde as “penosas” eram cevadas para os dias de festa, daquela visita inesperada ou ainda durante os 30 dias de resguardo das mulheres parideiras, muitas árvores frutíferas. Pitombeiras, abacateiros, sapatizeiros, mangueiras, mamoeiros, goiabeiras, só para citar as mais comuns. Devido à grande quantidade dessas árvores, esses quintais eram frequentados por pássaros que, na amanhecência do dia, nos despertava com seus gorjeios melodiosos.

Na década de 70, por volta dos anos de 1973/74, nossa fauna local sofreria uma grande mudança. Nessas mesmas árvores já podiam ser vistos os famigerados pardais. Inicialmente em casais, e pouco tempo depois em enormes bandos. Fui apresentado a esses pequenos predadores, quando ainda morava no Rio de Janeiro, onde iniciei minha vida profissional, no Banco do Brasil.

A chegada desses pássaros em nossa cidade, a exemplo do que aconteceu em outras cidades do nosso país, constituiu-se num verdadeiro desastre para nossa fauna alada de pequeno porte. Infelizmente, na época, ainda não havia esse apelo ecológico em defesa da natureza, sua fauna e flora. Porém, tenho minhas dúvidas que se o fato tivesse ocorrido em nossos dias, algo fosse feito para evitar o desastre diante de todas as agressões sofridas pela natureza, que diariamente presenciamos por esse Brasil afora.

Predadores destemidos, obstinados, oportunistas e territorialistas, os pardais não demoraram a expulsar de nossas árvores, a grande maioria dos pássaros de seu porte, e até mesmo os de porte mais avantajado, como os anuns.

Esse predador da espécie *passer domesticus*, que tem origem europeia, foi trazido para o Brasil no início do século XX, e teve como porta de entrada a cidade do Rio de Janeiro. A sua introdução tinha como objetivo de reduzir a proliferação de moscas e mosquitos que infestavam a cidade. Apesar de também serem predadores de insetos, a base de sua alimentação se constitui de grãos, o que resultou na pouca eficiência no controle da população desses invertebrados. Essa decisão precipitada e irresponsável que introduziu em nosso território, uma espécie endêmica do continente europeu, sem as devidas avaliações do impacto que causaria, constituiu-se num verdadeiro desastre para nossa fauna.

Na luta por territórios, os pardais utilizam várias técnicas para expulsar seus concorrentes. Uma delas se constitui no ataque em bandos, deixando suas vítimas em desvantagem numérica e obrigando-as, conseqüentemente, à fuga. Praticam, também, a invasão de ninhos e destruição dos ovos não eclodidos ou simplesmente a matança dos filhotes recém-nascidos. Como os pardais são aves com hábitos urbanos, e convivem bem com a presença do homem, é bem possível que nossos pássaros, que não pereceram diante dos invasores, tenham encontrado refúgio seguro nas matas que cobrem as dunas que circundam parte de nossa cidade.

Entretanto, como a natureza é sábia e quase sempre resolve os problemas causados pela bestialidade dos homens, ao longo dos anos nossos pássaros foram se adaptando a presença do invasor e aprendendo a se defender com maior eficiência, e assim conseguiram conviver com os invasores.

Há algum tempo, todas as manhãs, caminho com um grupo de amigos pela Av. Rodrigues Alves. Sinto-me feliz em observar que há alguns anos os pássaros estão voltando para nossas árvores. Ao contrário da década de 70, é bem inferior o número de pardais encontrados. Durante as caminhadas vemos muitas rolinhas andarem em nossa frente à cata de pedrinhas e migalhas, sem temer os transeuntes. Ficaram tão mansinhas que às vezes precisamos desviar o caminho para não pisá-las. Em frente à capela de São Judas Tadeu, no final da Av. Rodrigues Alves, as inúmeras rolinhas empoleiradas nos fios da rede elétrica, lembram as linhas de uma partitura musical com todas as notas de um brasileiríssimo chorinho, quem sabe, o *Tico-Tico no Fubá*.

Os bem-te-vis, sanhaços, anuns, sibites, rouxinóis, colibris e até os bico-de-lacre, este último endêmico do continente africano, mas que não tem causado nenhum dano a nossa delicada fauna alada, desfilam por entre as árvores de nossa cidade cantando animadamente, para o deleite dos que cedo madrugam.

A mansidão e a excelente proliferação dessas aves devem-se, principalmente, à consciência ecológica despertada “ainda que tardia”, e atualmente muito valorizada. Infelizmente, em nome dessa bandeira, alguns fanáticos têm cometido excessos que terminam por prejudicar toda a comunidade. Mas essa mesma tranquilidade, também se deve ao desaparecimento dos tais meninos munidos com suas terríveis baladeiras.

Um dia resolvi trazer um pedacinho dessa natureza livre, pra dentro da minha morada. Comprei um alimentador de beija-flor, enchi-o com uma mistura de água com açúcar, coloquei na sacada do meu apartamento, e pacientemente esperei. Ao fim do quinto dia tive a alegria de receber o primeiro visitante. Era um beija-flor de cor negra, chamado popularmente de tesourão, pois tem suas penas da calda em forma de tesoura aberta. A partir desse dia, a todo instante, recebo a visita de vários espécimes, de tamanho e plumagens variadas. É uma delícia para os olhos e a mente. Depois de algum tempo de observação, já posso identificar cada um dos visitantes e até mesmo nominá-los.

Hoje, sempre que entro em casa, logo me sento na varanda para observar esses pequenos seres que, além de desempenhar importante papel na polinização das plantas, se constituem numa das mais belas criações da natureza.

FORTALEZA DOS REIS MAGOS: COMO O SÍMBOLO DE NATAL TOMOU SUA ATUAL FORMA PENTAGONAL

Pedro Guilherme Cavalcanti

FORTALEZA DOS REIS MAGOS

(1609)

As obras da Fortaleza do Reis Magos começaram em 6 de janeiro de 1598, inicialmente feitas com madeira extraída dos mangues. E, mesmo em construção serviu na defesa das forças de Manuel Mascarenhas Homem. Sua conclusão, por sua vez, ocorreu seis meses depois, em 24 de junho, dia de São João Batista do mesmo ano, quando foi entregue ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque.

Frei Vicente do Salvador: *No dia seguinte pela manhã mandou Manuel Mascarenhas dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto, e seguro entrou a armada à tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões, que o tinham sondado, ali desembacaram, e se trincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte, e se defenderem dos Potiguares. [...] Acabado o forte do rio Grande, que se intitula dos reis, o entregou Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque dia de S. João Batista, era de mil quinhentos noventa e oito.* – *História do Brasil, 1627*

A planta do forte foi feita pelo padre Gaspar Samperes, que fez grande nome não apenas por esse grande feito quanto pela pacificação indígena. E, embora o desenho original do Jesuíta tenha se perdido nesses mais de quatrocentos anos de história, podemos reconstituí-lo a partir de documentos da época.

Frei Vicente do Salvador: *Jerônimo de Albuquerque, depois que os mais se partiram, se aconselhou com o padre Gaspar de Samperes, da Companhia de Jesus, que tornou ao forte, por ser o engenheiro que o traçou, sobre que traça haveria para se fazerem pazes com os Potiguares.* – *História do Brasil, 1627*

Diogo de Campos Moreno foi o primeiro a comentar, dez anos após sua fundação, seu estado ainda inacabado. Inicialmente feita com a madeira dos mangues preenchida com barro e cal, mais lembrava uma paliçada que uma muralha. Esta paliçada atingia quatro metros de altura. No entanto, como muitos parapeitos na laje de artilharia estavam faltando, não se conseguia atingir essa altura na maior parte de sua extensão. Assim como haviam espaços entre a madeira desta que faltavam “entulhar”.

Diogo de Campos Moreno: *“Esta fortaleza dos Reis está por acabar, por muitos lugares não tem mais que dezoito palmos (4 metros) de alto, em outros lugares está até o cordão (nível do piso superior), faltam-lhe todos os parapeitos e entulhos entre todas as cortinas para se poder lajear sobre elas e sobre o lajeado andar a artilharia, que com isto escusa gasto cotidiano d’astilhas (colunas de suporte) de madeira cada dois anos, pelo que sendo,*

como é, de importância guardar este porto, convém acabar a fortaleza e provê-la de moradores, pois, como fica dito, a terra tem que sustentar os que nela trabalharem”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

Diogo de Campos também comenta que faltavam nela muitas funcionalidades essenciais para uma fortaleza. Isso inclui a falta de um armazém para guardar os alimentos e de uma cisterna para água. Certamente, estava totalmente despreparada para um cerco.

Diogo de Campos Moreno: “Toda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar, não chega por algumas partes ao cordão (nível do chão), e assim tem menos de dezoito palmos (4 metros) de alto, faltando-lhe todos os parapeitos e entulhos das quartinas, todas as casas de vivenda e armazéns. Não tem poço, nem cisterna, nem fonte, antes com muito trabalho, todos os dias se provém de muito longe, em vasilhas d’água ou de cacimbas da praia. Não tem rastrelo nem comportas, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo. Finalmente é a mais miserável vivenda que se pode achar no mundo, por não estar acabada, pelo que os soldados fogem como da morte”. – *A Relação das Praças Fortes do Brasil, 1609*

Na época, a fortaleza provavelmente tinha um formato quadrangular na mesma área onde hoje está acomodada sua praça principal. O atual desenho estrelado veio da reforma feita pelo engenheiro militar Francisco Frias, proposta em 1614 e iniciada em 1619. É exatamente o documento deste projeto que nos ajuda a melhor entender como era esta fortaleza nos primórdios do século seiscentista.

Francisco Frias: “Na fortaleza do rio Grande, que por mandado de vossa senhoria fui ver e para que fiz traças ao ano de 1614, foram correndo obras por ordem minha que em parte variaram, e em outra deixaram totalmente de seguir em grande detrimento da mesma obra por ser em cousas a que já se não pode dar remédio pelo muito que custaram”. – *Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633*

Igualmente esclarecedor é o parecer do oficial Nuno Pimenta de Avelar ao projeto de Francisco Frias, cujos protestos em razão do alto custo das reformas, se levados à frente, bem poderiam ter embargado a construção desse marco da cidade.

Nuno Pimenta do Avelar: “O arquiteto Francisco Frias indo ao Rio Grande por mandado de vossa senhoria ver as obras da fortaleza tratou que daria lista para as casas se fazerem todas de abóboda no que se fará gasto excessivo pela grandeza da obra e incomodidade das cousas a ela necessária que de força hão de faltar em especial cal e tijolo.” – *Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633*.

ESTRUTURA E FUNDAÇÃO

(1609)

Francisco Frias já começa seu projeto modificando as fundações da fortaleza e sua resistência contra o mar. O seu opositor Nunes Pimenta de Avelar considerava que as pranchadas de madeira na frente e o largo muro barroso da fortaleza eram o bastante para suportar a carga do mar. No entanto, o engenheiro projetou escoras para dividir a contraforça e recomendou maciçar a pedra porosa por uma de maior resistência.

Francisco Frias: “Que como as paredes de fora são em extremo delgada, e estão opostas a um inimigo tão contínuo como o mar, e obrigadas peso do terraplano que é carga violenta e ordinariamente as estão puxando para fora e outros muitos inconvenientes, ordenei que lhe botassem, da banda de dentro a distâncias limitadas, uns contrafortes, de quatro palmos de cabeça e sete de comprido para dentro, que favessem e aliviam os repuxos dos terraplanos. Como a força está feita sobre uma laje branda e aquela pedra de sua natureza é porosa e com a água por si, ordenei que o espaço que ocupavam os terraplanos, se maciçasse de pedra ensossa para que estando o terraplano livre d’água ficasse perpétuo o que se não fe antes o botaram logo sobre a laje, que é a razão do lajeamento nunca estar firme. E isto tem remédio dificultoso e mui custoso”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

Nuno Pimenta do Avelar: “Posto que diga bate o mar bate sempre na fortaleza e a esse respeito aquelas feitas fora são as pranchadas em muro tão largo que nenhum prejuízo faz a pólvora como se deixa ver pois a 20 anos se conserva onde hoje está sem corrupção alguma”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

O chão da antiga fortaleza não possuía lajeamento. Os soldados literalmente lutavam com os pés na areia. O engenheiro Francisco Frias projetou a cobertura, mas Nunes Pimenta rebateu dizendo que, como soldados lutavam descalços, era mais cômodo ficarem na areia, pois seria “de prejuízo para a saúde andarem sobre pedra e seixos”. Disse mais que, com a chuva, o solo lajeado poderia ficar escorregadio, viscoso como peixe, embora Francisco Frias já previsse um escoadouro para evitar isso.

Francisco Frias: “O mesmo terraplano, havendo de ser terra de lama ou dos mangues, se fez de areia. Causa bem incômoda e ruim para o efeito que se pretende. [...] Na praça baixa se lançarão duas fiadas de laje que farão quatro palmos ao redor e o demais calçado fazendo-lhe no meio debaixo da casa de pólvora um sumidouro que por um cano pelo corredor da porta do socorro despida as águas fora”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

Nuno Pimenta do Avelar: “Também pode escusar lajear a praça da fortaleza e fileiras ao longo das paredes e o mais calçado como deu por ordem o mesmo arquiteto, respeito de andarem os soldados ordinariamente descalços e será muito prejuízo a saúde andarem sobre pedra e seixos, o que areia lhes conserva mais e assim chovendo tem água e viscosidades de peixe e outras coisas que lhe detam melhor vazão.” – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

ALOJAMENTO E ARMAZENAMENTO

(1609)

A antiga fortaleza possuía oito casas no interior de suas muralhas. Quatro delas para o alojamento dos soldados e outras quatro para funções diversas (provavelmente: pólvora, água, alimento e casa de corpo). As casas foram construídas lado a lado, ao longo da muralha que está para o lado da terra. Sobre elas, foram colocadas as artilharias para formar a praça alta. O projeto de Francisco Frias previa acabar de lajear por cima dessas casas, assim como construir uma nova plataforma na muralha que está para o lado do mar, a fim de proteger a costa.

Francisco Frias: “A praça alta se acabará de lajear por cima dos aposentos, fazendo o capitão-mor de modo que deles se desça um degrau para o lajeamento. A plataforma que ordenei da parte do mar se fará assim por ser muito necessária, como para fortificar aquela cortina e será em altura de quinze palmos de silharia (pedra lavada) bem grande e de bons leitos”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

Nuno Pimenta do Avelar: “Também tratou de fazer o quarto das casas do capitão dez sobrados mais altas que a fortaleza. Gasto que também se pode escusar e pelo bom gasalhado (acomodação) que hoje tem em 8 casas, 4 de sobrado grandes e bem repartidos, e as mais por baixo lajeadas onde viveram os capitães atrasados”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

Além disso, como as casas foram construídas ao longo da muralha, Francisco Frias temia que o impacto de artilharias inimigas contra esta mesma muralha pudesse danificar as paredes das casas, fazendo-as desmoronar. O seu projeto assim previa o uso de abóbodas para reforçá-las.

Francisco Frias: “Todas estas casas e alojamento de soldados se farão de abóboda (arco) que, posto que as paredes são muito delgadas, por serem os vãos pequenos e repuxarem umas contra as outras bem se sustentarão, para escusarmos madeiras que custam muito e duram pouco. E por cima se lajeará e advirto que assim como o lajeamento vai com correntes para a parte do parapeito assim o hão de ir também os cascos das abóbodas que terão grosso dois tijolos ao comprido. Porque o armazém e a casa em que o condestável tem apetrechos e serviço de artilharia são grandes se lhe fará no meio de cada uma um pilar de três palmos de sobre que se fechem.

Nuno Pimenta do Avelar: “Posto que tudo se facilitou ao arquiteto, nem a obra acrescenta na fortificação da fortaleza por ficarem as casas da porta a dentro mais baixas que o mesmo muro.” – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.

A cisterna, ou casa-d’água, que Diogo de Campos Moreno disse não existir em 1612, já estava presente em 1614, quando Francisco Frias esteve no Rio Grande. Mas era de péssima qualidade ao ponto de deixar a água do mar infiltrar. Ele previu construir uma “com as prevenções que a arte pede”, capaz de “vencer a água salgada” fazendo paredes de tijolo assentado e o piso de pedra, cal e argamassa.

Francisco Frias: “Falta nesta fortaleza por fazer a cisterna que se fará no lugar que está determinado com as prevenções que a arte pede, maciçando o vão desde a laje até o fundamento de pedra muito bem rachada até vencer a água salgada. E logo fazendo o lastro (piso) de pedra e cal e argamassa; e as paredes acompanhadas de um pano de tijolo assentado ao comprido bem argamassado de modo que venham as paredes a ter cinco palmos (um metro) de grosso. A aboveda (o arco) fechará tudo o que puder, abatida com um pilar no meio”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

Nuno Pimenta do Avelar: “Pudesse, com pouco custo, a casa onde está fazer uma de abóboda, fora da de madeira, para mais conservação, finalmente, a isto a casa d’água”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

E, para melhorar o abastecimento de água da fortaleza, algo essencial para que fosse capaz de resistir contra um cerco inimigo, o engenheiro também projetou um sistema de escoamento da água da chuva, através de canos e torneiras feitos durante o lajeamento do piso, para manter a cisterna sempre cheia.

Francisco Frias: “O lastro (piso-base) será mais alto que a praça, quase dois palmos, e terá um cano por onde se esgoste e lave. E arriba do latro dois malmos se fará uma porta de armário onde esteja fechado o resgistro por onde se á de tirar a água. O lajeamento da praça alta se há de assentar uma pia de cinco palmos que estará no lugar que aponto na traça e terá dois canos um mais baixo, outro mais alto, pelo mais baixo se vazará a água para fora enquanto não vier limpa e o tapado se recolherá pelo outro para a cisterna”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

POLVÓRA E MURALHA

(1609)

Tanto Francisco de Frias quanto Nuno Pimenta, concordavam que a casa do corpo de guarda precisava de melhor proteção na sua parte superior, mas divergiam quanto à forma de fazê-lo. Enquanto o engenheiro recomendava usar arcos em abóboda para maior resistência, para seu opositor, bastava a cobertura de baixo custo, feita na forma de “asas”.

Francisco Frias: “No corpo de guarda no meio dele se fará um arco do tamanho que está feito para se fecharem as abóbodas acima.” – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

Nuno Pimenta do Avelar: “Acabar de cobrir o corpo da guarda é o que falta para a perfeição da fortaleza, o que se pode fazer, com asas, pouco custo”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

Até os dias atuais, a primeira estrutura, visualizada ao entrar no Forte dos Reis Magos e saltante aos olhos nas suas imagens aéreas, é a charmosa Casa de Pólvora feita com arcos e abóbodas. Ela está localizada bem no centro do desenho estrelado da fortaleza. E também foi o centro de muito debate entre Francisco Frias e Nuno Pimentel

Um armazém com essa finalidade, embora Diogo de Campos ateste não haver em 1612, já estava presente no ano 1614. A antiga fortaleza guardava sua pólvora numa de suas oito casas construídas ao longo da muralha. Francisco Frias quem a colocou no centro da estrutura, onde está até hoje. Nuno rebateu esta opção, preferindo que se mantivesse no mesmo local por questões de segurança. Mas não há dúvidas de que foi uma bela adição à estética da fortaleza. Uma cujo desenho não se alterou ao longo dos séculos.

Francisco Frias: “No meio da praça se fará uma casinha que terá de vão quatorze palmos (3 metros), armada sobbre quatro arcos de dez palmos (2.2 metros) de largo e doze (2.6 metros) de alto e três de grosso as paredes, que serão de tijolo, como se mostra na traça que com este vai, que será de aboboda singela de um tijolo, fechada capela por aresta. E a casa em cima será de dez palmos (2.2 metros) de alto de pé direito e dali para cima fechada de meia laranja singela e guarneçada toda por dentro de barro sem mistura de cal nem água salgada. E guarneçada por fora de boa argamassa e tetim (mistura pastosa de pó de tijolo e cal) de três e meio de vão, e ambos hão de abrir para fora com portas inteiriças”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 163.

Nuno Pimenta do Avelar: “Tratou outrossim mandar fazer, no meio da praça da fortaleza, casa de pólvora no ar sobre 4 pirâmides, sendo assim que andam os soldados de contínuo nela com mechas acessas de que andam as fagulhas pela ar ordinariamente por

ser sitio mui ventoso e pode suceder um desastre. No armazém onde está fica mais segura e menos arriscada.” – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633

Enfim, o engenheiro Francisco Frias prevê o fortalecimento da muralha externa revestindo-a com pedra lavada assentada com betume com nivelamento da muralha em 3,5 metros. Assim como o conserto de rachaduras e cavoucos que o mar lhe causou.

Francisco Frias: *“Toda fortaleza se deve vestir pela parte de fora de silharia (pedra lavada) em altura de quinze palmos (3,5 metros) assentada com betume de azeite de peixe, porque como as paredes são feitas de alvenaria, e o mar lhe tem tirado o cal em muitas partes, as vai esgaravatando e tirando as rachas com que já em algumas tirou pedras, e para se livrarem este inconveniente e segurar a fortaleza será necessário fazer-se o que eu digo aqui. Alguns cavoucos que estão na laje junto fortaleza se devem maçar com pedra na melhor forma que for possível, e assim acudir a tudo o mais que o tempo mostrar ser necessário para a seguridade da obra sobre que o mestre deve andar mui vigilante”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.*

Da mesma forma, como fez com as outras modificações propostas pelo engenheiro, o oficial Nuno Pimenta rebate as melhoras. Não por má fé ou por descrença. Mas por acreditar que o dinheiro gasto para essas modificações, seria melhor implementado no pagamento e recrutamento dos soldados para ali combater.

Nuno Pimenta do Avelar: *“O mais (gasto) será mui excessivo, se acabarão as obras os próximos anos, não acrescentando cousa alguma na fortificação da fortaleza. Antes se acrescentará concluir com obras na forma que eu digo e meter vossa senhoria das 30 praças que para elas estão consignadas, 15 soldados mais do que hoje estão, por ser praça grande e ter necessidade de mais gente. E as que restam aplicar vossa senhoria a outra parte mais necessitada de obras, onde hoje sejam de mais efeito”. – Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607 a 1633.*

DESENHO FINAL

(1609)

O projeto de Antônio Frias foi traçado em 1614 e iniciado em 1619. Felizmente, suas opiniões fizeram-se valer mesmo com os argumentos de seus opositores, de forma que em 1622, grande parte do projeto de armas já estava concluído, incluindo o lajeamento da praça principal e a casa de pólvora que também tinha as funções de capela.

Antônio Barreiros: *“Portas muito fortes, de pau chamado sicopira, forradas de outro chamado bordão, de muito dura, de grossura e testa de um palmo, com duas fechaduras de bronze que se fecham, uma no postigo, outra mais por cima, com seus ferrolhos de bronze muito fortes e uma tranca que corree para a parede um palmo de quadra [...] A praça de armas em quadra formosíssima, toda lajeada de pedras lavradas, no meio da qual está uma casa a modo de torre, com porta alta do chão, doze palmos e meio, em que se entra com escada levadiça, armada sobre quatro pilares fortes de pedra e cal, fechada em abóboda, capela por aresta com abóboda de cima de meia laranja. E assim está dita praça de armas, uma capela de Santos Reis, em que se diz missa” – História da Fortaleza da Barra do Rio Grande por Helio Galvão, 1979.*

As obras da Fortaleza dos Reis Magos já estavam concluídas em 1630. Com o projeto de Francisco Frias seguido à risca, houve grande admiração e não faltaram descrições pomposas do tipo: “esse forte é o melhor que existe em toda a costa do Brasil” e “a fortaleza do Rio Grande é a maior e mais bem traçada que há no estado do Brasil”.

Adriaen Verdonck: *“Da cidade do Rio Grande (Natal) ao Forte chamado os Três Reis Magos há apenas a distância duma pequena meia milha, e esse forte é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo e está armado com 11 canhões de bronze, todos meios-canhões, muitas colubrinas e ainda 12 ou 13 canhões de ferro, estes porém imprestáveis; na entrada do mesmo forte há também 2 peças e daí chega-se ao paiol da pólvora; as muralhas podem ter de 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas, tendo o intervalo cheio de barro; ordinariamente há poucos viveres no forte, porque entre esses portugueses não reina muita ordem; a guarnição consta habitualmente de 50 a 60 soldados pagos e com a maré cheia o forte fica todo cercado d’água, de modo que ninguém dele pode sair nem nele pode entrar”. – Relatório sobre as fortificações do Brasil, 20 de maio de 1630.*

Domingos da Veiga: *“A fortaleza do Rio Grande é a maior e mais bem traçada que há no estado do Brasil. Está situada na terra firme sobre arrecifes da banda sul do rio, mas de modo que de Mara cheia fica por todas as partes rodeada de mar e águas vivas, se não poder ir a ela senão depois que abaixa a maré. Não se pode entrar pela barra mais que um navio como em o Recife de Pernambuco, porém de qualquer parte que seja poderá entrar por ser esta barra muito mais funda. Tem esta fortaleza 33 peças de artilharia grossa, nove de bronze, que jogam até dez a catorze libras de bala, e as demais de ferro das quais só quatro estão boas e as demais mui ruins porque como estão na muralha ao tempo estão muito gastadas de ferrugem. Há nesta fortaleza duas casamatas em cada uma sua peça de ferro que jogam oito libras de bala e da banda de dentro da porta jogam duas peças para a mesma porta e estas são as peças de ferro que estão boas por estarem debaixo da telha separada do tempo e do mar. Tem um formoso corpo de guarda todo lajeado e com seu tabernáculo de madeira. Um terreno mui formoso no meio do qual está uma casa de pólvora a modo de torre fundada sobre quatro arcos de pedra. Tem uma portinha falsa para o rio em defesa da qual joga uma peça da banda de dentro do terreno ao redor do qual estão as casas dos soldados e capitão. Todas com sobrado muito boas com suas chaminés, ficando por baixo delas uns formosos armazéns. A uma parte do terreiro fica a igreja com seu alpendre com um retábulo dos Santos Reis, que é a invocação desta fortaleza. Falta-lhes, porém, o melhor, que é a cisterna, cousa tão necessária e de que se houvera de esquecer quem até agora governou aquele estado que não se pode escusar também de culpa da grande falta de munição e pólvora que continuamente padece aquela praça. Há nesta fortaleza oitenta praças das quais o governador Gaspar de Sousa, que Deus haja, ordenou, sendo governador (de 1612 a 1617), que as cinquenta atualmente servissem e o dinheiro das trinta se gastava em haver um contramuro à dita fortaleza pela banda do mar, o qual está meio feito, e é cousa muito importante que se acaba pelo rigor com que aqueles mares batem aqueles muros, cuja obra cessou depois que os holandeses invadiram a Bahia (em 1624)”. – Descrição do Rio Grande, 1631*

Referências

AVELAR, Nuno Pimenta de. Parecer contrário à reforma proposta por Francisco Frias na Fortaleza do Rio Grande In: SOARES, J. C. Macedo. *Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607-1633*. Ministério das Relações Exteriores, 1958. NOTA: Originalmente escrita no português, em 1614

BARREIROS, Antônio. Carta sobre o estado e a construção da Fortaleza dos Reis Magos. In: GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Ministério da Educação, 1979. 317 páginas.

FRIAS, Francisco. Proposta de reforma à Fortaleza do Rio Grande In: SOARES, J. C. Macedo. *Livro Primeiro do Governo do Brasil de 1607-1633*. Ministério das Relações Exteriores, 1958. NOTA: Originalmente escrita no português, em 1612

MORENO, Diogo Campos. *Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Editora Ícone, 2002. 186 p. NOTA: Originalmente publicado no português, em 1615.

MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*. Editora Local, 1955. 220 páginas. NOTA: Originalmente publicado no português, em 1612

MORENO, Diogo Campos. Relação das Praças Fortes do Brasil. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, 1984, n. LVII, p. 285-247. NOTA: Originalmente carta escrita no português, em 1609.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. Editora Itataia, 2006. NOTA: Originalmente escrito no português em 1627.

VEIGA, Domingos da. Descrição do Rio Grande por Domingos da Veiga. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Ceará*, Fortaleza, n. XXXIV, p. 589-680, 1920. NOTA: Originalmente carta escrita no holandês, em 1630

VERDONCK, Adriaen. Relatório de Adriaen Verdonck. In: *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, Recife, n. 6, p. 589-680, 1949. NOTA: Originalmente carta escrita no holandês, em 1630.

DEZ MÁXIMAS DA CULTURA UNIVERSAL

Roberto Lima de Souza

Máximas, pensamentos, aforismos são sentenças breves que transmitem conhecimentos, experiências, sabedoria. Autores clássicos, sobretudo filósofos e educadores se dedicaram a cultivá-las. As máximas, em especial as que fazem parte da cultura universal, são consideradas breves lições para bem conduzir a vida em busca da felicidade. Muitas delas são nossas “velhas conhecidas”, mas, muitas vezes, perdem-se, nas cinzas do tempo, a sua origem, os seus autores e até mesmo o seu significado.

Vão aqui selecionamos dez dessas máximas, com breve análise de sua origem e significado. Muitas delas são herança dos meus antigos professores de latim e grego e tantas outras, devo aos interesses que a vida me despertou. Em razão disso, o maior trabalho que tive foi o de reduzi-las a dez.

1– O amor vence tudo.

Presente universalmente nas mais diversas culturas, esta máxima provém das *Éclogas* (ou *Bucólicas*) do poeta latino Virgílio (70 – 19 a. C.). Eis a citação original: *Omnia Vincit amor, et cedamus amori* (*Éclogas*, c. 42 BC), ou seja, *Tudo vence o amor, e ao amor nos rendemos*. O significado maior dessa máxima pode ser mais bem compreendido a partir do texto de São Paulo na (1ª Cor. 13: 4 e seguintes): O amor tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais acaba...•.

Em uma das estrofes da minha canção “Ciranda do Amor que vai Morrer de Velho para Nascer Criança” (1968), citamos também esta frase: *O amor nasceu mulato / Da igualdade de um instante/ Pois o amor que vence tudo, / Torna perto o que é distante*.

2- Longa é a arte, breve é a vida.

Este é o primeiro dos aforismos de filósofo Grego Hipócrates de Cós, (460 - 370 a.C.). Considerado o pai da Medicina, Hipócrates foi contemporâneo de Sócrates e Platão. Os seus Aforismos (ao todo 413) resumem a arte de curar (a medicina). Eis, na íntegra, este seu primeiro aforismo: *A arte é longa, a vida é breve, a ocasião fugidia, a experiência enganosa, o julgamento difícil*.

Claro está que Hipócrates se referia à arte de curar praticada pelos fisiólogos (médicos), mas esta citação, que está presente na cultura universal, serviu de inspiração para vários escritores, poetas e compositores, transposta para vários outros contextos. Tom Jobim, por exemplo, se valeu igualmente dessa citação em sua música “Querida”: Longa é a arte, tão breve a vida. Louco é o desejo do amador, querida, querida. Longo é o beijo do amador...

Em suma, o significado dessa máxima é o de que a arte é tão grande que a vida é curta para se aprender tudo sobre ela.

3- O Coração tem razões que a própria razão desconhece

Esta máxima é um dos um dos *pensamentos* do Escritor, filósofo, físico e matemático francês Blaise Pascal (Clermont-Ferrand, 1623 — Paris, 1662) contidos na sua obra “Pensées”. Eis a frase no original: *Le coeur a ses raisons que la raison ne connaît point*, que, em uma tradução mais literal seria: *O coração tem as suas razões que a razão não conhece*.

Esta é também uma das frases que passou a ser “Patrimônio da humanidade”. No Brasil, muitas gerações cantaram o samba “Aos pés da Santa Cruz” de Marino Pinto e José Gonçalves (Zé da Zilda), onde se encontra a famosa frase, atribuindo-a, talvez, também aos talentos dos sambistas. A música, que teve gravações maravilhosas de Orlando Silva e João Gilberto, passando por Baden Powell e Wilson Simonal, diz em sua letra: *Aos pés da Santa Cruz / você se ajoelhou / Em nome de Jesus / um grande amor você jurou / Jurou, mas não cumpriu, / fingiu e me enganou / pra mim você mentiu / pra Deus você pecou. / O coração tem razões que a própria razão desconhece, / faz promessas e juras, mas depois esquece...*

Teria sido pascal precursor da inteligência emocional (?).

4- A esperança é a última que morre. (ou foge?)

Esta é outra frase patrimônio da cultura universal. A sua origem remonta à antiga mitologia grega. A versão corrente é controversa e decorre da famosa história da “Caixa de Pandora”. Pandora, a primeira mulher, cujo nome significa “a que possui todos os dons” (*pan* = todos, *dora* = dons), foi assim chamada em razão de cada um dos deuses a ter presenteado com uma virtude ou qualidade.

Consta que havia, na terra, um vaso com tampa (ou caixa) que, segundo esta versão, guardava todas as virtudes reservadas aos homens. Chegando à terra, induzida pela curiosidade, Pandora logo destampou o vaso (ou abriu a “caixa”) e todas as virtudes humanas fugiram. Espantada, ele fechou a caixa, onde restou apenas a esperança. A frase no original parece ser, portanto, **“A esperança é a última que foge”**. Isso significa que, tendo a esperança, o homem pode ainda alcançar as outras virtudes, mas pelo seu próprio esforço. Daí ser a virtude algo difícil de praticar.

5 - Carpe diem

Esta é uma sentença do poeta romano Horácio (65 — a.C.). Difundida universalmente no original, pode ser literalmente traduzida como **“Colhe o dia”**.

Esta máxima se encontra nas “Odes” (I, 11.8), escrita por volta do ano 65 a.C., onde o poeta aconselha Leuconé a não indagar como será o futuro, “a não recorrer aos números babilônicos” (...), pois “enquanto estivermos falando a vida terá fugido”... “Colhe o dia, menos confiada no amanhã”...

Vendo-se o contexto em que foi escrita a expressão, compreende-se melhor que o sentido mais adequado é o de que a vida deve ser vivida a cada dia que se colhe como um fruto maduro que chega à sua época. E não por antecipação. Viva cada dia, colha cada dia, viva o presente sem se confiar no amanhã!

Na música, em especial a partir dos anos 1980-90, encontramos diversas bandas, dos mais variados países, entre eles Japão, França, Inglaterra e Brasil a apresentarem composições intituladas “**Carpe Diem**”.

6- A justiça é daquelas coisas que não existem, por isso é preciso que se faça para que ela exista.

Esta frase me chamou atenção há poucos anos atrás quando da leitura do livro de André Comte Sponville, “Pequeno tratado das grandes virtudes.” Fiquei feliz ao ver um autor da atualidade escrever um livro de ética nos moldes clássicos, revisitando essas virtudes na pós-modernidade.

É que a justiça deve ser algo vivo, pois a justiça não são apenas as leis nem os códigos. A justiça é o que é feito para o equilíbrio e harmonia das pessoas e das instituições dentro da sociedade. O significado, em suma, é o de que só se acredita no que existe. É preciso, pois, que a justiça exista (sendo feita) para que se acredite nela, e o cidadão brasileiro, hoje mais do que nunca, precisa acreditar na justiça.

7- A imaginação é mais importante que o conhecimento

Esta frase é de Albert Einstein (1879 – 1955). A sua obra “*Ideas and opinions by Albert Einstein*” é uma coletânea de escritos do físico, cientista teórico e filósofo da Ciência, alemão de nascimento, a respeito de vários assuntos. Uma das suas preocupações era o progresso da ciência. Na realidade, só ousando imaginar outras realidades possíveis poderia o homem dar saltos maiores na construção de teorias de grande alcance e atingir conhecimentos superiores com elevado grau de abstração. Mas o avanço da ciência e da tecnologia deveria estar também aliado ao progresso da humanidade e ao desenvolvimento das qualidades humanas. Assim é que a frase na íntegra é a seguinte: *A imaginação é mais importante que o conhecimento. Conhecimento auxilia por fora, mas só o amor socorre por dentro. Conhecimento vem, mas a sabedoria tarda.*

8- A inveja é a admiração sem esperança.

Esta frase é do filósofo, teólogo, crítico social e psicólogo Kierkegaard (Copenhagen, 1813 - Copenhagen, 1855). A exemplo de vários filósofos clássicos e modernos, dedicou-se ao estudo da alma humana. O significado dessa frase é o de que o invejoso reconhece e admira as qualidades do outro, mas, na impossibilidade de possuí-las, extravasa essa admiração no sentimento da inveja.

Descartes trata da inveja em “As paixões da alma”, de forma semelhante, só que o invejoso reconhece as qualidades do outro, mas o julga indigno de possuí-las, sendo a sua inveja decorrente da frustração de se julgar merecedor dessas mesmas

qualidades sem tê-las. Por outro lado, Francisco Quevedo, político e escritor espanhol do período barroco (1580- 1645) é mais mordaz quando afirma que “A inveja é assim tão magra e pálida porque morde e não come”.

Por tudo isso, em suma, o pior castigo dos invejosos é a sua própria inveja, pois sofrem a falta de esperança, mordem e não comem.

9- Lembra-te, homem, que és pó e ao pó retornarás.

Depois da inveja, uma frase como esta vem a calhar.

Encontramos correntemente a seguinte citação em latim: **Memento homo quia pulvis es, et in pulverem reverteris**. Esta frase é uma rememoração do que está escrito no Gênesis, primeiro livro da Bíblia, (3:19). Eis, na íntegra, a passagem em que o próprio Deus (Javé) fala para Adão: “Tu comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que te tornes na terra de que foste formado. **Porque tu és pó, e em pó te tornarás**”.

A palavra “*Pulvis*” no plural (*pulvera*), significa “cinza”, especificamente, “cinza dos mortos”. Eis por que o simbolismo da cinza como sinal de penitência (quarta-feira de cinzas). O sentido da frase é o de que a vaidade e todas as coisas vãs devem ser deixadas de lado, ó homem, **porque (quia) és pó e ao pó retornarás**.

10 - Amai-vos uns aos outros.

Por último, deixamos esta máxima de Jesus Cristo que, em nossa vida, deve ser a primeira. Como comentário, nada melhor que a bela exortação do apóstolo João em sua primeira Carta: *Caríssimos, amemo-nos uns aos outros, porque o amor vem de Deus, e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus. Quem não ama não chegou a conhecer a Deus, pois Deus é amor*.

A PASSAGEM DA NOITE

Valério Mesquita²³

“Siga o rio. O rio conhece o caminho”. É o estribilho de uma antiga canção do faroeste americano. O leito caudaloso da memória me conduz às vozes que vêm de longe. Na dor acumulada e na fadiga rotineira, ensaio os meus passos no caminho das minhas perdas. Revejo os meus personagens. Escuto o vento nas folhas e o piano da chuva no telhado como se não tivesse ainda baixado a cortina da minha infância em Macaíba. Os passos enérgicos do meu pai e a fragrância suave de minha mãe me parecem tão nítidos, no corredor da memória, como se permanecesse ainda aberta a última porta daquele tempo. Diante do que possa sugerir esquisitice essa ressurreição de ambiente, impetro uma medida cautelar possessória, uma manutenção de posse do espaço perdido tal qual um desesperado náufrago da complexa realidade de hoje.

Nada disso significa nostalgia piegas. Apenas, me interessa o imponderável e o mistério dos desencontros humanos. Enquanto houver silêncio, solidão, tragédia, medos secretos, jamais deixarei de perseguir os significados. Além da visão, da memória, dos sonhos, tenho os meus pressentimentos. Às vezes, no recolhimento, surgem-me os sons longínquos da antiga amplificadora municipal, “a voz de Macaíba e o seu musical variado” dentro da noite calma e estrelada daquele cenário mítico. A mente se povoa de mortos e de vivos que vagam e que passam. O velho campo de futebol, entre as ruas 30 de Março e Campo Santo, me restitui os ídolos desaparecidos. Craques comuns da vida pobre da cidade, mas que se igualavam para mim aos astros do Maracanã dos idos de Zinho, Danilo e Ademar.

As águas do rio da reminiscência atingem novas margens e aprofundam o porão da memória. O Cine Teatro Independência dos filmes do Gordo e o Magro, dos Três Patetas, de Chaplin, de Abott e Castelo, além dos faroestes que não se repetem mais; a praça Antônio de Melo Siqueira dos primeiros alumbramentos, dos passeios, do banco do namoro, do coreto, tudo como qualquer lembrança de homem comum do interior; a rua do Vintém, do Cajueiro, as Cinco Bocas, a praça da Matriz, o cais de pedra do rio Jundiá, as jabuticabeiras da Lagoa das Pedras, o Pernambuquinho; o Gango (o baixo meretrício), de todas proibições à hora do crepúsculo, os antigos ônibus da linha Macaíba/Natal que me consumiam diariamente a farda estudantil, enfim, o universo humano das figuras populares, coração e alma de Macaíba que não para nunca. Na noite de minha vida ainda assisto, com nitidez, à passagem do meu rio porque eu continuo a ter os meus personagens.

23 Escritor. E-mail: mesquita.valerio@gmail.com